

**FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO
DAS MONÇÕES**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI – FAMO
2015-2019**

**PORTO FELIZ
2015**

SUMÁRIO

Capítulo 1: Perfil Institucional	5
1. Missão	6
2. Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição	7
3. Objetivos e Metas da Instituição	8
3.1. Objetivos	8
3.2. Metas	9
4. Áreas de atuação acadêmica	12
Capítulo 2: PPI – Projeto Pedagógico Institucional	13
1. Inserção regional	14
2. Inclusão social, tecnológica, política e cultural, do respeito e preservação socioambiental e dos direitos humanos	17
2.1. A educação ambiental	19
3. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	20
4. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (LEI N° 12.764/2012)	22
5. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas	22
5.1. Processo de Avaliação do Desempenho Discente	66
6. Políticas de Ensino	29
7. Política de Pesquisa e de Ensino de Pós-Graduação	31
8. Políticas de Extensão	34
9. Políticas de Educação a Distância	38
10. Políticas de Gestão	39
11. Responsabilidade social da instituição	40
12. Políticas de Educação Inclusiva	41
Título 3: Implementação da Instituição e Organização Acadêmica	44
1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI	45
2. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas e elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso	50
2.1. Seleção de Conteúdos	52
3. Perfil de egresso	54
4. Princípios metodológicos	56
5. Processo de Avaliação	64
5.1. Processo de Avaliação do Desempenho Discente	66
5.1.1. Critério de Aprovação	68
5.1.2. Composição da nota	69
5.1.3. Dependências	69
5.2. Reforço de conhecimentos	70
5.3. Prova Substitutiva	70
5.4. Reavaliação	71
5.5. Critérios de Aproveitamento de Avaliação de Competências Profissionais anteriormente desenvolvidas	71
6. Atividade prática profissional, complementares, de monitoria e de estágios	73
6.1. Atividades Complementares	73

6.2. Monitoria	74
6.3. Iniciação Científica	76
6.4. Estágio Curricular Supervisionado	76
6.5. Trabalho de Conclusão de Curso	78
7. Projetos Integrados	79
8. Práticas Pedagógicas (Licenciaturas)	80
9. Flexibilidade dos componentes curriculares	80
10. Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos	81
11. Incorporação dos avanços tecnológicos à educação de graduação	82
12. Práticas Pedagógicas Inovadoras	82
13. Tecnologias De Informação E Comunicação (TICS) - No Processo Ensino-Aprendizagem	83
Capítulo 4: Corpo Docente	85
1. Requisitos de titulação	86
2. Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica	88
3. Critérios de seleção e contratação	89
4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	92
5. Projeto de qualificação e formação continuada do docente 94	93
6. Programas de incentivo a formação docente e desenvolvimento profissional	95
7. Formação em LIBRAS	96
8. Formação do Professor ingressante	97
9. Programas Especiais de Formação Pedagógica	99
10. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	100
11. Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI	100
Capítulo 5: Corpo Técnico – Administrativo	101
1. Critérios de seleção e contratação	102
12. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	103
13. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI	104
Capítulo 6: Corpo Docente	105
1. Formas de acesso	106
2. Programas de apoio pedagógico e financeiro	106
3. Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psico-pedagógico)	107
4. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)	107
5. Acompanhamento dos egressos	108
6. Ouvidoria	108
Capítulo 7: Organização Administrativa	109
1. Estrutura organizacional com as instâncias de decisão	110
2. Organograma institucional e acadêmico	110
3. Órgãos colegiados: competências e composição (núcleo normativo-deliberativo)	113
4. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas (núcleo acadêmico-administrativo)	116
5. Autonomia da IES em relação à mantenedora	117
6. Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	118
Capítulo 8: Auto Avaliação Institucional	119
1. Missão, Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de Auto avaliação	120

1.1. Missão da Avaliação Institucional da FAMO	120
1.1.1. Finalidades e objetivos gerais da Auto avaliação	120
1.2. Metodologia, dimensões e instrumento de avaliação	121
1.2.1. Fundamentação Teórico-Metodológica	121
2. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa e a atuação da CPA	125
3. Formas de utilização dos resultados das avaliações	126
Capítulo 9: Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas	127
1. Infraestrutura física	128
2. Infraestrutura acadêmica	129
3. Laboratórios de Informática	129
4. Laboratórios específicos	129
5. Relação equipamento/aluno/curso	130
6. Inovações tecnológicas significativas	130
7. Biblioteca	130
7.1. Política e Facilidade de Acesso ao Material Bibliográfico	131
Capítulo 10: Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida	133
1. Marco legal	134
2. Estado atual	135
Capítulo 11: Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira	136
1. Estratégia de gestão econômico-financeira	137
2. Notas Explicativas	138
2.1. Custos	139
2.2. Eventuais dos custos	142
2.3. Receita	142
2.4. Despesas	143
2.5. Planos de investimentos	145
3. Planejamento econômico-financeiro	146
Referências Bibliográficas	148

Capítulo 1: Perfil Institucional

1. Missão

A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES tem como MISSÃO a ***“Promoção e busca constante da excelência no ensino, extensão e pesquisa que promova a formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano, da sociedade, facultando o diálogo regional, nacional, a promoção dos direitos humanos, a preservação ambiental, a inclusão social, a igualdade étnica e o respeito à diversidade de gênero”***.

" A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES oferece à comunidade cursos Tecnológicos, Bacharelados, futuramente, pretende oferecer à comunidade cursos de Licenciaturas e na área da Saúde, objetivando o atendimento das demais demandas organizacionais regionais, nos diversos segmentos da sociedade, bem como Educação Profissional e Tecnológica.

Conhecer profundamente a região em que está inserida, suas necessidades, potencialidades e carências; adequar os projetos pedagógicos dos cursos levando-se em conta as necessidades, potencialidades e carências regionais sem perder de vista as influências da conjuntura socioeconômica nacional e internacional, os avanços técnico-científicos, a eminente globalização e o impacto ambiental das propostas a serem formuladas; oferecer serviços de extensão e pesquisa a fim de contribuir para o progresso regional e melhoria da qualidade de vida das pessoas; fomentar e apoiar permanentemente a educação superior de qualidade no âmbito da Faculdade, são os objetivos gerais da Instituição. Para cada um dos objetivos, são descritas as respectivas metas e as maneiras de atingi-las.

Tendo por objeto Porto Feliz e o seu entorno, esta Instituição está interessada em todas as áreas de conhecimento que são necessárias ao desenvolvimento regional. Isto se contrapõe, por exemplo, a uma missão que visa a excelência em um determinado campo científico-tecnológico.

Tendo em vista Porto Feliz e seu entorno, a educação superior de que trata a missão deve ser planejada segundo as necessidades regionais. Isto significa que o limite geográfico desta região motiva e é fonte de problemas com os quais esta Instituição se

preocupa. Uma primeira reflexão sobre as implicações disto poderia levar o leitor a pensar que a Instituição objetiva a formação de alunos no exercício de uma certa profissão especializada para a região definida. Mas não é isto. A expressão “tendo em vista a ...” remete a uma amplitude de problemas regionais, mas, no contexto desta missão, tem um foco primário: criar as condições para que as pessoas desta região possam ter acesso à educação superior. Por exemplo, sabendo-se que parte desta região possui alta densidade populacional e baixa renda familiar, um grande desafio é o de promover educação superior de qualidade, paga e de custo factível para este contingente.

Finalmente, “fazer educação superior para a região” em que Porto Feliz se insere, não significa simplesmente formar alunos pensadores, cidadãos e profissionais para exercício dentro dos limites desta região. O que isto quer dizer é que esta missão tem como foco o desenvolvimento educacional desta região como fator de melhoria das condições locais e também de crescimento intelectual e profissional dos habitantes desta região.

2. Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

Mantida pelo Instituto Superior de Ensino Moinho Velho Ltda, CNPJ 07.728.079/0001-10, situado à Rua Constantino Guarini, 150, CEP: 18540000, Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil, a FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES, situada à Avenida Monsenhor Seckler, 1250 - Vila América - Porto Feliz - SP - CEP: 18540-000 - Fone: Fax: (15) 3261-4549 | [E-mail contato@faculdefamo.com.br](mailto:contato@faculdefamo.com.br), autorizada pela Portaria no. 290 de 22 de março de 2011, surgiu da necessidade regional em criar os mecanismos pertinentes ao desenvolvimento econômico e social e tem como ponto de partida o cerne de sua missão. Seu desenvolvimento está planejado de forma a praticar a extensão, o ensino e, futuramente a pesquisa por meio da prática responsável e social das atividades que desenvolve.

Concomitantemente com sua abertura, por meio de sua mantenedora, foi adquirida a Faculdade de Porto Feliz e iniciou-se o processo de unificação de manutenção no sistema e-MEC. Este processo de Unificação de Manutenção encontra-se protocolado no sistema e-MEC sob no. 201110507, desde 12/07/2011, sendo o Instituto de Ensino

Superior Moinho Velho, LTDA – ME, CNPJ: 07.728.079/0001-10, na pessoa do Prof. Dr. Nelson Gentil, o representante da Mantenedora adquirente da Mantenedora Cedente SOCIEDADE EDUCACIONAL FREI GALVAO LTDA – ME, CNPJ: 10.361.151/0001-29, que tem como representante legal o Prof. Dr. Nelson Gentil e cuja IES cedida é a Faculdade de Porto Feliz, código 13796.

A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES tem como objetivo principal para o planejamento e gestão institucional o equilíbrio na relação entre projeto acadêmico, acadêmico-administrativo e administrativo propriamente dito, visando propiciar a máxima articulação entre administrativo e acadêmico de forma sistemática e contínua, por meio das pesquisas elaboradas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Ainda, o desenvolvimento da instituição acontece, em seus aspectos acadêmicos e administrativos, com os conhecimentos da mantenedora. Isso tudo, associado à visão empreendedora, certamente coloca a FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES no rol das instituições de ensino superior dedicadas à prática ética do ensino.

3. Objetivos e Metas da Instituição

3.1. Objetivos

São objetivos gerais da Instituição:

- Estar permanentemente atenta e sensível às necessidades, potencialidades e carências da região em que a Instituição está inserida, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os regionais, prestar serviços especializados à comunidade, promover programas de extensão e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
- contribuindo para o desenvolvimento do ser humano, da sociedade, facultando o diálogo regional, nacional, a promoção dos direitos humanos, a preservação ambiental, a inclusão social, a igualdade étnica e o respeito à diversidade de gênero”.

- Criar as condições para que os habitantes da região em que a Instituição está inserida possam ter acesso à Faculdade, considerando as suas dificuldades econômicas;
- Formar profissionais e especialistas de nível superior, comprometidos com a transformação da sociedade, suscitando o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional, criando um espaço para o desenvolvimento de pessoas conscientes das suas ações sobre o mundo e do mundo sobre o seu trabalho, com responsabilidade social e ambiental;
- Estimular a criação cultural estabelecendo meios para o seu desenvolvimento, divulgação, aperfeiçoamento e difusão da cultura em geral e em particular aquela subjacente à comunidade na qual a Faculdade está inserida;
- Divulgar e debater o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e os resultados da Auto avaliação Institucional a todos os segmentos da Comunidade Acadêmica com o intuito de informar, permitir a reflexão, o debate e a formulação de ações que resultem em melhoria da qualidade na Instituição.

3.2. Metas

Para cada objetivo da Instituição, descrevemos a seguir as metas planejadas para alcançá-los.

- Estar permanentemente atenta e sensível às necessidades, potencialidades e carências da região em que a Instituição está inserida, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os regionais, prestar serviços especializados à comunidade, promover o desenvolvimento do ser humano, da sociedade os direitos humanos, a preservação ambiental, a inclusão social, a igualdade étnica e o respeito à diversidade de gênero”.

- Estabelecer parcerias com órgãos governamentais dos municípios da região, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social;
- Criar e realizar anualmente simpósios envolvendo setores da sociedade local e membros da Faculdade para prospecção e discussão da problemática regional;
- Permanentemente colecionar e analisar dados estatísticos regionais publicados pelo IBGE, SEADE ou órgãos privados e públicos regionais;
- Relatar dados estatísticos regionais e sínteses sobre tais dados às instâncias cabíveis na Instituição;
- Criar programas de extensão segundo necessidades e factibilidade econômica;

Criar as condições para que os habitantes da região em que Porto Feliz está inserida possam ter acesso à Faculdade, considerando as suas dificuldades econômicas.

- Desenvolver estratégias para diminuição do custo dos cursos, de modo a poder torná-los factível a uma quantidade maior de pessoas da região;
- Firmar convênios com empresas e prefeituras da região com o objetivo de oferecer bolsas e transporte;
- Oferecer bolsas a fundo perdido e bolsas restituíveis a alunos da Instituição;

Formar profissionais e especialistas de nível superior, comprometidos com a transformação da sociedade, suscitando o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional, criando um espaço para o desenvolvimento de pessoas conscientes das suas ações sobre o mundo e do mundo sobre o seu trabalho.

- Estabelecer, antes do início de cada período letivo, programas de disciplinas que levem em conta: (1) as propostas pedagógicas do PPI, (2) o conhecimento adquirido sobre as necessidades regionais e (3) os avanços científico-tecnológicos (Colegiados de curso, coordenadores, corpo docente);
- Adequar os projetos pedagógicos dos cursos da Faculdade tendo em vista a formação de um ser humano, cidadão, sensível aos problemas ambientais, sociais, às necessidades, potencialidades e carências regionais e consciente das

influências da conjuntura sócio-econômica nacional e internacional, os avanços técnico-científicos e o mundo globalizado;

- Adequar os projetos pedagógicos para atendimento dos requisitos legais vigentes, tais como questões afro-descendentes e indígenas, direitos humanos, étnico raciais, Libras, educação ambiental, inclusão social, de gênero, respeito às diversidades;
- Propor projetos pedagógicos para novos cursos em consonância com as diretrizes curriculares existentes para cada área de conhecimento, o Projeto Pedagógico Institucional, os avanços tecnológicos e as possíveis especificidades;
- Inserir nos PPCs, nas disciplinas, no Plano de aula os requisitos legais vigentes como questões afro-descendentes e indígenas, direitos humanos, étnico raciais, educação ambiental, Libras, inclusão social, de gênero, respeito às diversidades, para serem tratados de modo transversal, em todas as disciplinas, ao longo de todo o curso, por meio de Estudos Dirigidos e Práticas, atendendo à metodologia institucional *Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*.
- Desenvolver amplo projeto de flexibilização curricular com objetivo de implementar o que dispõe a LDB, os pareceres e as normas complementares do Sistema Federal de Educação.
- Desenvolver procedimentos para implementação das disposições regimentais concernentes às oportunidades diferenciadas de integralização curricular.

Estimular a criação cultural estabelecendo meios para o seu desenvolvimento, divulgação, aperfeiçoamento e difusão da cultura em geral e em particular aquela subjacente à comunidade na qual a Faculdade está inserida.

- Promover pelo menos dois eventos/atividades culturais por semestre;
- Criar unidade organizacional responsável pela programação cultural da Instituição.

Divulgar e debater o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e os resultados da Auto avaliação Institucional a todos os segmentos da

Comunidade Acadêmica com o intuito de informar, permitir a reflexão, o debate e a formulação de ações que resultem em melhoria da qualidade na Instituição.

- Promover simpósios, utilizar a Internet ou outras mídias para divulgar e discutir o PDI, o PPI e a CPA com toda comunidade acadêmica e administrativa tendo em vista a sua compreensão, implementação e contínua;
- Continuamente planejar, orientar e acompanhar a implementação do planejamento nos mais diferentes segmentos da Instituição e avaliar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos;
- Promover anualmente Semana de Cursos, evento cujos objetivos são: (1) permitir o intercâmbio de conhecimentos entre os docentes; (2) a integração entre as diferentes áreas; (3) o estudo e a discussão de métodos de ensino e de aprendizagem; (4) a discussão de temas relacionados ao PPI, ao PDI e à CPA; (5) a divulgação pelos alunos de resultados de trabalhos realizados por eles;
- Relatar dados estatísticos regionais e sínteses sobre tais dados às instâncias cabíveis na Instituição.

4. Áreas de atuação acadêmica

A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES atua no **ensino de graduação** nas seguintes áreas:

- Ciências Exatas e Tecnológicas; e
- Ciências Humanas e Sociais;
- Engenharia;
- Tecnológica.

A Instituição atua também em pós-graduação *lato sensu* e na extensão de seus conhecimentos à comunidade, por meio de cursos e variadas atividades, e no estímulo à cultura e à criação cultural.

Capítulo 2: PPI – Projeto Pedagógico Institucional

1. Inserção regional

A concepção da FAMO surgiu da necessidade regional em criar os mecanismos pertinentes ao desenvolvimento econômico e social e tem como ponto de partida o cerne de sua missão. Seu desenvolvimento está planejado de forma a praticar o ensino, a extensão e, futuramente, a pesquisa por meio da prática responsável e social das atividades que pretende desenvolver. A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES tem como objetivo principal para o planejamento e gestão institucional o equilíbrio na relação entre projeto acadêmico, acadêmico-administrativo e administrativo propriamente dito, visando a propiciar a máxima articulação entre administrativo e acadêmico de forma sistemática e contínua.

O município de Porto Feliz foi fundado em 13 de outubro de 1797, mas sua história começa em 1693 com as monções. Localiza-se a 110 Km da capital, no interior do estado de São Paulo próximo à Sorocaba que é, então, sua referência. Tem em seus limites, as cidades de Tietê, Capivari, Salto, Itu, Cerquilha e Sorocaba. Segundo os dados sensatários da Administração Municipal, conta com uma população em torno de 51.000 habitantes. Segundo o Diagnóstico Econômico de Porto Feliz elaborado pela Universidade Federal de São Carlos, comparando os resultados da Região Administrativa (RA) e Região de Governo (RG), "Porto Feliz apresentou nas últimas décadas um crescimento populacional (2,47% ao ano) superior à média do estado (1,90%). O crescimento no município superou ligeiramente também a taxa registrada na RA (2,41%), mas foi inferior ao observado na RG (2,95%). Embora o crescimento da população em Porto Feliz tenha sido mais intenso do que no estado, a trajetória de transição demográfica, marcada pela redução da natalidade e desaceleração do crescimento, não deixou de ser registrada tanto no município quanto na região de Sorocaba... No período mais recente de 2000 a 2005, estima-se que a população de Porto Feliz tenha se expandido a um ritmo anual de 1,79%, taxa mais próxima da média estadual (1,56%) do que da RG de Sorocaba (2,40%)." (CORTEZ, 2006)

Este fenômeno é acompanhado da necessidade de desenvolvimento da educação que fomentem a atividade profissional ao longo do tempo. Sobre a educação, os dados levantados pela Universidade Federal de São Carlos apontam que "Os

indicadores de escolaridade da população mais recentes disponíveis em nível municipal são provenientes do último Censo Demográfico, realizado no ano 2000. São informações, portanto, um tanto defasadas. No entanto, como o nível de instrução de uma população reflete o resultado de esforços realizados cumulativamente ao longo do tempo, esses indicadores estão sujeitos a um certo grau de inércia. Apesar da defasagem, sua análise é, portanto, útil para se compreender aspectos mais estruturais da questão, como o grau de qualificação da força de trabalho.

Em 2000, os indicadores de nível de escolaridade de Porto Feliz situavam-se preocupantemente abaixo da média estadual e das regiões de governo e administrativa. Diferença ainda maior transparece da comparação com o município de Sorocaba, cuja média de anos de estudo chegava a 7,96 anos.

O quadro não melhora quando se considera a proporção da população de 25 anos ou mais que não completou o ensino fundamental. Mais de 2/3 dos habitantes de Porto Feliz nessa faixa etária não haviam concluído oito anos de estudo. A proporção da população com baixo nível de escolaridade excede em 24% a média estadual, em 13% a da RG e em 6% a da RA.” (CORTEZ, 2006)

A Rede Municipal de Educação é constituída por: quatro creches que atendem no total 386 crianças; nove Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) contando com 1266 alunos, nove Escolas Municipais de Educação Fundamental Emergencial Rural (EMEFER), além de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Prof^a Luiza Carvalho Pires, tendo um total de 1686 alunos. (Prefeitura do Município de Porto Feliz)

Conta também com oito Escolas Estaduais e cinco Instituições Particulares de Ensino.

Mesmo sendo uma cidade com pequena densidade demográfica, a preocupação com a educação é manifestada pela FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES, tendo em vista o entendimento por parte desta de que a evolução social e humana se dá exclusivamente pelos mecanismos do ensino em todos os níveis, especificamente o superior.

Entendendo a Faculdade que a educação superior é instrumento de alavancagem do desenvolvimento humano, social e empresarial, a identificação das necessidades

organizacionais regionais também se faz premente, haja vista a relação íntima entre o ensino e a prática profissional.

Nos moldes analisados pela Universidade Federal de São Carlos, em seu diagnóstico regional, “Os dados de emprego formal provenientes da RAIS (**Gráfico 1.10¹**) confirmam que a indústria e, em menor medida, a agricultura, têm maior importância em Porto Feliz do que no estado e na região em que o município está inserido. Dos 8.125 empregos formais registrados em Porto Feliz em 2004, a indústria foi responsável por 41% e a agricultura, por 16%. Essas proporções são bem mais altas do que as encontradas no estado (23% na indústria e 3,8% na agricultura), na RG (35% e 3,5%, respectivamente) e em Sorocaba (34% e 0,3%). A diferença é menor em relação ao emprego industrial em Boituva (38% do total), mas muito expressiva no que se refere à agricultura (5%). Os dados da RAIS confirmam também a menor importância do comércio em Porto Feliz. No município, este ramo de atividade detém uma parcela de 24% do emprego formal, bem menos do que no estado (43%), na RG (40%), em Sorocaba (43%) e mesmo em Boituva (39%).

O cálculo de quocientes locacionais reforça a avaliação da especialização relativa de Porto Feliz nas atividades industrial e agrícola. O município apresenta proporções do emprego na indústria e na agricultura 77% e 310% maiores, respectivamente, do que a média do estado. Vale notar que no caso da indústria o padrão de especialização de Porto Feliz é, apesar de mais acentuado, semelhante ao da região e de alguns municípios adjacentes. Já a especialização agrícola é muito mais forte mesmo do que a da RA, que inclui cidades de porte muito menor do que Porto Feliz.” (CORTEZ, 2006)

A atividade industrial, segundo dados da Prefeitura Municipal, conta com aproximadamente 110 indústrias, com focos nas metalúrgicas, químicas, de papel e papelão e têxteis.

“A localização do município privilegia a instalação de indústrias. Situado a 110 km da região metropolitana de São Paulo, é beneficiado por importantes rodovias, como a Marechal Rondon.

¹ Grifo nosso

Além de contar com um distrito industrial localizado na Rodovia Castelo Branco - km 97, a Prefeitura Municipal está implantando um segundo distrito industrial.” (Prefeitura do Município de Porto Feliz)

Além da atividade industrial, conta também com o setor agrícola e apresenta um grau diversificado de atividades. “É o terceiro produtor de uva Niágara Rosada do estado de São Paulo. Há também as culturas de laranja e hortifrutigranjeiros. A cidade ainda possui tradição na pecuária, principalmente a de gado de corte, não se esquecendo da produção de leite. Destaca-se também a criação de equinos com vários haras e uns dos maiores centros de treinamento da América Latina, situado no Bairro Tabarro” (Prefeitura do Município de Porto Feliz)

Outra atividade que colabora com a economia municipal é a avicultura, com destaque à produção de ovos e frangos.

“Além de uma taxa de crescimento mais modesta e da ocupação de uma menor proporção da população em empregos formais, o mercado de trabalho de Porto Feliz apresenta, de acordo com os dados da RAIS, uma outra deficiência: a escassez de oferta de empregos bem remunerados.” (CORTEZ, 2006)

Entendendo, então, sua responsabilidade em colaborar com o desenvolvimento industrial, agrícola e têxtil da região, a faculdade disponibilizará à comunidade os recursos necessários à boa formação profissional, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do indivíduo, em nível de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*, nas organizações que por ali estão instaladas, do município e, por fim, com o da própria Nação

2. Inclusão social, tecnológica, política e cultural, do respeito e preservação socioambiental e dos direitos humanos

A educação é um dos direitos humanos primordiais, uma prática dentro do contexto social, econômico, político e cultural, ou seja, não é uma atividade neutra e se realizada de modo subserviente por um modelo hegemônico, caracterizado pela primazia absoluta da competitividade e lucratividade, reproduz e reforça a exclusão social.

Na FAMO, essas ações serão desenvolvidas em todas as disciplinas, ao longo de todo o curso por meio dos Estudos Dirigidos e Práticas.

Contudo, quando resiste e subverte a escala de valores predominante, a prática pedagógica é um fator de mudança, lenta e gradual, mas extremamente eficiente. É, pois, no interior da prática educacional que ocorre o embate entre o modelo da exclusão social e a utopia da inclusão de todos, para que sejam assegurados os direitos humanos fundamentais da pessoa humana, em todos os níveis.

A inclusão torna-se viável somente quando, por meio da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem, além de emprego e renda, o acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde.

Esta tarefa exige engajamento contínuo do poder público e das instituições particulares que por meio de políticas proativas buscam meios para enfrentar as condições estruturais adversas que estão levando as pessoas à exclusão social, vedando aos menos favorecidos o acesso ao mercado de trabalho, à moradia decente e aos serviços coletivos como educação, saúde e lazer, enfim, privando-os dos direitos humanos essenciais e básicos. Nesse sentido, criar condições para que haja uma inclusão digital, tecnológica nas diversas áreas de atuação da IES é uma das metas da FAMO, por meio dos cursos ofertados e de ações de extensão.

A atuação em projetos sociais leva os discentes, cidadãos conscientes, capazes de lidar com as diversidades étnicas, sociais, de gênero, culturais, além de trabalhar sua autoestima, a ajudarem na evolução social do país, preparam-se para a atuação profissional, enriquecendo seu currículo com a participação em projetos sociais. A sociedade se beneficia com tais projetos, pois a IES faculta a formação de cidadãos socialmente responsáveis. Assim, a Instituição acredita que seu papel de formadora transpõe o da excelência em técnicas (já reconhecidas como essenciais para o crescimento do país) e inicia projetos baseados na premissa de que a sociedade é um organismo vivo, do qual todos nós fazemos parte, e, portanto, vivemos as consequências de tudo o que ocorre de positivo e negativo. Em termos concretos, a Instituição tem como política o que segue:

- Colocar à disposição dos projetos de inclusão social selecionados, suas instalações e equipamentos para que seja possível desenvolver trabalhos de

qualidade na comunidade, desenvolvendo educacionalmente e culturalmente a população da área de abrangência.

- Fortalecer a construção de uma sociedade que reconheça o direito dos excluídos a terem direitos, tratando-os com especial atenção, fazendo valer os princípios universais de direitos humanos, em toda sua plenitude, quer sejam no âmbito civil, político ou social.
- Incentivar a acessibilidade atitudinal na comunidade interna e externa, a fim de que os direitos humanos sejam efetivados, no que tange a dimensão ambiental, à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- Qualificar internamente agentes, a fim de transmitir e fortalecer neles uma cultura democrática, participativa e solidária e capacitar lideranças para implementar políticas inovadoras quanto à melhoria das condições de vida de toda a população e à democratização dos processos de trabalho e de gestão.
- Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania.
- Desenvolver as capacidades da comunidade acadêmica no sentido de melhorar a eficácia da sua intervenção face à exclusão social e à pobreza, e promoção de abordagens inovadoras, bem como utilizar o esporte como uma ferramenta poderosa de inclusão e transformação social.

2.1. A educação ambiental

A educação ambiental deve contemplar:

- I. abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- II. abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

- III. aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;
- IV. incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;
- V. estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

A Instituição, no decorrer de sua existência, implantará ações e projetos sociais e culturais visando construir uma imagem pública positiva de organização, ao atuar em parceria com organizações não governamentais, instituições da sociedade civil e com o Estado, tendo o compromisso de inovar e contribuir para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a superação das desigualdades existentes e formação onilateral do cidadão.

É assim, portanto, que a Instituição procurará constantemente implementar projetos sociais, diante dos desafios que a região em que a FAMO se insere apresenta, uma vez que é um grande desafio assumir na prática uma gestão que pense globalmente e aja localmente.

Esse processo se materializará por meio de programas de extensão que visam a abranger as linhas de atuação: educação, assistência social, cultura, saúde, geração de trabalho e renda, esporte e lazer. Atuará no apoio a comunidade e às organizações sociais na região de Porto Feliz

3. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Considerando o disposto na Dec. N° 5.296/2004, LEI N° 10.098, DE 19 de dezembro de 2000 e o Decreto N° 5.296/2004, estabelecem normas gerais e critérios

básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, a FAMO institucionalizou o Programa de Acessibilidade e Inclusão – PAI para tratar dessas questões e dar providências. As instalações físicas da Faculdade cumprem os requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais. A saber:

a) para alunos com deficiência física:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- Construção de rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeirantes;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeirantes;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;

b) para alunos com deficiência visual:

- Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
- Gravador e fotocopiadora que ampliem textos;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- Software de ampliação de tela do computador;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- Lupas;
- Scanner acoplado a computador;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

c) para alunos com deficiência auditiva

- Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
- Quando necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

4. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (LEI Nº 12.764/2012)

Nos termos da Lei 12.764/12 (Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. As pessoas portadoras do TEA (transtorno do espectro autista) têm seus direitos previstos na Constituição Federal em vigor, bem como alguns direitos contidos em leis específicas. A FAMO vem procurando preparar o corpo docente e técnico administrativo para melhor atender o discente com TEA, por meio de cursos de capacitação, como também a própria instituição tem investido em melhoria na estrutura física para melhor atender os alunos.

A FAMO conta com Projeto de Atendimento ao autista e com uma Neuropsicóloga experiente para atender os possíveis discentes com TEA.

5. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

Os seguintes princípios deverão nortear as práticas acadêmicas da Instituição.

- **Foco em um ponto intermediário entre ensino e aprendizagem.** Em uma educação focada na aprendizagem, o aluno é o construtor do seu próprio conhecimento e o professor um facilitador deste processo. Nesta abordagem, o aluno deve ser conduzido a aprender a aprender em vez de ser ensinado, assumindo um papel ativo e central dentro do processo educacional. Por outro lado, os paradigmas educacionais puramente focados na aprendizagem, considerados no seu extremo absoluto, levam o aprendiz a definir modelos e teorias próprias, desvinculadas da realidade da ciência já estabelecida. Ensino e aprendizagem não podem ser tratados de maneira isolada. O ensino, desvinculado das práticas de aprendizagem é voz no vazio e a aprendizagem sem o “norte” definido pelo ensino é um barco sem orientação em alto mar. Para maior efetividade, a construção do conhecimento deve ser vista como um processo dialético que se firma pela oposição contínua entre ensino e aprendizagem.
- **Aprendizagem e ensino como processos cíclicos de desenvolvimento contínuo e de direitos humanos.** O planejamento do ensino, aula após aula, ao longo de uma aula ou disciplina por disciplina, não precisa ser pensado somente da forma tradicional como uma sucessão de unidades elementares nas quais uma suposta unidade mais complexa deva ser precedida por todas as unidades que se supõe serem pré-requisitos. *Não há necessidade de darmos uma aula de Física a uma criança para somente então permitir que ela aprenda a andar, tome contato com as leis da Física e consiga conviver adequadamente com elas* (Ferreira et al., 2001, p. 401). Pode-se, por exemplo, partir-se do todo mais complexo em direção às partes constituintes seguindo uma abordagem *top-down*. O planejamento do ensino de uma disciplina pode assumir o objeto fundamental de estudo da disciplina como único objeto de estudo e, aula a aula, estudá-lo várias vezes em diferentes níveis de abrangência e profundidade em um processo contínuo, teoricamente sem fim. Cabe a cada professor, planejar a jornada de investigação do objeto fundamental de estudo da sua disciplina de acordo com as suas convicções sobre as complexidades envolvidas, infraestrutura, material didático disponível etc. *Ao propor um assunto a ser aprendido, cabe ao professor organizar estratégias que permitam a manifestação das concepções prévias dos alunos.* (Moretto, 2001:44). De forma correlata a aprendizagem também pode se dar

gradativamente de uma maneira cíclica e contínua e o professor deve *respeitar os saberes com que os educandos vêm à escola (Freire, 1997:33)*. Orientado por um professor ou partindo do zero e estando motivado para o que vai fazer, um aprendiz pode construir o seu próprio conhecimento na medida em que investiga um certo fenômeno, propõe um modelo para explicá-lo, avalia este modelo e, baseado no resultado da sua avaliação decide reformulá-lo ou não, tudo isto ao estilo dos métodos de investigação científica.

Este processo de construção do próprio conhecimento por um aprendiz leva-o a estabelecer uma postura crítica em relação às teorias estabelecidas, a percebê-las como explicações provisórias dadas pela ciência atual, promovendo o desenvolvimento contínuo do cidadão, contribuindo para a preservação dos direitos humanos.

- **Visão de cada disciplina como um todo que faz parte de um todo maior.**
Pressupõe-se que os fenômenos e objetos são partes de um todo maior e que se deve dar ênfase no todo ao invés das partes ou elementos inter-relacionados. Aqui o termo “parte” refere-se a uma ampla variedade de coisas tais como conceitos, fenômenos físicos, objetos, pessoas, artefatos sociais etc.. Cada parte afeta as propriedades de um sistema como um todo e depende de alguma outra parte do todo. Ou seja, um sistema ou fenômeno é considerado como um todo indivisível representando muito mais do que a simples soma de suas partes. Uma decorrência natural deste modo de pensar é que o desempenho de um sistema não pode ser julgado a partir da maneira como cada parte funciona isoladamente mas também e, sobretudo, em função da maneira como as partes combinam e se relacionam mutuamente. O tradicional método hipotético-dedutivo (observação, hipótese, predição dedutiva e avaliação) baseado nas relações de causa e efeito precisa ser revisto e aprimorado. Afinal, o todo tem implicação sobre a parte e a parte implica no todo; qualquer modificação da parte modifica o todo e as relações entre eles. Sendo parte de um todo maior, cada curso ou disciplina não pode ser compreendido sem as suas relações com a História, a Política, a Geografia, a Economia, a Psicologia, a Matemática, a Física, a Antropologia etc.. Aceitando esta abordagem e ciente das suas implicações, o docente deve se esforçar para estabelecer relações entre a sua disciplina e as outras áreas, motivando o aluno

para a busca de conhecimentos nos mais variados campos. Por outro lado, cada curso ou disciplina tem implicações sobre este todo maior. Por exemplo, considerando que este todo maior seja a sociedade, cada disciplina de um curso deve abordar as suas repercussões sociais, éticas, legais, antropológicas etc..

- **Visão interdisciplinar do mundo.** Em consonância com a Metodologia Institucional: *Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*, decorre do princípio de que o todo tem influência sobre uma parte e de que esta parte influencia o todo, o fato de que as partes do todo são interdependentes. Cada disciplina é também uma parte do todo que é o curso do qual faz parte, somente podendo ser plenamente entendida a partir do entendimento do todo e das outras disciplinas que formam este todo.
- **Repercussões éticas, sociais e legais dos cursos discutidos ao longo de todo currículo e atividades do curso.** Independentemente da disciplina, existem repercussões éticas, sociais e legais associadas a ela. Para apoiar o desenvolvimento destas habilidades, este princípio pedagógico estabelece que elas sejam exercitadas em todas as disciplinas dos currículos e em todas as outras atividades extracurriculares que um curso envolve.

Reconhecimento da heterogeneidade do corpo discente. Alunos são diferentes e singulares, sendo o conhecimento destas diferenças individuais fundamental para uma aprendizagem mais satisfatória e para um crescimento da personalidade do aluno. Este princípio estabelece que os professores tratem os seus alunos como pessoas distintas nas suas individualidades e que procurem adequar, na medida do possível, os seus métodos didáticos a estas diferenças individuais, facultando a justiça social, os direitos humanos, a pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e a superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.

- **Incentivo à leitura, escrita e busca de informações relevantes para a sua área de formação.** Todo professor deve, na sala de aula ou em qualquer outra atividade que desenvolve, incentivar os alunos à leitura, à escrita e a procurar informações técnico-científicas.

- **Grupos e interatividade.** O desenvolvimento de atividades em grupo e o estabelecimento de alto grau de interatividade entre alunos, entre aluno e professor e entre professores deve ser buscado sempre que possível. A interatividade deve permear as estratégias educacionais de cada disciplina.
- **O contexto social e ambiental como fonte de suporte intelectual, afetivo e de problemas.** O contexto social e ambiental do aluno pode ser utilizado como fonte de suporte intelectual e afetivo ou mesmo de problemas contextuais para serem resolvidos (Freire, 1975). O aluno pode aprender com a comunidade bem como auxiliar a comunidade a identificar problemas tanto no âmbito social quanto no âmbito ambiental, resolvê-los e apresentar a solução para a comunidade, auxiliando no desenvolvimento da comunidade, bem como na melhoria da qualidade de vida por meio de ações ambientais sustentáveis. Neste sentido, este princípio pedagógico estabelece que os professores analisem e relacionem o universo de conhecimentos, experiências e vivência do aluno com as atividades acadêmicas, formulando questões que envolvam a sua comunidade, a sociedade e o meio ambiente, respeitando a sua realidade intelectual e social.
- **Ações institucionais relativas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.** As ações da FAMO são voltadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, que são trabalhadas nas atividades e projetos de extensão com participação dos cursos de graduação através da realização de eventos tais como: a difusão da cultura afro-brasileira, discussão e conscientização sobre o meio ambiente bem como produção artística e ao patrimônio cultural. FAMO desenvolve ações, promove palestras, semana de curso, visitas culturais, visitas técnicas, disponibiliza coleta seletiva, desenvolve palestras sobre a importância dessa coleta no desenvolvimento de um ambiente saudável. Nesse contexto, busca trazer mudanças de hábitos de consumo e de formação de novos valores em relação à reciclagem e sensibilização com o meio ambiente, no sentido de terem a consciência da importância da separação do lixo. E com este Projeto atendemos a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que trata da Educação Ambiental e o Decreto 7.746/2012 e Instrução Normativa 10/2012 sobre o Desenvolvimento Nacional Sustentável. Para atender este requisito, a FAMO

realiza eventos culturais com a participação do corpo discente de todos os cursos ofertados na Faculdade, com exposições, realização de feiras interculturais, feira do empreendedor, semana do meio ambiente, além da inserção de conteúdos disciplinares nos projetos dos cursos.

Para cada objetivo da Instituição, descrevemos a seguir as metas planejadas para alcançá-los.

- Estar permanentemente atenta e sensível às necessidades, potencialidades e carências da região em que a Instituição está inserida, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os regionais, prestar serviços especializados à comunidade, promover programas de extensão e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, no que tange a dimensão ambiental, à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.
- Estabelecer parcerias com órgãos governamentais dos municípios da região, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social;
- Criar e realizar anualmente simpósios envolvendo setores da sociedade local e membros da Faculdade para prospecção e discussão da problemática regional;
- Permanentemente colecionar e analisar dados estatísticos regionais publicados pelo IBGE, SEADE ou órgãos privados e públicos regionais;
- Relatar dados estatísticos regionais e sínteses sobre tais dados às instâncias cabíveis na Instituição;
- Criar programas de extensão segundo necessidades e factibilidade econômica;
- Criar as condições para que os habitantes da região em que a FAMO está inserida possam ter acesso à Faculdade, considerando as suas dificuldades econômicas.
- Desenvolver estratégias para diminuição do custo dos cursos, de modo a poder torná-los factível a uma quantidade maior de pessoas da região;

- Firmar convênios com empresas e prefeituras da região com o objetivo de oferecer bolsas e transporte;
- Oferecer bolsas a fundo perdido e bolsas restituíveis a alunos da Instituição;
- Formar profissionais e especialistas de nível superior, comprometidos com a transformação da sociedade, suscitando o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional, criando um espaço para o desenvolvimento de pessoas conscientes das suas ações sobre o mundo e do mundo sobre o seu trabalho.
- Estabelecer, antes do início de cada período letivo, programas de disciplinas que levem em conta: (1) as propostas pedagógicas do PPI, (2) o conhecimento adquirido sobre as necessidades regionais e (3) os avanços científico-tecnológicos (Colegiados de curso, coordenadores, corpo docente);
- Adequar os projetos pedagógicos dos cursos da Faculdade tendo em vista a formação de um ser humano, cidadão, sensível aos problemas ambientais, sociais, às necessidades, aos direitos humanos, potencialidades e carências regionais e consciente das influências da conjuntura socioeconômica nacional e internacional, os avanços técnico-científicos e o mundo globalizado;
- Propor projetos pedagógicos para novos cursos em consonância com as diretrizes curriculares existentes para cada área de conhecimento, o Projeto Pedagógico Institucional, os avanços tecnológicos e as possíveis especificidades.
- Desenvolver amplo projeto de flexibilização curricular com objetivo de implementar o que dispõe a LDB, os pareceres e as normas complementares do Sistema Federal de Educação.
- Desenvolver procedimentos para implementação das disposições regimentais concernentes às oportunidades diferenciadas de integralização curricular.
- Estimular a criação cultural estabelecendo meios para o seu desenvolvimento, divulgação, aperfeiçoamento e difusão da cultura em geral e em particular aquela subjacente à comunidade na qual a Faculdade está inserida.
- Promover pelo menos dois eventos/atividades culturais por semestre;

- Divulgar e debater o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e os resultados da Auto avaliação Institucional a todos os segmentos da Comunidade Acadêmica com o intuito de informar, permitir a reflexão, o debate e a formulação de ações que resultem em melhoria da qualidade na Instituição.
- Promover simpósios, utilizar a Internet ou outras mídias para divulgar e discutir o PDI, o PPI e a CPA com toda comunidade acadêmica e administrativa tendo em vista a sua compreensão, implementação e contínua;
- Continuamente planejar, orientar e acompanhar a implementação do planejamento nos mais diferentes segmentos da Instituição e avaliar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos, por meio de pesquisas e estudos da CPA;
- Promover anualmente semanas de curso na Instituição, eventos cujos objetivos são: (1) permitir o intercâmbio de conhecimentos entre os docentes; (2) a integração entre as diferentes áreas; (3) o estudo e a discussão de métodos de ensino e de aprendizagem; (4) a discussão de temas relacionados ao PPI, ao PDI e à CPA; (5) a divulgação pelos alunos de resultados de trabalhos realizados por eles; (6) discutir e estar atendo aos requisitos legais vigentes.
- Relatar dados estatísticos regionais e sínteses sobre tais dados às instâncias cabíveis na Instituição.

6. Políticas de Ensino

A FAMO, ciente do importante papel da educação para o profissional contemporâneo, empreende significativos esforços para o desenvolvimento da Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu. Os cursos, ministrados por professores de reconhecida atuação acadêmico-profissional, são voltados para o aprofundamento na formação ética e cidadã do aluno, para a preparação profissional que permita ao egresso destacar-se no competitivo mundo do trabalho, bem como para a conscientização da importância da formação continuada.

São políticas de ensino da instituição:

- o desenvolvimento de educação de qualidade;

- comprometimento com a Excelência Acadêmica;
- disponibilização de infraestrutura moderna;
- ensino por Professores qualificados, titulados e atualizados;
- formação e preparação para o mundo do trabalho;
- formação em Pesquisa e atividades de Intervenção Social;
- formação para educação continuada;
- responsabilidade social;
- seriedade e transparência em acordo com os regulamentos internos;
- eficiência no atendimento ao alunado;
- comprometimento e sintonia com a legislação da Educação Superior;
- contribuição para o desenvolvimento do ser humano, da sociedade, facultando o diálogo regional, nacional, a promoção dos direitos humanos, a preservação ambiental, a inclusão social, a igualdade étnica e o respeito à diversidade de gênero;
- A promoção de formas alternativas de educação nos cursos de forma a diminuir custos e, com isto, oferecer educação superior a classes menos favorecidas;
- A melhoria da qualidade da gestão da educação;
- A melhoria da ação institucional de interação com o seu entorno no sentido de conhecer as necessidades regionais e, com isto, formar profissionais conscientes da problemática regional;
- A implantação de novos projetos pedagógicos de cursos consistentes com o Projeto Pedagógico Institucional;
- A consolidação de projetos pedagógicos dos cursos implantados;
- Implementação e acompanhamento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas metodológicas no ensino, na pesquisa e na extensão presencial e em EAD;
- Obtenção de índices satisfatórios nos Cursos que se submetem ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE);

- Obtenção de índices satisfatórios nas condições de oferta de todos os cursos de graduação;
- Composição do quadro docente com ampliação de professores titulados e em jornada de tempo integral;
- Implantação de novos cursos de graduação, de acordo com as demandas da sociedade;
- Aprimoramento do modelo de gestão;
- Redução do índice de evasão;
- Inserção do ensino semipresencial e a distância na graduação e na pós-graduação;
- Estabelecimento de relações interinstitucionais (nacionais e internacionais);
- Envolvimento da comunidade acadêmica em todos os processos de avaliação;
- Capacitação de gestores e de docentes;
- Acompanhamento de todas as metas estabelecidas: avaliação contínua e replanejamento;
- Consolidação da cultura da auto avaliação ampliando as ações avaliativas na área administrativa;

7. Política de Pesquisa e de Ensino de Pós-Graduação

Para a oferta de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, observa-se o que rege a legislação em vigor, especialmente as normas constantes na Resolução CNE/CES nº 1, de 03 de abril de 2001, que estabelece regras para o funcionamento de cursos de pós-graduação nestas modalidades, e, ainda, a Portaria Ministerial nº 328, de 1º de fevereiro de 2005, que determina a necessidade do cadastro eletrônico dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, em consonância com as orientações da Diretoria de Estatística e Avaliação do Ensino Superior (DEAES), bem como, a partir de 02 de junho de 2014, cadastro no sistema e-MEC, conforme previsto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014 e na Resolução CNE Nº 2, de 2 de fevereiro de 2014. Ressalta-se que as propostas de cursos de *lato sensu* serão submetidas à análise pelas

Coordenações e, em seguida, pelos órgãos colegiados da FAMO. A oferta, expansão e manutenção de cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão têm sua concepção embasada em uma política de parceria com os docentes da Faculdade, que objetiva, principalmente, a valorização do corpo docente e a integração mais estreita com o ensino de graduação na medida em que os referidos cursos devem contribuir para a formação continuada, bem como para o aprofundamento de determinadas temáticas.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a serem ofertados futuramente, após o amadurecimento das ações e cursos de graduação e de *lato sensu*, por sua vez, terão sua concepção vinculada ao histórico da pesquisa institucional, em que se valoriza, inicialmente, a os trabalhos de conclusão, de Iniciação Científica, e, somente então, a implantação dos programas de pós-graduação.

Quanto à coordenação dos programas, esta caberá a um Conselho de Programa a ser eleito e composto quando de sua necessidade. Uma vez que os cursos de pós-graduação devem decorrer do processo institucional de pesquisa, faz-se necessário destacar a concepção e os princípios norteadores das atividades de pesquisa docente e discente que a Instituição preconiza.

- A pesquisa é pensada na FAMO, considerando-se a necessidade de despertar a vocação científica, de incentivar talentos potenciais entre os estudantes de graduação e de estimular o desenvolvimento científico de seu corpo docente, bem como de ofertar formação continuada à comunidade interna e externa, promovendo o direito à educação, garantindo os direitos humanos, a justiça social, a saúde, o trabalho, o consumo, a cultural, a pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e a superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social. Sua institucionalização e seu objetivo maior é dar cumprimento ao que define o artigo 53, da LDBDEN n° 9394, segundo o qual cabe às instituições de ensino superior estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão. Nesta Faculdade, e por ser faculdade não tem a obrigação maior focada na pesquisa, e sim na graduação, apesar disso, a pesquisa fundamenta-se no pressuposto estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de que a pesquisa científica e tecnológica, por ter se tornado uma atividade complexa, exige, de maneira crescente, a conjugação de vários

tipos de conhecimentos e habilidades, envolvendo sua promoção e, cada vez mais, a colaboração de diversos profissionais, organizados em grupos de pesquisa. A concepção de linhas, grupos e projetos de pesquisa orientar-se-á, também, pela concepção do CNPq, assim estabelecida no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil:

- projetos de pesquisa: consistem na investigação, com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando à obtenção de resultados de causa e efeito ou colocação de fato novo em evidência;
- linhas de pesquisa: representam temas aglutinadores de estudos científicos e/ou tecnológicos, que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam relação entre si. Sua definição deve levar em conta resultados de pesquisas de docentes e de alunos de iniciação científica desenvolvidas, inicialmente, em projetos isolados;
- grupos de pesquisa: são caracterizados pela liderança de um ou, excepcionalmente, dois pesquisadores seniores, podendo contar com outros pesquisadores, alunos e pessoal de apoio técnico. Um grupo compartilha linhas de pesquisa, equipamentos, instalações e demais recursos, e deve ter pelo menos uma produção científica e tecnológica.

Na FAMO, além de se observarem os pressupostos estabelecidos pelo CNPq, serão adotados os seguintes princípios, em relação à pesquisa, quando de sua implantação e necessidade:

- fomento a projetos de pesquisa julgados relevantes para a consolidação, criação ou reestruturação de grupos e linhas de pesquisa de interesse da FAMO;
- suporte aos grupos e linhas de pesquisas;
- difusão do processo de investigação docente e discente como uma prática institucional;
- incentivo ao desenvolvimento da vocação científica, por meio de atividades de iniciação científica, da oferta de cursos *lato* (e *stricto sensu* futuramente) e de cursos de extensão;
- criação de programas que estimulem a capacitação e a qualificação docente por meio dos programas:

- Programa de Qualificação Docente Eventos, que consiste no auxílio para participação em eventos nacionais e internacionais;
- Programa de Capacitação Docente Estudos, que consiste no auxílio à formação de novos pesquisadores, vinculados aos grupos de pesquisa, em programas recomendados pela CAPES;
- Programa Institucional de Iniciação Científica, que consiste na concessão de bolsas a alunos de graduação, por meio de quota própria, e futuramente do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no futuro quando de sua implantação;
- Programa de Apoio à Pesquisa, que consiste na disponibilização de recursos para aquisição de material de consumo e permanente vinculados à pesquisa;
- Programa de Captação de Recursos, que consiste na captação de recursos junto a agências de fomento e empresas, quando os programas estiverem sendo oferecidos.

Para avaliação e manutenção da qualidade da pesquisa, a FAMO deverá contar com comitês científicos, interno e externo. Ao comitê interno, a ser formado por pesquisadores doutores de diversas áreas do conhecimento, caberá a primeira análise dos projetos de pesquisa, de iniciação científica e de relatórios de produtividade. Ao externo, a ser formado por pesquisadores nível I do CNPq, caberá avaliar os projetos aprovados pelo comitê interno, referendando ou não a análise anterior. À Coordenação de Pós caberá orientar o trabalho dos comitês, fundamentando-se nos indicadores CAPES de produção científica, técnica e artística e nos critérios estabelecidos pelo CNPq.

Considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as atividades de pesquisa são articuladas com as atividades de ensino de graduação, pós-graduação e extensão. Tal articulação pode realizar-se por meio dos seguintes instrumentos:

- programas de bolsas de iniciação científica da FAMO e do CNPq;
- programa de capacitação docente;
- programa de qualificação docente;
- programa de apoio à pesquisa;
- estágios supervisionados de docência dos alunos de pós-graduação;

- TCCs de graduação, mediante os quais se busca a integração com os grandes temas dos grupos de pesquisa e dos projetos de pesquisa;
- participação de alunos de graduação em trabalhos de extensão e comunitários, vinculados a grupos de pesquisa.

Ressalte-se, por fim, que as atividades de ensino de pós-graduação e pesquisa na FAMO, terão seu início com projetos de TCC, extensão, lato sensu, e, paulatinamente caminharão para possíveis cursos de Stricto sensu, devendo fundamentar-se no objetivo de promover a inovação e o enriquecimento de seus programas de ensino, bem como de ampliar os conhecimentos e o saber de seus agentes educacionais, de seus educandos e da sociedade. Em consonância com a missão institucional, elas buscam a promoção de mudanças na região e no País.

8. Políticas de Extensão

As atividades de ensino de pós-graduação e pesquisa na FAMO fundamentam-se no objetivo de promover a inovação e o enriquecimento de seus programas de ensino, bem como de ampliar os conhecimentos e o saber de seus agentes educacionais, de seus educandos e da sociedade. A extensão é um processo articulatório entre ensino e pesquisa, imbricando-os com a sociedade em que a FAMO está inserida.

Neste sentido, o envolvimento de toda a Faculdade dar-se-á pelo ensino, atendendo à população por intermédio de um processo de educação superior crítica, com competência técnica e política, e garantindo uma formação cidadã; e pela pesquisa, básica ou aplicada, utilizando metodologia apropriada ao estudo de problemas relevantes com que se depara a sociedade.

Neste novo contexto, refuta-se a concepção tradicional de extensão de cunho paternalista, que privilegiava a prestação de serviços. Inicia-se, então, um processo de construção da extensão, a fim de efetivá-la como uma relação, um diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular com o objetivo de produzir novos saberes. Com esta proposta, a FAMO afasta-se da tarefa de substituir o Estado em ações de simples atendimento a populações carentes.

Deste modo, na FAMO, considera-se que a atividade de extensão seja construída em um processo de diálogo no qual se imbriquem saberes que precisam ser, necessariamente, considerados no planejamento das ações.

Nesta ótica, a extensão é um agente de reconstrução do conhecimento em um processo educativo-pedagógico que propicia um envolvimento mais profundo a FAMO com a sociedade. Esta nova concepção faculta, conforme Soares (2003), a produção de conhecimentos na interface Faculdade/comunidade, traduzindo um conceito multidisciplinar, como decorrência desta prática. Por conseguinte, segundo esta nova concepção, parafraseando Demo (2001), a extensão não pode ter um caráter ocasional, o que denotaria ausência de comprometimento com a comunidade acadêmica e com a sociedade.

Em decorrência deste processo, busca-se garantir à comunidade acadêmica a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico, resultante do confronto com a realidade regional e brasileira; socializar o conhecimento produzido e propiciar a participação efetiva da comunidade na atuação da Faculdade.

Assim concebida, a extensão na FAMO caracteriza-se pela articulação indissociável com o ensino e com a pesquisa, possibilitando um relacionamento transformador entre a Faculdade e a sociedade, por meio de um trabalho interdisciplinar, que visa à integração social e enfoca a dialética teoria/ prática, em consonância com a Metodologia Institucional.

Para a efetivação deste processo, a Política de Extensão da FAMO é regida pelos seguintes princípios:

- gestão democrático-participativa
- desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e diversidade;
- respeito ao meio ambiente;
- valorização dos direitos fundamentais e dos direitos humanos;
- produção e/ ou socialização do conhecimento;
- interdisciplinaridade nas ações de extensão;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- regionalidade nas ações;
- ética e justiça na relação Faculdade-sociedade-ambiente.

Articulando-se à pesquisa e ao ensino, como uma atividade geradora e socializadora de conhecimento, a extensão, na FAMO, tem como objetivos:

- promover a interação transformadora entre a Faculdade e a sociedade;
- contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- respeitar e incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica;
- estimular a inclusão de atividades de extensão nos currículos;
- oferecer ao educando a oportunidade de participar de ações que possam reduzir os problemas gerados pela exclusão social.

Considerando-se os princípios da extensão e seus objetivos, importa observar que as ações pertinentes aos projetos de intervenção da FAMO atentam para a manutenção de um compromisso com a transformação social, objetivando a construção de um processo de emancipação/autonomia da comunidade onde a intervenção é realizada. Este processo, portanto, envolve professores e alunos no planejamento e na execução das ações e, também, a comunidade externa no desenho desta intervenção, considerando-se sua fala quanto à identificação e caracterização do problema, bem como quanto à metodologia nelas empregada. Para isso, envolve os discentes em visitas técnicas, vistas a escolas públicas sobre a importância do voto e direito de exercer a cidadania, oferta de cursos de nivelamento, aulas de inglês, português, informática, primeiros socorros, direito da mulher, Eco FAMO, da Faculdade, privilegiando ações interdisciplinares e sociais ofertados à comunidade interna e externa, que concorram para a produção e socialização de conhecimentos.

Estas ações, quanto a sua estrutura, realizam-se na forma de:

- programa: conjunto de projetos de extensão correlacionados;
- projeto: plano sistematizado de ação de natureza restrita quanto à duração e aos recursos;
- curso: conjunto articulado de conteúdos pedagogicamente ministrados, de caráter teórico e/ ou prático, presencial e/ ou a distância, planejados e organizados de maneira sistemática, com carga horária mínima de 8 (oito) horas;
- evento: acontecimentos de curta duração, acadêmicos ou não, que contribuam para a formação acadêmico-científico-cultural;

- prestação de serviços: realização de trabalho oferecido ou contratado, incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional;
- produção e publicação: elaboração de produtos que instrumentalizem ou são resultado de atividades de extensão, tais como cartilhas, vídeos, filmes, *softwares*, CD's, livros, revistas, entre outros.

A gestão da extensão caberá à Coordenadoria de Cursos. Este grupo gestor orientará suas ações, observando as seguintes diretrizes:

- a) acompanhamento permanente e transparente;
- b) busca de viabilidade institucional e financeira;
- c) incentivo à formação de programas interdisciplinares com base em eixos temáticos e
- d) realização de avaliação periódica.

Além destas diretrizes, na análise dos Projetos de Extensão, o grupo gestor observará a necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o perfil dos atores e a relação com os eixos temáticos privilegiados na FAMO, quais sejam: ambiente, cultura e desenvolvimento; transformações no mundo do trabalho e organizações produtivas; relação sociedade, Estado e cidadania; sociedade civil e movimentos sociais; etnicidade e relações de gênero; ciência, tecnologia e desenvolvimento e saúde e educação continuada.

Necessariamente, as ações de extensão (projetos, programas, cursos etc.) contam com um coordenador a quem cabe a) buscar recursos públicos e privados; coordenar as equipes; gerenciar os recursos disponíveis; garantir o cumprimento do cronograma; elaborar relatórios das atividades, divulgar resultados e manter arquivo completo das atividades de extensão.

Visando ao permanente aprimoramento das ações de extensão, a extensão é submetida a avaliações internas pela CPA e à avaliação externa pelo Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES).

Naturalmente, as ações de extensão, orientadas pela política acima expressa, se efetivam com o real envolvimento das comunidades interna e externa, principalmente de docentes e discentes engajados na produção e socialização de conhecimento, visando à transformação social.

9. Políticas de Educação a Distância

Em decorrência da evolução da FAMO e visando à democratização do conhecimento e do saber, a FAMO pretende ingressar na oferta de educação a distância, considerando a questão da inclusão e do saber compartilhado, primeiramente como polo da Faculdade Campo Limpo Paulista -FACCAMP.

Caracterizar-se-ão como políticas de Educação a Distância na FAMO:

- universalização e democratização do acesso à informação, do conhecimento e da educação;
- fomento a pesquisas que propiciem uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico;
- difusão do uso de TICs para fins educacionais;
- estímulo à implantação de cursos (graduação e pós-graduação)/ disciplinas a distância, via Internet;
- criação de projetos-pilotos em EAD;
- compartilhamento de experiências em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA);
- garantia de padrões de qualidade para oferta de cursos e disciplinas na modalidade a distância;
- desenvolvimento de parcerias que possibilitem a oferta de cursos em âmbito nacional e internacional.

10. Políticas de Gestão

A FAMO tem como objetivo principal para o planejamento e gestão institucional o equilíbrio na relação entre projeto acadêmico, acadêmico-administrativo e administrativo propriamente dito, visando propiciar a máxima articulação entre administrativo e acadêmico de forma sistemática e contínua.

A Faculdade estará sempre adaptando e redefinindo o processo administrativo, ajustando-o aos meios disponíveis, recursos materiais, pessoais, estrutura organizacional, fluxos de comunicações e outros, de maneira a possibilitar a realização plena dos objetivos estabelecidos pela política de ensino, extensão e pesquisa.

O movimento institucional exigirá definição do processo administrativo, que com o crescimento da instituição e no atendimento de suas novas demandas, obrigará a respostas imediatas inclusive à redefinição de suas práticas e formas organizacionais e administrativas.

A atual complexidade da organização, implica em articulações e processos que visem sempre à harmonização e ao diálogo entre a política acadêmica e a política administrativa.

A Faculdade é também uma organização burocrática, com todos os benefícios e vícios daí decorrentes. Pela burocracia passam as decisões e todas as atividades administrativas. Tem hierarquia bem definida em diferentes níveis, tanto deliberativa como executiva, relações formais de autoridade, órgãos decisórios, canais de comunicação, normas, regulamentos para a exigência de tarefas, que propiciam legitimidade e reconhecimento aos procedimentos e atos executivos.

A administração orienta-se em suportar o que define a política acadêmica, tornando-se a norma das práticas acadêmico-administrativas e também se orienta pelo Regimento da Instituição.

É política da Instituição o desenvolvimento de medidas que possam contribuir para a convergência e equilíbrio das visões acadêmicas e administrativas de forma a caminharem lado a lado, empenhadas em alcançar os mesmos fins.

11. Responsabilidade social da instituição

O principal componente de responsabilidade social desta Instituição é o desenvolvimento educacional, como também a qualificação para o trabalho, o preparo para o exercício da cidadania em organizações produtivas, considerando sua relação com a sociedade, o Estado, e a sensibilização do corpo discente aos problemas sociais e ambientais do mundo moderno, bem como a evolução profissional dos corpos docente e técnico administrativo, por meio de educação continuada, promovendo direito humanos à comunidade interna e externa.

Em relação ao corpo social da Instituição ressalta-se:

- A política de concessão a alunos de bolsas a “fundo perdido” e bolsas restituíveis que atuam no sentido de diminuir a evasão por motivos econômicos, constituindo um fator de inclusão social;
- A política de concessão de bolsas a funcionários e parentes de funcionários e professores;
- A concessão de bolsas de trabalho e de monitoria a alunos;
- As atividades de formação geral, presentes nas Atividades e Avaliações que, durante as duas primeiras semanas de cada semestre, propicia a reflexão e discussão de temas relacionados ao meio ambiente, à cidadania, à ética, à moral, à violência urbana, à sociodiversidade etc.;
- As produções culturais na área do teatro, da dança e do canto, no qual alunos são convidados a participar de forma ativa ou como audiência;
- Os convênios com empresas da região tendo como contrapartida da Instituição o oferecimento de descontos em mensalidades;
- A política de concessão de benefícios a funcionários e professores.

No campo alheio ao corpo social da Instituição, mas afeto à comunidade, destacamos futuras parcerias com a prefeitura do município de Porto Feliz que possibilitarão ações tais como:

- A seleção e o oferecimento de bolsas pela prefeitura municipal a partir de abatimentos em tributos e taxas municipais a que a Instituição está sujeita;
- O oferecimento de pós-graduação *lato sensu* sobre Alfabetização com o objetivo de melhor capacitar as professoras da rede municipal ao exercício da importante atividade de educar para a leitura, interpretação e escrita da língua portuguesa;
- A participação em programas de inclusão digital;

Em consonância com a missão da Instituição, pretende-se a definição de políticas que possibilitem uma interlocução maior com outras organizações regionais (Empresas, ONGs, Igrejas, Organizações de bairros etc.) a fim de contribuir, cada vez mais, para a solução de problemas da comunidade.

12. Políticas de Educação Inclusiva

As políticas de acesso e manutenção do discente já se mostram bastante efetivas para incluir alunos que por questões financeiras são excluídos da educação superior. As políticas de bolsas do FAMO têm o objetivo de inserir esse aluno no processo de formação de terceiro grau de qualidade.

Mesmo para aqueles que têm condições de arcar com os custos da formação superior, mas que, por algum motivo, apresentam deficiência na sua formação básica e não conseguem acompanhar as exigências de um curso superior, a FAMO tem políticas de nivelamento que procuram suprir as lacunas diagnosticadas nos alunos ingressantes.

Outro ponto fundamental para uma educação inclusiva diz respeito a criação de condições de aprendizagem para portadores de necessidades especiais. Com o novo cenário que se instaura nas instituições de ensino em virtude das políticas públicas e dos requisitos legais que incentivam e investem na questão da inclusão nos diferentes níveis, a FAMO tem buscado ampliar e qualificar o espaço institucional e os profissionais de ensino que a compõe no intuito de acolher e atender às necessidades dos sujeitos com necessidades especiais. Para tanto, a instituição segue rigorosamente a legislação que especifica em seus artigos sobre o assunto.

Dessa forma, compreendendo a inclusão enquanto um processo sócio-histórico-cultural que tem por objetivo inserir as pessoas com necessidades especiais nos diferentes espaços de convivência, aprendizagem e trabalho, a FAMO busca garantir não apenas os meios de integrar essas pessoas no contexto educativo através de atividades de socialização, mas, sobretudo, incluí-los enquanto participantes ativos do cenário educacional. Em outras palavras, entre ações administrativas e pedagógicas a pretensão é favorecer o desenvolvimento e a socialização de habilidades e a construção de competências para o mercado de trabalho e para a vida.

Visa a propiciar aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus, buscando eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais para acesso dos estudantes.

Para os alunos com deficiência auditiva, por meio do Programa de Acessibilidade e Inclusão - PAI, existe na FAMO o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- interpretes de libras/língua portuguesa;
- flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado).
- materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos;

Destaca-se ainda que, de acordo com legislação, a disciplina de Libras está inserida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, e como disciplina optativa para os demais cursos de graduação.

Já aos alunos com deficiência visual, buscar-se-á proporcionar, todas as condições necessárias para que possam cursar plenamente ao curso escolhido. O site da FAMO conta com certificação digital para acessibilidade.

Título 3: Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

As tabelas a seguir descrevem a programação da Instituição no que tange:

- À abertura de cursos presenciais de graduação e pós-graduação;
- Ao projeto e implantação de um programa de educação à distância;
- Ao aumento e remanejamento de vagas;
- Às ações de extensão e programas de pesquisa.

Tabela I – Projeção de indicadores sobre o desenvolvimento da Faculdade de Tecnologia Porto da Monções

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019
Quantidade de cursos graduação presenciais	6	7	A aditar	A aditar	A aditar
Quantidade de cursos de extensão	3	5	7	7	A aditar
Quantidade de cursos de pós-graduação lato sensu	4	5	6	A aditar	A aditar
Quantidade de alunos matriculados (início do período letivo)	186	266	360	460	600
Quantidade de docentes	28	32	35	40	45
Quantidade de funcionários do corpo técnico-administrativo	6	7	8	8	8
Quantidade de computadores (área acadêmica e administrativa)	15	25	34	36	39
Quantidade total do acervo bibliográfico	6939	7979	9200	10580	11368
Área construída (m ²)	1900	1900	2500	A aditar	A aditar

Tabela II - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

	ANO	Turno	No. Vagas	Carga	Período
Gestão De Recursos Humanos (Tecnológico - Presencial)	2011	Noturno	100	1600	4,0
Logística (Tecnológico - Presencial)	2011	Noturno	100	1600	4,0
Marketing (Tecnológico - Presencial)	2011	Noturno	100	1600	4,0
Ciências Contábeis (bacharelado – Presencial)	2013	Noturno	100	3300	8,0
Engenharia de Produção (Bacharelado)	2014	Noturno	50	4160	10,0
Bacharelado em Engenharia Civil	2014	Noturno	50	4160	10,0
A Aditar	2015				

Tabela III - Cronograma de Metas: Graduação

Metas	2015	2016	2017	2018	2019
Crescimento/comparação n° alunos	186	266	360	460	600
Financeiros	Reajuste 7%	Reajuste 7%	Reajuste 7 a 8%	Reajuste 7 a 8%	Reajuste 8 a 10%
	Reduzir inadimplência para 7,5%	Reduzir inadimplência para 7,5%	Reduzir inadimplência para 7,5 %	Reduzir inadimplência para 7,5 %	Reduzir inadimplência para 7,5%
Avaliação CPA	Implementação de estudos	02 projetos	02 projetos	Reformulação dos Processos de avaliação	Execução dos processos de avaliação revistos
Gestão	Foco na prática 50 %	Foco na prática 50 a 65 %	Foco na prática 50 a 65 %	Foco na prática 50 a 65 %	Foco na prática 50 a 65 %

Titulação dos docentes	30% M e D	33 a 35% M e D	35 a 38% M e D	40 a 45% M e D	40 a 45% M e D
Evasão e transferência de alunos	10 %	10 %	10 %	9%	9%

Tabela IV – Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (Lato Sensu) e Extensão

O amadurecimento adquirido com a graduação conduzirá a uma melhoria na compreensão dos problemas e necessidades da comunidade, de tal modo que a Instituição pretende ofertar, também cursos de extensão, pós-graduação Lato Sensu e promover outras ações de extensão, como, por exemplo, palestras, workshops, semanas culturais e artísticas, etc.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DA FAMO – PERÍODO 2015-2019 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E EXTENSÃO					
CURSO	Vagas/ Turma	Carga horária	Modalidade	Período	Ano
MBA Gestão de Pessoas	50 1 turma	360h	Lato Sensu Presencial	Noturno	2015
MBA Gestão Engenharia Logística	50 1 turma	360h	Lato Sensu Presencial	Noturno	2015
Extensão					
Língua Portuguesa	50	60	Extensão – Presencial	Matutino aos sábados	2015
Língua Inglesa	60	60	Extensão – Presencial	Matutino aos sábados	2015
Matemática	50	60	Extensão – Presencial	Matutino aos sábados	2015

Tabela V - Cronograma de Metas: Extensão e Assuntos Comunitários

Metas	2015	2016	2017	2018	2019
n° de alunos envolvidos na extensão	35	60	80	90	100
Aumento do n° de cursos de Graduação que desenvolvem atividades de Extensão		10%	15%	20%	30%
CPA - Avaliação das Ações da Extensão			Avaliação dos programas de extensão; Avaliação dos representantes de classe	Avaliação do Programa de egressos	Reformulação dos processos .
Criação de um programa de relacionamento com o aluno - Ouvidoria	Site	Site	Implantação de projeto com alunos da graduação	Implantação de projeto-piloto com os egressos	Reformulação dos Processos
Utilização das TICs nas gestão dos processos	01 sistema em estudo	01 sistema concluído	02 sistemas concluídos	02 sistemas concluídos	03 sistemas concluídos
		01 estudo	02 estudos	02 estudos	

Tabela VI - Programas de Pesquisa

Os Programas de Pesquisa serão implantados, mediante estudo, em etapa posterior a esse PDI, caso haja demanda.

Tabela VII - Cronograma de Metas: Pós-graduação e Pesquisa

Metas	2015	2016	2017	2018	2019
Número de Alunos	-	60	80	100	150

Inadimplência/Egressos	-	-	7,5%	7,5%	7,5%
Avaliação CPA Cultura / Gestão	-	Avaliação cursos de Lato sensu	Avaliação do Perfil discente	Reformulação dos processos de avaliação	Continuidade do processo de Avaliação
Oferta de Especialização a Distância	-	-	X	X	X
Permanência de graduados da FAMO	-	Mínimo de 10% dos alunos egressos FAMO	Mínimo de 10% dos alunos egressos FAMO	Mínimo de 15% dos alunos egressos FAMO	Mínimo de 35% dos alunos egressos FAMO
Capacitação e Qualificação Docente – PCD Eventos e PCD Estudos	X	X	X	X	X
Ampliação da Infraestrutura Pesquisa	-	X	X	X	X

Tabela VIII - Cronograma de Metas: Educação a Distância

Metas	2015	2016	2017	2018	2019
Planejamento para implantação de 20% da carga horária dos cursos de graduação semipresenciais	X	X	X	X	X
Projeção de número de alunos possivelmente matriculados em DPs <i>online</i> (semipresenciais)	-	-	X	X	X
Implementação da Portaria MEC nº 4.059/ 2004 (possibilidade de oferta de até 20% da carga horária de cursos a distância)	-	-	X	X	X
Implantação da Plataforma EAD	-	-	X	X	X
Capacitação e suporte à comunidade docente e discente para uso da Plataforma EAD	-		X	X	X
Implantação de semipresencialidade nos cursos de graduação - uso da	-	-	X	X	X

Plataforma EAD					
Implantação e oferta de cursos de extensão a distância	-	-	-	-	1

2. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas e elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso

Os projetos pedagógicos dos cursos da Instituição devem ser desenvolvidos de forma coletiva e deverão conter definições claras acerca dos objetivos do curso, do perfil dos egressos, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos princípios metodológicos que embasam a proposta e sua implementação, diretrizes para avaliação, conteúdos e componentes curriculares que compõem a sua estrutura curricular, sempre com base na Legislação e nas DCNs dos cursos.

A elaboração dos PPCs são orientadas pela Área de Assessoria Acadêmica e Planejamento de Cursos – AAPC, que juntamente com as Coordenações, Núcleos Docentes Estruturantes –NDEs, em consonância com a CPA e Setor da Procuração Institucional (PI), em um planejamento, estudo, análise e escrita compartilhados.

O setor de AAPC disponibiliza, em consonância com o setor de PI, roteiro de elaboração dos PPCs de acordo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, a fim de que cada coordenador com seu NDE e colegiado possam elaborar as partes pertinentes do PPC, matriz, perfil, objetivos, etc.

A elaboração dos projetos considera as leis e diretrizes vigentes, os requisitos legais referentes a direitos humanos, ao meio ambiente, cultura e desenvolvimento; transformações no mundo do trabalho e organizações produtivas; relação sociedade, Estado e cidadania; sociedade civil e movimentos sociais; etnicidade e relações de gênero e de sexualidade; ciência, tecnologia e desenvolvimento e saúde e educação continuada, bem como o momento socioeconômico e social, envolve a comunidade acadêmica de forma participativa, uma vez que esta participa de seu desenvolvimento de forma coletiva e democraticamente consolidada, refletindo, ainda que imperfeitamente, o norte das aspirações da Instituição, mas não representando camisa

de força, que limita o desenvolvimento do “projeto vivo” do curso. Nesse sentido, pontua Resende (2001, p. 92):

Um Projeto Político-Pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma IES de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas.

Dessa maneira, os projetos, visam ao esclarecimento dos caminhos que a Instituição e seus integrantes estão percorrendo para alcançar a formação de egressos dos cursos ofertados na IES.

Os Projetos Pedagógicos de Curso seguem a concepção de currículo adotada pela IES, pautada pelo Projeto Pedagógico Institucional da FAMO. Desse modo, o currículo é entendido como elemento formador de identidades individuais e sociais, o que pressupõe a adoção de referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos, éticos, humanos em consonância com o perfil humano e profissional do egresso, o que é corroborado por Moreira e Silva (1995), quando afirmam que:

[...] o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Assim, a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso seguem as indicações e postulações constantes no PDI e no PPI da FAMO, buscando estudar e atender às necessidades dos cursos ofertados para a região de Porto Feliz.

O processo para a estruturação/ reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso inicia-se com base na legislação educacional, legislação sobre o curso, nas diretrizes curriculares, nos requisitos legais, na pesquisa junto a órgão de classe e sobre as tendências para o mercado de trabalho, além de dados da Avaliação Institucional. A

comissão, então, elabora seu Projeto, depois de discuti-lo junto à comunidade acadêmica.

Para atender às necessidades de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos as propostas apresentadas são discutidas pelas Coordenações de Cursos, com os professores dos Cursos e com os Núcleos Docentes Estruturantes, e analisada, conjuntamente com a AAPC e PI, bem como pela CPA. Encaminhada a seguir para a Diretoria, sendo aprovada pelos órgãos colegiados da Faculdade.

As informações estão organizadas em três dimensões básicas que agregam os dados do curso em três níveis: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. Na primeira, ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, apresentam-se a Concepção do Curso, o Perfil Profissional do Egresso, os Objetivos do Curso, os Objetivos de Aprendizagem, a Matriz Curricular e sua justificativa, as Ementas e Bibliografias Básica e Complementar, as Estratégias Metodológicas, a Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem, o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Curso e as Atividades Complementares. Na segunda, CORPO DOCENTE, apresentam-se o Perfil Docente e o Quadro do Núcleo Docente Estruturante do curso. Na terceira e última parte, a INFRAESTRUTURA, apresentam-se o Espaço Físico, a Biblioteca, os Laboratórios e as Salas Especiais.

O documento contém ainda AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO, as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, que visam a complementar os conteúdos apresentados. Com isso, apresentam-se os Projetos Pedagógicos de Curso da Faculdade de Tecnologia Porto das Monções.

2.1. Seleção de Conteúdos

Os PPC contemplam, em sua organização, as ementas das disciplinas, a partir das quais são definidos os objetivos e conteúdos, que são registrados nos planos de ensino. Os conteúdos e os procedimentos metodológicos para seu desenvolvimento são instrumentos utilizados para a consecução dos objetivos do curso e do perfil do profissional desejado. Os planos de ensino encerram essas partes e permitem o conhecimento, acompanhamento e discussão com os professores

responsáveis pelas disciplinas. Os PPCs devem contemplar os requisitos legais quanto a questões étnico-raciais, afrodescendentes, inclusão social e cultural, direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidade, sustentabilidade e preservação socioambiental, libras em atendimento à legislação vigente, bem como bibliografia pertinente.

Naturalmente, visando a contribuir para a interdisciplinaridade, é necessário garantir a integração horizontal e vertical dos conteúdos, o que se verifica, principalmente, por meio da distribuição das disciplinas nas matrizes curriculares.

Em consonância com o pressuposto de que a Educação Superior deve estar, cada vez mais, sintonizada com a realidade dinâmica que a envolve, inclusive como condição para que potencialize seu papel de agente transformador dessa realidade, é indispensável que os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas que integram a matriz curricular do curso sejam, permanentemente, objeto de discussão e atualização.

De acordo com diretrizes institucionais, os Projetos Pedagógicos de todos os cursos de graduação passam por reestruturação, visando à sua adequação ao estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente no que se refere às atividades práticas de formação, às atividades complementares e ao estágio curricular. A prática do desenvolvimento da autonomia intelectual, da construção do conhecimento, da formação “não do profissional preparado, mas do profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável” (Parecer CES/CNE nº 146/2002) é desenvolvida em todos os cursos de graduação, em estreita consonância com os PPC. Assim, todos os cursos são reestruturados, como resultado de amplas discussões com a comunidade acadêmica, e de acordo com as orientações de suas diretrizes curriculares.

Cabe destacar que a busca de formação de qualidade que se pretende estabelecer exige, além do ensino, atenção especial à pesquisa e à extensão, dado o significado das mesmas na formação reflexiva de profissionais-sujeitos, que sejam capazes de analisar e intervir em seu contexto de forma responsável e de estar atentos às necessidades de se construir uma sociedade mais justa e democrática.

Para seleção de conteúdos para os cursos recomenda-se a adoção dos seguintes critérios:

- Os conteúdos dos cursos de graduação devem estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada curso;

- Os conteúdos dos cursos de tecnologia devem estar de acordo com as Diretrizes Curriculares gerais aplicadas aos cursos de tecnologia e devem satisfazer as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão nos postos de trabalho alvo do curso, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos;
- Os conteúdos selecionados devem abordar os problemas do mundo contemporâneo, em particular os problemas nacionais e regionais;
- Os conteúdos devem atender à legislação vigente, e ao requisitos legais.

3. Perfil de egresso

O perfil do egresso está definido em cada PPC, em sintonia com o PDI e o PPI, observando-se o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a legislação vigente, as exigências do mundo do trabalho, a literatura na área específica de formação, bem como os diferenciais que se pretende imprimir no futuro profissional.

Considerando-se que à Educação Superior cabe possibilitar a construção e a socialização do conhecimento, bem como o desenvolvimento do posicionamento crítico a ele relacionado, espera-se que, mediante os currículos oferecidos, a Instituição concorra para o aprimoramento de identidades pessoais e profissionais que apresentem, entre outras características, as que seguem: postura crítica, reflexiva e empreendedora; aptidão para exercer as funções profissionais de modo ético; capacidade de analisar, compreender e buscar soluções para situações-problema; capacidade de inter-relacionar diferentes campos do saber, em consonância com a metodologia institucional (interdisciplinaridade); respeito à diversidade de diferentes naturezas, a saber, étnicas, de gêneros, de sexualidade, de condições físicas e psicomotoras; sólida formação técnico-profissional; competência para atuar em equipes multiprofissionais; capacidade de comunicação e expressão pautada em preceitos da ética e do respeito ao outro, de direitos humanos; capacidade de utilizar diversificadas fontes de informação, de cultura e recursos tecnológicos no processo de construção do conhecimento; compromisso com ações/ posturas

(solidariedade, responsabilidade social, sustentabilidade, meio-ambiente etc.) que concorram para a melhoria da qualidade de vida.

Em síntese, o egresso da FAMO deve ser um profissional que construiu conhecimentos e desenvolveu habilidades e atitudes, que lhe possibilitem a compreensão crítica e reflexiva da realidade, a capacidade de buscar conhecimentos (aprendizagem autônoma), a consciência da incompletude da formação inicial e consequente necessidade da formação continuada, capaz de atuar e interagir nas diversas atividades e contextos sociais, orientando-se por princípios éticos, humanos e de formação cidadã.

Considerando a missão da Instituição associada ao desenvolvimento de educação superior regional e os princípios filosóficos e teórico-metodológicos definidos no capítulo 2, propõem-se os seguintes critérios ou elementos para definição do perfil dos egressos dos cursos:

- Perspectiva holística dos fenômenos;
- Visão interdisciplinar do mundo;
- Conhecimento das questões econômicas e sociais;
- Conhecimento técnico-científico em consonância com o que estabelecem as diretrizes curriculares de cada curso;
- Consciência ética;
- Consciência sócio-ambiental;
- Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- Capacidade de comunicação oral e escrita;
- Habilidade para desenvolver trabalho em equipe e tomar decisões;
- Consciência e atitudes pró-ativas em relação à dimensão ambiental, à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.

4. Princípios metodológicos

Os princípios metodológicos que regem as atividades institucionais são fundamentados na interdisciplinaridade. Por meio da Metodologia “*Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*”, que ora se implementa, busca-se no processo de ensino e aprendizagem, um diálogo entre a teoria e a prática, focalizando a ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos, em seu desenvolvimento de habilidades e em sua formação de valores e atitudes, processos nos quais os conteúdos necessitam de ser trabalhados de modo a constituírem os fundamentos para que os estudantes desenvolvam as competências necessárias ao exercício profissional e à sua participação crítica na sociedade atual, possibilitando também que ocorra a aprendizagem significativa e relevante. Dessa forma, a aprendizagem estará voltada para o desenvolvimento integral do aluno, que será compreendido em sua totalidade.

Se o processo de aprendizagem tem de possibilitar participação ativa e crítica do aluno, a sala de aula será um espaço de rica interação (professor/ aluno; aluno/aluno; aluno/conhecimento) e de criação e transformação de significados. Disso decorre a necessidade de a prática docente estar direcionada para a orientação de atividades que promovam construção compartilhada de conhecimento. A relação que se estabelece entre professores e alunos, é pois, de parceria e corresponsabilidade, na qual ambos trabalham pelo mesmo objetivo: a aprendizagem.

O ponto de partida para a aprendizagem deve ser o conjunto de significados (formas de interpretação) que emerge da classe: aqueles que os alunos trazem de sua experiência cotidiana e paralela à escola, bem como os que são oriundos de sua vivência escolar, o que, tradicionalmente, é denominado de conhecimento prévio. Esse conjunto de significados adequadamente problematizado serve de ancoradouro para a construção de novos saberes, tornando-os significativos. Em outras palavras, a experiência/vivência no mundo social e cultural é a base para a criação e transformação de significados sobre a vida natural, individual e social, o que significa que a comunicação na aula deve começar pelo respeito aos esquemas de pensamento,

sentimento e ação de cada aluno/cada grupo e pela sua mobilização. Proceder dessa forma concorre para a aprendizagem significativa, o que viabiliza um desempenho satisfatório diante das demandas específicas do ambiente acadêmico.

Nessa perspectiva, a FAMO oferece aos alunos, sempre que possível, a possibilidade de aplicar em clínicas, núcleos de prática e laboratórios, empresas, o que aprendem em sala de aula, sempre supervisionados por docentes vinculados às áreas profissionais escolhidas, de acordo com as Diretrizes Curriculares dos Cursos.

Atividades de ensino e aprendizagem

Os princípios definidos neste PDI deverão ser utilizados como fundamento no planejamento, execução e avaliação de todas as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES. Por atividade de ensino e aprendizagem referencia-se toda e qualquer ação educacional relativa aos cursos incluindo, aulas, atividades práticas nos laboratórios, trabalhos de iniciação científica, semanas de atividades especiais, projetos interdisciplinares, trabalhos de diplomação e atividades extracurriculares, estudos dirigidos e práticas.

A incorporação de muitos dos princípios descritos é um processo lento e gradativo que envolverá mudanças culturais na instituição e na atitude de seus professores, alunos e corpo técnico-administrativo ao longo de sua existência. O conhecimento de tais princípios por todos os participantes será necessário, mas não será uma condição suficiente para a mudança. Sabemos que estamos no início desta caminhada rumo a este processo de transformação cultural de práticas de ensino e aprendizagem. Mas, cada vez mais será necessária uma atitude pró-ativa e interessada por parte, principalmente, de professores e alunos, como também, por parte da administração e do grupo de suporte técnico, cada um atuando no âmbito de sua competência.

Desenvolvimento da Atitude Científica

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino (Freire, 1996:32);

É inegável a importância do desenvolvimento de uma atitude científica nos (pelos) discentes mesmo que as suas futuras especialidades profissionais nada tenham a ver

com a pesquisa enquanto atividade profissional. O interesse em descobrir, saber o porquê, questionar e criar os seus próprios modelos para os fenômenos e para o mundo é essencial para o desenvolvimento e liberdade intelectual do aluno e é, talvez, o único recurso que ele terá para compreender, transformar e ser transformado por um mundo em rápida evolução.

Normalmente, as instituições de ensino superior que contam com programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* dispõem de um ambiente que, de uma forma deliberada ou não, tem o potencial de motivar os alunos a desenvolverem qualidades como a curiosidade, objetividade, precisão, dúvida, análise crítica e outras que são características da atitude científica. A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES planeja o desenvolvimento de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, ao longo de seu desenvolvimento, e traz na sua implantação o pensamento e o planejamento para estabelecer essa estrutura de pós-graduação, sempre preocupada com a formação de qualidade dos discentes.

No entanto, entendemos que o desenvolvimento da atitude científica nos (pelos) alunos não precisa necessariamente vir a reboque das atividades de pesquisa, vinculadas aos futuros programas de pós-graduação da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES. Tampouco que esses futuros programas possam por si só serem responsáveis por este tão nobre e difícil objetivo. Entendemos que a pesquisa deve ser motivadora, instigadora do processo de aprendizagem em todos os níveis e a qualquer tempo, no desenvolvimento de cidadãos críticos e capazes de atuarem na sociedade em que se inserem, modificando-a, melhorando-a. Propomos, assim, desde seu início, ações que deliberadamente atuem na consecução deste objetivo, como pesquisa, estudos dirigidos e práticas, semanas culturais e de curso, palestras, visitas técnicas, estudos de caso, trabalhos de conclusão de curso, entre outras. Gradativamente essas ações serão implementadas: algumas mais rapidamente; outras, no entanto, por dependerem também de um deslocamento da própria atitude do docente em aula e do restante dos membros da Faculdade, seguem obviamente um ritmo de implementação mais lento. Como, nos dizeres de Freire, *não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino* (Freire, 1996:32), pretendemos atingir o objetivo de desenvolver a atitude científica no corpo discente de variadas maneiras resumidas nos tópicos abaixo:

- Emprego gradativo e em nível cada vez maior da problematização e da resolução de problemas como paradigma educacional;
- Uso do método de projetos (Bordenave e Pereira, 1996) através dos projetos interdisciplinares e projetos integradores, estudos dirigidos e práticas presentes nas estruturas curriculares;
- Atuação nas atividades de Trabalho de Diplomação;
- Deslocamento do tradicional foco no “ensino” para algum ponto intermediário entre as práticas pedagógicas de ensino e aquelas relativas à aprendizagem como um princípio norteador das atividades acadêmicas.
- Entendimento da aprendizagem como um processo interdisciplinar, cíclico de desenvolvimento contínuo que leva o aprendiz a construir o seu próprio conhecimento na medida em que investiga certo fenômeno, propõe um modelo para explicá-lo, avalia este modelo e, baseado no resultado da sua avaliação decide reformulá-lo ou não.
- Entendimento do ensino como um processo interdisciplinar cíclico de desenvolvimento contínuo que leva o professor a planejar o estudo e re-estudo contínuo do objeto fundamental de sua disciplina ao mesmo tempo em que a teoria vai sendo construída e reconstruída.
- Desenvolvimento de atividades práticas nos laboratórios, segundo o paradigma construtivista;
- Motivação à iniciação científica;
- Vinculação do aluno de graduação aos projetos de pesquisa futuros a serem desenvolvidos nos Programas de pós-graduação *stricto sensu*, quando de sua implantação.

Embora a FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES seja uma faculdade isolada e privada e, por conseguinte, sem obrigações legais para desenvolvimento da pesquisa, esta é uma preocupação da FAMO desde seus primeiros planos e fruto da visão de gestores acadêmicos, voltados para o ensino e entendendo a

pesquisa como fonte de progresso intelectual do egresso e de fator de desenvolvimento da nação.

Emprego da problematização como paradigma educacional

Compete ao professor desafiar, instigar a dúvida, retirar dos alunos as certezas que os colocam em situação tão confortável. (Oliva, 1990:52);

Bordenave e Pereira (1996) argumentam que três variáveis desempenham papel fundamental no desenvolvimento da atitude científica do corpo discente:

- As diferenças individuais em criatividade;
- A orientação da pessoa para a resolução de problemas;
- A importância dos métodos de ensino-aprendizagem no estímulo da criatividade na solução de problemas.

Como educadores, podemos atuar sobre a terceira variável e, com isto, indiretamente, atingir as duas primeiras variáveis.

Na educação instrucionista, tradicional, os docentes ditam aulas, imprimem longas exposições e “roubam” do aluno o direito de solucionar problemas. A serviço da “fábrica de educar” os conhecimentos são impostos entre quatro paredes. Poucos alunos sobrevivem a este massacre intelectual e continuam a defender as suas próprias ideias para resolver um certo problema. Sob a escravização do sistema educacional de paradigma instrucionista estes alunos não desenvolverão o seu potencial e jamais serão destacados pelas suas qualidades, uma vez que os instrumentos de avaliação subjacentes ao sistema são impróprios para medi-los.

Como aponta Freire,

a tarefa do professor, e num sentido mais amplo a do educador, é a de problematizar aos educandos, os conteúdos que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de entendê-lo, de entregá-lo como se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado (Berbel, 1998:19).

A problematização e o estímulo à resolução de problemas valorizam o pensamento criador, encorajam a experimentação e a manipulação dos elementos envolvidos no fenômeno em estudo, desenvolvem o “pensamento crítico” e encorajam a aquisição de conhecimentos em diversos campos. Para Papert (1980) a educação efetiva tem lugar quando o aluno é motivado a (1) expressar a sua própria solução de um problema criando um modelo que descreve esta solução, (2) executar ou experimentar o seu modelo de solução e (3) avaliar os resultados ou consequências do seu modelo criando oportunidades para confirmar as suas suposições ou modificar a sua solução do problema. Isto é, a aprendizagem assume um papel tão importante quanto o ensino e abre caminho para um tipo de educação socialmente mais útil para o mundo moderno: a aprendizagem do processo de aprender, uma abertura contínua para a experiência e para a incorporação em nós mesmos do processo de mudança em um mundo em rápida transformação.

Propõe-se a introdução gradativa da problematização e resolução de problemas como paradigma educacional subjacente a cada ação do docente, sejam nas aulas, nos laboratórios ou demais atividades acadêmicas. É certo que algumas disciplinas parecem mais apropriadas a este paradigma do que outras, dispondo até mesmo de bibliografia de apoio afinada com este propósito.

O método do projeto

O método dos projetos é um dos métodos de educação sistemática mais completos (Bordenave e Pereira, 1996). Projetos se caracterizam pela definição de um problema ou tema e englobam atividades de: (1) estudo e busca dos métodos, técnicas e conhecimentos diversos para a solução do problema; (2) tentativa de solução do problema e (3) avaliação da solução encontrada em relação aos objetivos inicialmente intencionados.

Esses projetos serão desenvolvidos nas disciplinas, terão como suporte os Estudos Dirigidos e Práticas – EDPs.

O emprego do método dos projetos contribui para diminuir a artificialidade da escola aproximando-a dos problemas que os profissionais precisam tratar na prática das profissões. Projetos têm uma finalidade real e isto é um catalisador de motivação aos alunos possibilitando uma aprendizagem real, efetiva, afetiva, ativa, interessante e

atrativa. Ao seguirem o princípio da ação organizada e planejada para alcançar um objetivo, os projetos não impõem aos alunos lições cuja utilidade eles têm dificuldade ou são incapazes de perceber. Os projetos colocam o aluno como um aprendiz ativo no centro do processo educacional deslocando-o da mera condição de espectador passivo dos conhecimentos que lhe são comunicados. Além disso, eles estimulam o aluno a planejar, executar e administrar os próprios recursos, habituando-o ao esforço e perseverança ao mesmo tempo em que lhes conferem segurança e confiança para lidar com problemas reais.

O mundo é interdisciplinar e o mercado atual procura profissionais com formação multidisciplinar, profissionais capazes de tratar os sistemas como um todo indivisível e reconhecerem que toda parte depende e ao mesmo tempo influencia outras partes. Os projetos, neste sentido, atuam como fator de integração dos diversos campos de conhecimento fragmentados nas variadas disciplinas que constituem a grade curricular.

Projetos interdisciplinares devem envolver sempre temas práticos que necessariamente estabelecem relações com o contexto social no qual se insere a FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES e devem ser desenvolvidos, preferencialmente, em grupo. Como resultado final das atividades dos projetos interdisciplinares espera-se um relatório final sintetizando as experiências propiciadas pelo projeto, destacando-se a definição do problema, os objetivos a atingir, a metodologia utilizada na solução, a avaliação da solução encontrada frente ao problema e aos objetivos intencionados e as conclusões gerais possíveis de serem inferidas a partir do desenvolvimento do projeto.

Trabalho de Diplomação

O trabalho de diplomação de um curso de graduação é um trabalho de pesquisa. Evidentemente não tem a pretensão das pesquisas conduzidas em nível de mestrado e doutorado, mas objetiva o exame de questões ao estilo de uma investigação científica. Engloba, assim, um conjunto de atividades para resolver certo problema, o qual lhe confere “motivação”. Normalmente possui natureza interdisciplinar, mas é livre, não se prendendo previamente a nenhum conjunto de disciplinas, podendo de todas as disciplinas prescindir.

Em conformidade à tradição dos projetos de pesquisa, os trabalhos de diplomação são orientados por um professor, com o qual o aluno deve estabelecer e desenvolver um tema. Um terceiro participante, o coordenador dos trabalhos de diplomação, é responsável pela articulação dos assuntos envolvendo as partes.

Como resultados finais das atividades do trabalho de diplomação espera-se:

- uma monografia sintetizando as experiências propiciadas pelo trabalho, destacando-se a definição do problema, os objetivos a atingir, a metodologia utilizada na solução do problema, a avaliação da solução encontrada frente ao problema e aos objetivos intencionados e as conclusões gerais possíveis de serem inferidas a partir do desenvolvimento do tema proposto.
- uma apresentação e ou defesa do trabalho desenvolvido frente a uma banca composta pelo professor orientador e por, pelo menos, mais dois membros com qualificação na área do trabalho, designados pelo coordenador, ouvido o orientador.
- A monografia de Iniciação Científica poderá substituir o trabalho de diplomação.

Atividades nos Laboratórios

O planejamento das atividades de laboratório deverá, entre outras coisas, ser focado (1) em algum ponto intermediário entre as práticas pedagógicas de aprendizagem e de ensino (2) na aprendizagem e no ensino como processos interdisciplinares cíclicos contínuos de desenvolvimento do conhecimento. O professor deverá atuar como um provocador, na medida em que expõe os aprendizes a uma situação de resolução de problemas, e um orientador na medida em que guia os aprendizes para a solução sem, contudo, ensiná-los puramente.

O discente, “desafiado” a resolver um problema, o laboratório e seus instrumentos para expressar a solução do problema, executa a solução por meio do computador e dos equipamentos disponíveis e avalia os resultados ao estilo construtivista de aprendizagem (Papert, 1986). Baseado nos resultados obtidos, o aprendiz questiona o seu próprio conhecimento sobre o fato estudado e sobre o domínio do problema e, possivelmente, reformula a sua solução. O professor atua como um facilitador ao discutir com o aprendiz possíveis formas de resolver o problema e um provocador na medida em

que propõe o problema, avalia o desenvolvimento do aprendiz e, possivelmente, resolve desafiar o aprendiz com novas maneiras de resolver o problema e com novos problemas que surgem como decorrência da solução apresentada.

5. Processo de Avaliação

Em conformidade com os Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da FAMO as Políticas de Ensino, nos Princípios Metodológicos a avaliação do desempenho escolar é entendida como um diagnóstico da aprendizagem do aluno na perspectiva de seu aprimoramento e na concepção integrada ao perfil profissional delineado. Nesse sentido, a avaliação do desempenho escolar objetiva:

- a) diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- b) verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, construção e recriação do conhecimento em função do trabalho desenvolvido;
- c) possibilitar que o aluno se conscientize de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino e aprendizagem;
- d) fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o replanejamento acadêmico;
- e) embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

Em contraposição à frequente atitude passiva do discente diante das aulas, o processo de avaliação proposto, deve ser uma resposta à necessidade de se estabelecer um espaço no qual o aluno se coloca de maneira ativa em relação às disciplinas ministradas a partir da reflexão, do exercício, da expressão e da avaliação crítica dos conteúdos estudados.

Este processo de avaliação é a tradução da política da Instituição relativa ao exercício dos conteúdos ministrados e à avaliação discente. Propõe a realização contínua de atividades e avaliações no decorrer dos tópicos que são tratados pelas disciplinas e envolve:

- Atividades sobre os conteúdos específicos das disciplinas;
- Avaliações sobre os conteúdos específicos das disciplinas;
- Atividades e avaliações envolvendo conteúdos de formação geral (sociodiversidade: multiculturalismo e inclusão, etnias, questões sobre gênero e sexualidade, exclusão de minorias, direitos humanos; biodiversidade, ecologia, meio-ambiente; novos mapas sócio e geopolíticos; globalização; arte e filosofia; políticas públicas: educação, habitação, saúde e segurança; redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; relações interpessoais etc.).

As atividades do programa de avaliação devem requerer raciocínio para que o aluno consiga resolvê-las e não a memorização e a repetição pura de procedimentos e cálculos para atingir um resultado. Assim, atividades e avaliações devem valorizar prioritariamente:

- Aspectos de contribuição pessoal;
- Soluções criativas e ao mesmo tempo calcadas no referencial teórico discutido;
- A análise crítica do aluno em considerar e justificar uma certa escolha em detrimento de outras;
- A capacidade de o aluno encontrar desvantagens e limites na sua solução;
- A capacidade de o aluno reconhecer o impacto de uma solução na sociedade e da sociedade na solução.

Em linhas gerais o perfil do egresso deve ser a referência lógica para o desenvolvimento de toda avaliação discente. Uma leitura sintética deste perfil revela a necessidade de formar um aluno que tenha um bom conhecimento científico e técnico e que seja capaz apresentar soluções criativas para problemas, crítico, que possua capacidade de auto-aprendizagem, que saiba trabalhar em equipe, que tenha uma visão interdisciplinar do conhecimento, que se interesse pelo contexto social e cultural e que veja os sistemas como parte que influencia e sofre influências do todo do qual é parte.

Sendo assim, não há lugar para as avaliações que privilegiam a memorização e a repetição pura de procedimentos e cálculos para atingir um resultado. Todas as

avaliações devem requerer raciocínio para que o aluno consiga resolvê-las, tirando partido dos conhecimentos adquiridos na disciplina em questão e, possivelmente, de conhecimentos interdisciplinares.

Especialmente no primeiro período, os professores devem estar atentos a conhecidas falhas encontradas no ensino fundamental e médio e devem procurar identificar alunos nestas condições. Uma quantidade significativa de alunos ingressam em curso de tecnologia sem a formação necessária para desenvolver os seus conhecimentos: dificuldade de leitura e expressão, matemática, incapacidade de leitura de textos em inglês etc. Muitos destes alunos possuem lacunas de conhecimento que podem inviabilizar o desenrolar do curso com aproveitamento satisfatório. Como estratégia para resolver uma parte de tais problemas a FAMO oferece disciplinas extracurriculares (as de línguas sempre são oferecidas) e está atenta e aberta a outras medidas que se fizerem necessárias.

Falhas na formação também podem ocorrer ao longo do curso levando o aluno ao insucesso escolar, que é uma das maiores causas da evasão de um curso. Estas falhas podem acontecer porque o aluno, apesar de aprovações, não conseguiu adquirir os conceitos e habilidades necessárias para cursar uma certa disciplina. Este projeto pedagógico sugere que os professores estejam atentos a estes casos e que, uma vez identificados: (1) proponha aos alunos nestas condições trabalhos, a serem realizados ao longo da sua disciplina, que supram os conhecimentos inexistentes; (2) discuta com a coordenação do curso outras medidas a serem adotadas.

5.1. Processo de Avaliação do Desempenho Discente

Tendo em vista o perfil desejado para o egresso e os princípios metodológicos do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação abrange não apenas a aplicação de instrumentos avaliativos e seus resultados, mas também sua utilização como elemento orientador da ação educativa.

Assim, entende-se a avaliação como um procedimento investigativo, mediante o qual possam ser gerados insumos, que permitam ao professor o diagnóstico da aprendizagem e do próprio processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva de seu aprimoramento. Isso implica a tomada de decisões sobre o que manter e o que mudar

na proposta de trabalho docente, concretizada no plano de ensino, visando à qualidade da aprendizagem. Neste sentido, as atividades avaliativas devem estar em consonância com os planos de ensino e ser coerentes com o trabalho desenvolvido pelo professor.

Em função desta concepção, a avaliação, na FAMO, visa a:

- Verificar os avanços e as dificuldades dos alunos no processo de apropriação, construção e recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido, com vistas ao replanejamento, de modo contínuo.
 - Possibilitar aos alunos a tomada de consciência sobre seu desempenho, na perspectiva de seu envolvimento no processo de ensino e aprendizagem.
 - Verificar se os procedimentos metodológicos e os materiais usados/disponibilizados são eficientes.
 - Fornecer aos docentes elementos para a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.
1. No semestre serão aplicadas 3 (três) avaliações, que comporão 75% da nota do discente, cada uma correspondendo a 25% desse total, assim denominadas: A1; A2; A3. As Avaliações (A1, A2, A3) e Estudos Dirigidos e Práticas (EDPs), cada um corresponde a 25% da Nota Final (NF).
 2. Nota Final (NF) é o somatório de A1, A2, A3 e EDPs, que corresponde à Média Final (MF) do aluno. O Exame (E) será apenas no caso da não obtenção de média mínima para aprovação. O Resultado Final (RF) é o somatório de E e NF nota final. Faculta-se ao aluno a realização de Prova Suplementar ao final do semestre, apenas para substituir uma avaliação perdida por disciplina.
 3. As notas das Avaliações e dos Estudos Dirigidos e Práticas são expressas na escala numérica de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), aplicando-se os critérios estatísticos de aproximação, conforme 0,0 a 0,24 = 0,0 (zero); de 0,25 a 0,74 = 0,50 (cinco décimos); de 0,75 a 0,99 = 1,0 (um inteiro).
 4. Na elaboração das avaliações, seus conteúdos ficam a critério do acordado entre Coordenação de Curso, NDE e colegiado, sempre em vistas ao PPC do curso, ao

PDI e às Diretrizes Curriculares.

5. É considerado aprovado na disciplina, o aluno que obtiver NF igual ou superior a 6,0 (seis) e que tenha, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência aos trabalhos acadêmicos efetivos.
6. Após o E (exame), considera-se aprovado o aluno cuja nota for igual ou superior a 5,0 (cinco).
7. Os critérios para aprovação e reavaliação (exame final) em uma disciplina são os mesmos definidos no Regimento da Instituição.
8. As avaliações das disciplinas participantes do EDPs deverão ser realizadas exclusivamente no âmbito deste programa, excetuando-se a prova de reavaliação.
9. As atividades avaliativas devem estar de acordo com os planos de ensino e serem coerentes com o trabalho/ discussão realizado em sala de aula.
10. A FAMO prevê, em regimento institucional, os procedimentos gerais para o processo de ensino e aprendizagem, apropriados pelos cursos, conforme especificidades de seus conteúdos programáticos.

5.1.1. Critério de Aprovação

Como consta no Regimento, no Art. 42 - A verificação do aproveitamento escolar abrangerá sempre os elementos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios por si mesmos.

§ 1º - O aluno que não obtiver no mínimo 75% de comparecimento às aulas previstas, estará reprovado na disciplina, mesmo se a média das notas for suficiente para sua aprovação.

§ 2º - A eficiência será julgada através da média das notas atribuídas a diferentes atividades programadas nos semestres, a critério do professor, através das suas áreas de conhecimento, tais como:

- provas escritas;
- trabalhos;
- seminários;
- pesquisas;

arguições;
participação nas atividades / classe.

5.1.2. Composição da nota

Para aprovação por aproveitamento, exige-se Resultado Final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).

Caso obtenha Resultado Final igual ou superior a 3,0 (três) e inferior a 6,0 (seis) e tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), garantir-se-á Exame.

Caso o Resultado Final seja inferior a 3,0 (três), o aluno estará reprovado, mesmo que tenha obtido frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento). A média de aprovação após exame é igual ou superior a 5,0. Ou seja $[(\text{média} + \text{exame}) / 2]$.

5.1.3. Dependências

5.1.3.1. DNP

Disciplina não Presencial - DNP é uma dependência a ser cursada sem a necessidade de frequência nas aulas. Essa modalidade de oferecimento destina-se aos alunos com dependência que tenham sido aprovados por frequência e reprovados por nota. Para a realização da avaliação é agendada uma data estabelecida pela Secretaria Geral.

5.1.3.2. DMO

Disciplina ministrada sob orientação - DMO é uma dependência a ser cursada de forma presencial, fora do horário regular das aulas, comumente aos sábados, em período de férias ou recesso escolar.

Essa modalidade de oferecimento destina-se aos alunos com dependência que tenham sido aprovados por nota e reprovados por frequência ou em caso de adaptação com o consentimento do Coordenador.

5.2. Reforço de conhecimentos

Aos discentes é oferecida a oportunidade de reforçar conhecimentos através reforço de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês e Informática.

5.3. Prova Substitutiva

Serão oferecidas aos alunos atividades ou avaliações substitutivas ou supletivas, pelo sistema de avaliação estabelecido na FAMO. O não comparecimento de um aluno em uma atividade ou avaliação poderá ser oferecida prova substitutiva para uma das avaliações/atividades perdidas por disciplina e deverão ser realizadas ao final do semestre com o conteúdo do semestre. Em consonância com o Regimento e com a LDB, que facultam ao aluno a possibilidade de se ausentar em até 25% da carga horária de uma disciplina, deverão ser consideradas para efeito de cálculo das médias, apenas, 75% (arredondado para baixo) entre as maiores notas obtidas nas avaliações e atividades. Os exemplos a seguir ilustram esta sistemática de cálculo.

5.4. Reavaliação

A prova de reavaliação deverá se limitar aos conteúdos específicos tratados em uma disciplina, ou seja, não deve conter questões de conteúdo de formação geral.

As avaliações das disciplinas deverão ser realizadas exclusivamente no âmbito deste programa, exceto a prova de reavaliação.

É facultado planejar para as disciplinas que envolvam prática profissional ou projeto técnico a aplicação de atividades avaliativas adicionais. Para computação da média semestral estas atividades deverão estar associadas às demais atividades de conteúdo específico, compondo a média aritmética semestral.

5.5. Critérios de Aproveitamento de Avaliação de Competências Profissionais anteriormente desenvolvidas

Os critérios de aproveitamento e os procedimentos de avaliação de competências anteriores está estabelecido no regimento da FAMO e pode ser entendido da seguinte maneira:

- É concedida matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes, mediante processo seletivo e requerida nos prazos fixados no calendário da Faculdade, para prosseguimento de estudos.
- Em caso de servidor público, civil ou militar, removido *ex-officio* para o município sede da Faculdade, e de dependente seus, a matrícula é concedida independentemente de vaga e de prazos, na forma da legislação vigente.
- O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a respectiva documentação, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação.
- A documentação pertinente à transferência, necessariamente original, tramitará diretamente entre as Instituições.
- O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, nos termos da legislação vigente.
- As matérias cursadas no curso de origem podem ser aproveitadas, ouvido o respectivo Colegiado de curso.

O aproveitamento de estudos poderá ser concedido com adaptações eventualmente determinadas pelo Conselho de Coordenação, observadas as normas da legislação pertinente.

O aproveitamento a que se refere este artigo implica na dispensa de qualquer adaptação e de suplementação de carga horária.

A verificação, para efeito do disposto no item II deste parágrafo, esgotar-se-á com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas correspondentes a cada matéria;

Disciplina complementar do Currículo do curso de origem pode ser aproveitada em substituição à congênere da Faculdade, quando a carga horária for equivalente e forem correspondentes os programas ou, a critério do Conselho de Coordenação, forem equivalentes os conteúdos formativos;

Para integralização do curso exige-se carga horária total não inferior à prevista na Faculdade.

Na elaboração dos planos de adaptação serão observados os seguintes princípios gerais:

- I - aspectos quantitativos e formais do ensino, representados por itens de programas, cargas horárias e ordenação das disciplinas, não devem se sobrepor à consideração mais ampla da integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso, no contexto da formação cultural e profissional do aluno;
- II - a adaptação deverá processar-se mediante o cumprimento do plano especial de estudo que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e da capacidade de aprendizagem do aluno;
- III - a adaptação refere-se aos estudos feitos em nível de graduação e/ou licenciatura, dela excluindo-se o processo seletivo e quaisquer outras atividades desenvolvidas pelo aluno para ingresso no curso;
- IV - quando forem prescritos no processo de adaptação estudos complementares e o estabelecimento de ensino adotar exclusivamente o regime seriado, poderão aqueles estudos realizar-se no regime de matrícula especial em disciplina;
- V - não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhe assegure a transferência em qualquer época e independentemente de existência de vaga;
- VI - quando a transferência se processar durante o período letivo, serão aproveitados conceitos, notas, créditos e frequência obtidos pelo aluno na instituição de origem até a data em que dela se tenha desligado.

A mudança de alunos de um para outro estabelecimento far-se-á mediante a expedição de guia de transferência.

Na hipótese de transferência facultativa, a expedição das guias respectivas ficará condicionada à apresentação da declaração de vaga emitida pelo estabelecimento de destino.

Tanto no caso de transferência obrigatória quanto nas facultativas, serão observados os procedimentos e exigências previstos neste Regimento.

Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Faculdade concede transferência de aluno nela matriculado, atendida a legislação vigente.

Não é concedida transferência a aluno que se encontre sob processo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar.

6. Atividade prática profissional, complementares, de monitoria e de estágios

6.1. Atividades Complementares

As atividades complementares, de prática profissional e de estágios devem ser previstas conforme a necessidade de cada curso, observado o que possivelmente dispõem as Diretrizes Curriculares de cada curso.

Assim como o Trabalho de Diplomação, as Atividades Complementares (AC)² não são mencionadas na LDBEN nº 9394/96, mas estão previstas nas DCNs de diversos cursos. Configuram-se em elenco de atividades que, além de constituir oportunidade para o aprofundamento e/ou complementação dos saberes adquiridos mediante as disciplinas regulares do curso, introduzem práticas normalmente não inseridas nos currículos, tais como as práticas desportivas, culturais, artísticas, linguísticas, musicais etc. Neste sentido, promovem a flexibilização curricular constitutiva da LDBEN nº 9394/96, devido ao seu caráter seletivo.

Sustentam-se nos paradigmas educacionais, especialmente no que diz respeito à formação integral do aluno. Sua prática acentua a importância do envolvimento dos estudantes de graduação com a totalidade das questões sociais, políticas, econômicas, históricas, culturais, intelectuais e científicas do seu tempo, ambientais, justiça social, direitos humanos, saúde, trabalho, consumo, pluralidade étnica, racial, gênero, diversidade sexual, e superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social, por meio de atividades apresentadas sob múltiplos formatos: palestras, oficinas, visitas técnicas, estágios extracurriculares, monitorias, iniciação científica, mini-cursos, mostras, exposições, filmes, peças teatrais, grupos de estudo, seminários, congressos etc.

² Sua denominação pode variar em função das DCNs, como ocorre, por exemplo, nos cursos de Licenciatura, em que são denominadas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs).

Com seu desenvolvimento, busca-se, fundamentalmente, complementar e enriquecer a matriz curricular; ampliar os conhecimentos práticos e teóricos; expandir o repertório cultural do graduando; proporcionar a integração da comunidade acadêmica; estimular a iniciativa/ autonomia dos alunos; incentivar a integração entre os diversos campos do saber e propiciar articulação entre as disciplinas.

Nos cursos em que as ACs são obrigatórias, seus regulamentos, devidamente aprovados pelos Órgãos Colegiados, devem compor os PPCs e ser amplamente divulgados à comunidade acadêmica. Os regulamentos, além de preverem os tipos de atividades e formas de seu registro, também deverão definir a carga horária a ser atribuída para cada atividade cumprida pelo aluno. Ainda, nestes cursos, as ACs devem estar sob a responsabilidade de professores que não apenas orientam os alunos quanto a sua realização, mas também promovem atividades no âmbito da instituição e desencadeiam debates que muito contribuem para a formação do futuro profissional.

6.2. Monitoria

Como Atividade Complementar ao ensino da graduação, cumpre destacar o Programa de Monitoria, institucionalizado. O Programa de Monitoria da FAMO fundamenta-se no que estabelece o artigo 84 da LDBEN n° 9394/96, segundo o qual “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados nas atividades de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, com seu rendimento e seu plano de estudos”.

Considerando-se o que define a legislação, a Monitoria, na FAMO, é entendida como uma atividade discente, sob a orientação docente, de âmbito acadêmico-pedagógico, vinculada ao desenvolvimento curricular e à formação do graduando, promovendo a aprendizagem em cooperação e colaboração e, ao mesmo tempo, a autonomia do aluno.

Este programa tem por objetivo geral contribuir para o aprimoramento constante da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, desenvolve-se o programa visando à consecução dos seguintes objetivos específicos:

- acompanhar, individualmente ou em grupos, alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- favorecer o desenvolvimento de atividades de nivelamento, principalmente em função de a maior parte dos ingressantes ser egressa de escola pública;
- contribuir para o relacionamento solidário, principalmente entre os alunos;
- desenvolver aprendizagem cooperativa;
- possibilitar iniciação à prática da docência;
- contribuir para o exercício da autonomia discente;
- favorecer o desenvolvimento da reflexão crítica sobre o próprio curso, trazendo contribuições significativas para as práticas de ensino e aprendizagem;
- ampliar a participação dos alunos na vida acadêmica da Universidade.

Para a implementação da monitoria, na FAMO, devem ser observados os seguintes parâmetros operacionais:

- apresentação pelos professores de suas propostas de monitoria para o período letivo;
- elaboração e divulgação, de edital de monitoria, em consonância com o que estabelece seu regulamento;
- desenvolvimento dos procedimentos de seleção de monitores, conforme edital;
- aprovação, pela Coordenação do curso e Diretoria, dos monitores selecionados;
- acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das atividades de monitoria pelos professores responsáveis;
- elaboração de relatórios avaliativos dos monitores pelos professores e da monitoria pelas Coordenações e Direção.

Embora a legislação em vigor, especialmente a LDBEN, não estabeleça a obrigatoriedade de remuneração, na Famo, as monitorias podem ser remuneradas na forma de descontos nas mensalidades dos alunos-monitores, de acordo com o número

de Bolsas de Monitoria disponibilizado a cada Curso, anualmente. Além das monitorias remuneradas, prevê-se a possibilidade de monitorias voluntárias, sujeitas às mesmas normas.

6.3. Iniciação Científica

Assim como a Monitoria, a Iniciação Científica (IC) inscreve-se no rol de Atividades Complementares, que se realizam sob orientação de docentes qualificados. A IC visa a despertar a vocação científica, incentivando a participação de alunos de graduação em atividades de pesquisa orientadas e contribuindo para a formação acadêmica e profissional do estudante. Embora se origine na graduação mediante o envolvimento de alunos e professores, seu acompanhamento e avaliação são de responsabilidade Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa.

6.4. Estágio Curricular Supervisionado

Relativamente ao Estágio Curricular Supervisionado (ECS), este componente da formação acadêmico-profissional é objeto de consideração no artigo 82, da LDB nº 9.394/96, que atribui aos sistemas de ensino o estabelecimento de normas para a realização dos estágios pelos alunos regularmente matriculados no ensino superior. Além de observar o disposto na LDB, cabe atentar para as indicações acerca do ECS que trazem as DCN, em que, via de regra, o ECS é entendido como uma atividade teórico-prática, que se constitui em importante instrumento de integração e diálogo entre a instância acadêmica, a comunidade, as organizações não governamentais e o mundo do trabalho, ao qual está reservado o papel de integrar e contextualizar conhecimentos e competências adquiridos pelo graduando em seu processo de formação, aproximando, portanto, a Instituição da realidade social, profissional e cultural. Destaca-se que esta aproximação produz efeitos no processo de atualização dos currículos, no que tange ao perfil profissional demandado pelo mundo do trabalho, pois é, a partir desta experiência, que o aluno pode avaliar a pertinência dos saberes adquiridos e indicar necessidades não contempladas em sua formação. Em outros termos, o ECS pode oferecer insumos que subsidiem processos de avaliação e reestruturação dos currículos.

Considerando a diversidade de cursos oferecidos pela FAMO, bem como suas especificidades, é importante que se estabeleçam alguns parâmetros para a consolidação do ECS como elemento constitutivo da matriz curricular. Assim, o ECS deve:

- ✓ Ser planejado em consonância com o que estabelecem as DCNs e outros dispositivos legais específicos e ter sua descrição detalhada no PPC.
- ✓ Propiciar reflexão crítica e ética acerca dos saberes da profissão, do papel sociopolítico do profissional e de sua responsabilidade social.
- ✓ Articular a Instituição e o mundo do trabalho, a fim de aprimorar a ação educativa, pois somente por meio da inserção do aluno nesta realidade é possível identificar limites, situações-problema e paradoxos apontados na formação acadêmica.
- ✓ Assumir, no PPC, o papel de integrador de conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como o de reconstrutor destes saberes, privilegiando a aprendizagem apoiada na ação-reflexão-ação.
- ✓ Oferecer oportunidades de contato com diversas dimensões da realidade social, econômica, cultural e educacional, o que implica a necessidade de estabelecimento de parcerias e convênios com empregadores nos mais diferentes contextos.
- ✓ Aproximar o aluno dos mais diversificados paradigmas de práticas profissionais (funcionário público, profissional liberal, prestador de serviços, cooperado, entre outros).
- ✓ Contar com supervisão de docentes para a orientação, discussão e intervenção na prática profissional, bem como para a promoção da socialização de experiências.
- ✓ Aproveita a atividade profissional comprovada, quando a legislação assim o permitir.
- ✓ Ser avaliado em conformidade com a concepção de avaliação apresentada neste documento, com o Plano de Trabalho desenhado pelo professor-supervisor de estágio, bem como com o que estabelece o Regimento Geral.
- ✓ O acompanhamento e a avaliação das dinâmicas (procedimentos, regulamentos etc.) do ECS são de responsabilidade do professor-supervisor de estágio, do NDE e do Colegiado de Curso.

6.5. Trabalho de Conclusão de Curso

Outro componente da formação acadêmico-profissional, cujo cerne está na atividade discente orientada, é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre o qual não legisla a atual LDB, mas que está previsto nas DCN de vários cursos de graduação.

Segundo as especificidades das áreas de conhecimento e em conformidade com orientações das DCNs, o TCC pode assumir diferentes configurações quanto ao(s) semestre(s) de alocação na matriz curricular, à carga horária destinada a sua realização e aos tipos: monografia, memorial, projeto de desenvolvimento de produtos (artísticos, tecnológicos, publicitários, jornalísticos, administrativos, contábeis), projeto de prestação de serviços, relatório de pesquisa (documental, bibliográfica, de campo, experimental, estudo de caso), resenha crítica, relatório de atividades etc.

Trata-se de atividade que permite ao aluno mobilizar os saberes adquiridos ao longo do curso, utilizando, obrigatoriamente, metodologia científica. O TCC, como componente curricular, insere-se no rol de atividades socioeducativas que objetivam a constituição de um perfil de profissional-pesquisador em busca do saber numa sociedade em constante transformação, consubstanciando, portanto, a ampliação do conceito de formação em direção à educação continuada. Sua concepção e operacionalização ocorrem em consonância com as DCNs e devem estar descritas nos PPC.

Considerando-se a diversidade de cursos oferecidos, bem como suas especificidades, é importante que se estabeleçam alguns parâmetros para a operacionalização do TCC como elemento constitutivo da estrutura curricular. Cabe salientar que a FAMO dispõe de manual de TCC, que trata de sua formatação de acordo com a ABNT. Assim, o TCC deve:

- ✓ Ser atividade orientada, podendo ser efetivada mediante trabalho individual ou em grupo.
- ✓ Contribuir para o alcance da missão institucional no que tange à produção e socialização do saber científico e tecnológico.
- ✓ Estar pautado tanto em interesses pessoais quanto naqueles da academia, observando-se as linhas de pesquisa institucionalizadas.
- ✓ Utilizar referenciais teóricos e metodológico que mantenham estreita relação com

os saberes adquiridos no próprio curso, buscando garantir a tessitura curricular.

- ✓ Possibilitar o aluno estabelecer relação entre teoria e prática e exercitar as habilidades de refletir, analisar, comparar, experimentar, aplicar e produzir conhecimento, sintetizar, sistematizar e divulgar resultados.
- ✓ Ser regido por regulamento expresso nos PPC que o contemplem.

O acompanhamento e a avaliação das dinâmicas (procedimentos, regulamentos, etc.) do TCC são de responsabilidade do professor-orientador, do NDE e do Colegiado de Curso.

7. Projetos Integrados

A FAMO busca não apenas formar o egresso, mas profissionais flexíveis, preparados para adaptarem-se aos vários contextos de atuação da profissão, capazes de aplicar os conteúdos disciplinares específicos e respectivas metodologias à sua prática profissional, numa perspectiva de formação contínua e auto aperfeiçoamento de modo interdisciplinar, em consonância com a metodologia institucional.

Tendo em vista a importância da prática profissional na formação do educando, a culminância da estreita relação entre a teoria e a prática em todas as disciplinas se dá nos Projetos Integrados, de modo interdisciplinar, presentes em cada um dos Módulos de formação, levando os alunos a refletir sobre os conhecimentos construídos e aplicá-los, facultados institucionalmente pelos estudos dirigidos e práticas - EDPs.

A partir de uma organização presencial, com atividades monitoradas em classe ou fora da Instituição, contando com a supervisão de um professor-orientador, o projeto integrado possibilita ao aluno a realização, em situações simuladas e/ ou reais, de todas as etapas da execução de um projeto na área do curso, bem como a interface com todos os agentes envolvidos.

As atividades práticas propostas se integram ao currículo do curso a partir da participação dos professores das diferentes disciplinas, que propõem atividades práticas relacionadas à investigação e solução de problemas inerentes à prática profissional, de acordo com o tema do módulo de formação, concorrendo para a elaboração de um projeto executivo ou de um plano de negócios na área do curso.

A avaliação se dá pela comprovação pelo aluno do cumprimento de todas as etapas propostas com a consequente validação das horas do plano de trabalho.

O não cumprimento da carga horária prática prevista nos projetos integrados implicará na retenção do certificado correspondente ao módulo de formação.

Cabe ao professor-orientador, à coordenação e ao NDE o acompanhamento e a avaliação das dinâmicas (procedimentos, regulamentos etc.).

8. Práticas Pedagógicas (Licenciaturas)

De acordo com o Parecer 9/2001, com a complementação dada pelo Parecer 28/2001, origem das DCN para formação de professores (Resolução CNE/CP1/2002), a prática pedagógica (ou prática como componente curricular) é uma atividade que produz algo no âmbito do ensino, sendo tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do PPC e, na matriz curricular, não pode ficar reduzida a um espaço isolado, desarticulada do currículo. Deve estar presente desde o início do curso, relacionada a todas as disciplinas e não somente às disciplinas pedagógicas. Em articulação intrínseca com o ECS, atividades complementares e com as demais atividades do trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Todas as práticas pedagógicas têm seu regulamento no PPC e cabe ao professor-orientador, à coordenação e ao NDE o acompanhamento e a avaliação das dinâmicas (procedimentos, regulamentos etc.).

9. Flexibilidade dos componentes curriculares

A flexibilidade curricular permite a atualização contínua das atividades acadêmicas, refletindo as alterações que ocorrem cada vez mais rapidamente no cenário regional, nacional e no mundo.

Em parecer de 1997 sobre a elaboração de diretrizes curriculares, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação ressalta que *a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que tange ao ensino em geral e ao ensino superior em especial, aponta no sentido de assegurar maior*

flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos (CNE/CES, 1997).

A flexibilidade curricular pode ser atingida por uma infinidade de maneiras. No momento esta Instituição estimula a proposição de:

- Disciplinas, projetos e atividades, envolvendo possivelmente casos reais, no qual o aluno tem a liberdade de escolher um tema, definir objetivos e metodologia para a sua consecução;
- Estudos Dirigidos e Práticas – EDPs, em que se pode trabalhar temas diversos e os referentes aos requisitos legais como ambientais, justiça social, direitos humanos, saúde, trabalho, consumo, pluralidade étnica, racial, gênero, diversidade sexual, e superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- Disciplinas optativas;
- Estrutura curricular com módulos opcionais;

10. Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Nos termos do Regimento da Instituição, os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos.

Ademais, em conformidade com parecer do Conselho Nacional de Educação que *encoraja o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada* (CNE/CES, 2001), esta Instituição planeja regulamentar a forma como tais conhecimentos podem ser aferidos para fins de integralização de um curso por um aluno (ver no capítulo 1, na seção de objetivos e metas).

11. Incorporação dos avanços tecnológicos à educação de graduação

É política desta Instituição a incorporação dos avanços tecnológicos aos seus cursos de graduação. As alterações dos programas de disciplinas, motivadas por avanços tecnológicos, serão sempre discutidas e atendidas.

12. Práticas Pedagógicas Inovadoras

A adoção da metodologia *institucional* “*Interdisciplinaridade: aprendizagem da teoria à prática*” incentiva o docente a buscar novas experiências pedagógicas. Este desafio, apoiado por uma infraestrutura moderna e constantemente atualizada, permite a execução de projetos inovadores, conduzidos não somente no espaço de sala de aula, mas também em ações extraclasse e virtual, desenvolvidas na página do aluno, no ambiente acadêmico.

Considerando-se a metodologia institucional e os princípios metodológicos que a norteiam, a FAMO proporciona infraestrutura, acervo atualizado, equipamentos tecnológicos etc. para que o docente possa inserir, em seu fazer, novas experiências pedagógicas, conduzidas não somente no espaço de sala de aula, mas também em ações extraclasse, visando ao rompimento gradativo com o modelo transmissivo-reprodutivo.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras encontra terreno fértil:

- Nas propostas de realização dos Estágios Curriculares, com a construção de projetos que mobilizem conhecimentos e competências adquiridos e que possibilitem a inserção do aluno na realidade do mundo do trabalho e da comunidade.
- Na proposta do Trabalho de Conclusão de Curso (quando houver), que, igualmente, implica a mobilização de conhecimentos e competências, na discussão de questões problematizadoras, na resolução de situações-problema, na revisão bibliográfica etc.
- Nas propostas das práticas laboratoriais, apoiadas em conhecimentos teóricos adquiridos.
- No uso de novas tecnologias educacionais (recursos midiáticos, digitais, virtuais e audiovisuais), como meio facilitador da aprendizagem.
- Na utilização de estudos de caso, visitas técnicas, participação em

programas de extensão e de iniciação científica, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

As concepções e regulamentos das práticas pedagógicas estão registrados no projeto pedagógico de cada curso. Compete à Coordenação, ao NDE e ao Colegiado de Curso identificar e propor práticas inovadoras, observando-se as especificidades do curso, socializá-las e divulgar os resultados obtidos em função de sua aplicação, inclusive, como forma de capacitação docente.

13. Tecnologias De Informação E Comunicação (TICS) - No Processo Ensino-Aprendizagem

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas, implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, o projeto pedagógico do curso de maneira excelente, sendo de grande importância a contextualização do uso das tecnologias. Além disso, sabe-se que o uso do computador e da internet auxilia os alunos no ingresso em novas comunidades e culturas, bem como no enfrentamento de problemas significativos; e os educadores podem ajudá-los a dominar o amplo conjunto de letramentos necessários para a era da informática. Esse princípio é observado em três tipos diferentes de programas: educação por via da informática, educação reforçada pela informática. Neste sentido, a FAMO oferece recursos computacionais ao aluno permitindo:

- Utilizar os laboratórios de informática para estudos e pesquisas;
- Aplicar os conhecimentos obtidos através dos softwares disponibilizados nos laboratórios de informática;
- Utilização do Sistema de Gestão acadêmica;
- Disponibilização de um e-mail institucional no formato;
- Acesso ao sistema de gestão de biblioteca via Internet e nos computadores disponíveis na biblioteca e laboratórios;

- Acesso ao Portal de Periódicos da Capes e demais bases de dados e outras consultas acadêmicas. Esse acesso ao portal também é disponibilizado para acesso aos alunos em suas residências.
- Os alunos do Curso podem ainda utilizar a internet nos laboratórios de informática.
- Com o uso das TICs nos projetos, nas disciplinas em no ambiente universitário pretende-se desenvolver, entre outras, as seguintes competências no aluno:
- Um espírito crítico em relação às vantagens e os limites do uso das TICs;
- Analisar do potencial didático das TICs para o desenvolvimento de competências;
- Comunicar-se com a ajuda de ferramentas multimídia;
- Usar as TICs como fonte de troca de informação;
- Apropriar e utilizar as TICs para aprendizado
- Utilizar as TICs para o desenvolvimento de pesquisas e investigações dentro das áreas.

Capítulo 4: Corpo Docente

1. Requisitos de titulação

A carreira docente da Faculdade é constituída por doze categorias funcionais, a saber:

- Assistente Especialista;
- Assistente Especialista Pleno;
- Assistente Especialista/Mestrando;
- Assistente Especialista/Mestrando Pleno;
- Assistente Especialista/Doutorando;
- Assistente Especialista/Doutorando Pleno;
- Adjunto Mestre;
- Adjunto Mestre Pleno;
- Adjunto Mestre/Doutorando;
- Adjunto Mestre/Doutorando Pleno;
- Titular Doutor;
- Titular Doutor Pleno.

São requisitos mínimos para ingresso na categoria de Professor Assistente Especialista ser portador de diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; ser portador de certificado de curso de especialização obtido nos termos da legislação vigente.

São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente Especialista Pleno a experiência de pelo menos cinco anos no magistério superior ou a experiência profissional fora do magistério superior de, no mínimo, dez anos na área de conhecimento pretendida ou a experiência de magistério no ensino fundamental e médio de, no mínimo, dez anos.

São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente Especialista/Mestrando ser portador de diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; ter concluído 100% dos

créditos de mestrado acadêmico ou mestrado profissional, conforme o caso, na área de conhecimento pretendida.

É requisito mínimo para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente Especialista/Mestrando Pleno a experiência de pelo menos cinco anos no magistério superior ou a experiência profissional fora do magistério superior de, no mínimo, dez anos na área de conhecimento pretendida ou a experiência de magistério no ensino fundamental e médio de, no mínimo, dez anos.

São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente Especialista/Doutorando ser portador de diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; ter concluído 100% dos créditos de doutorado na área de conhecimento pretendida.

É requisito mínimo para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente Especialista/Doutorando Pleno a experiência de pelo menos cinco anos no magistério superior ou a experiência profissional fora do magistério superior de, no mínimo, dez anos na área de conhecimento pretendida ou a experiência de magistério no ensino fundamental e médio de, no mínimo, dez anos.

São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Adjunto Mestre ser portador de diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; possuir o título de Mestre na área de conhecimento pretendida, obtido em programas de *stricto sensu* reconhecidos conforme dispõe a legislação vigente ou título obtido fora do país revalidado no Brasil.

É requisito mínimo para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Adjunto Mestre Pleno a experiência de pelo menos cinco anos no magistério superior ou experiência profissional fora do magistério superior de, no mínimo, dez anos na área de conhecimento pretendida ou experiência de magistério no ensino fundamental e médio de, no mínimo, dez anos.

O acesso à categoria de professor Adjunto Mestre e de Adjunto Mestre Pleno se dará mediante concurso, cujas vagas são definidas em edital baixado pelo Diretor, ouvida a Mantenedora da Faculdade.

São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Adjunto Mestre/Doutorando ser portador de diploma registrado de curso

superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; possuir o título de Mestre na área de conhecimento pretendida, obtido em programas de *stricto sensu* reconhecidos conforme dispõe a legislação vigente ou título obtido fora do país revalidado no Brasil; ter concluído 100% dos créditos de doutorado na área de conhecimento pretendida.

É requisito mínimo para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Adjunto Mestre/Doutorando Pleno a experiência de pelo menos oito anos no magistério superior ou experiência profissional fora do magistério superior de, no mínimo, dez anos na área de conhecimento pretendida ou experiência de magistério no ensino fundamental e médio de, no mínimo, dez anos.

O acesso à categoria de professor Adjunto Mestre/Doutorando e de Adjunto Mestre/Doutorando Pleno se dará mediante concurso, cujas vagas são definidas em edital baixado pelo Diretor, ouvida a Mantenedora da Faculdade.

São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Titular Doutor ser portador de diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida; possuir o título de Doutor na área de conhecimento pretendida, obtido em programas de *stricto sensu* reconhecidos conforme dispõe a legislação vigente ou título obtido fora do país revalidado no Brasil.

É requisito mínimo para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Titular Doutor Pleno a experiência de pelo menos dez anos no magistério superior.

O acesso à categoria de professor Titular Doutor e de Titular Doutor Pleno se dará mediante concurso, cujas vagas são definidas em edital baixado pelo Diretor, ouvida a Mantenedora da Faculdade.

2. Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

A Instituição, embora seja uma faculdade, e de acordo com a Nota Técnica DAES/INEP no. 25/2015, não tem a obrigatoriedade de contar em seu quadro com professore *stricto sensu*, e por entender a importância dessa formação e capacitação docente para formação discente, tem em seu quadro docente, 7% titulados Doutores,

25% titulados Mestres e 68% titulados Especialistas, correspondendo a 32% de titulados em stricto sensu, e espera que, além dos títulos acadêmicos, os docentes também apresentem experiência profissional fora do magistério como requisito relevante à prática da docência em nível superior, experiência esta que objetivará uma aproximação maior entre os conhecimentos teóricos dos práticos encontrados na realidade profissional dos cursos que ministrará.

Dentre os docentes da Faculdade, 50% possuem mais do que 5 anos de experiência no magistério superior e destes, a maioria (73%) possui mais do que nove anos desta experiência.

Fora do magistério 73% dos docentes possuem mais de 5 anos de experiência profissional. A Instituição planeja manter estes percentuais durante o período de vigência deste PDI.

3. Critérios de seleção e contratação

Havendo vagas, o Diretor da Faculdade abrirá edital de concurso para seleção de docentes e nomeará à parte uma Comissão de Seleção Docente (CSD).

O edital deverá prescrever a validade do concurso em meses e, para cada vaga, a categoria funcional a que a vaga se destina esclarecendo quais são os requisitos mínimos para o seu preenchimento em conformidade com o que dispõe Plano de Carreira Docente da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES.

A Comissão de Seleção Docente será composta pelo Diretor da Faculdade, que a presidirá, pelos coordenadores das áreas que possuem vagas, por um representante da Mantenedora e por um representante docente.

O concurso para seleção será constituído das seguintes fases:

- Fase de inscrição;
- Fase de qualificação e de pré-classificação dos candidatos;
- Fase de entrevista.
- Fase de classificação final e divulgação do resultado.
- Fase de contratação.

Caberá ao Diretor da Faculdade o dimensionamento da duração de cada fase quando da elaboração do edital do concurso.

Na fase de inscrição, o candidato deverá protocolar na Secretaria Geral, dentro do prazo estabelecido no edital do concurso, a sua inscrição entregando, no momento do protocolo, o seu *curriculum vitae* e as cópias dos documentos que comprovam o que no *curriculum* está descrito e indicar três pessoas, mencionando os seus telefones, endereços postais e endereços eletrônicos, que possam prestar informações sobre a sua atuação profissional e conduta.

O candidato poderá anexar quaisquer documentos que julgue relevantes no sentido de melhor qualificá-lo ao processo seletivo.

A fase de qualificação e de pré-classificação será constituída de duas subfases:

- A subfase de verificação, validação dos documentos apresentados e coleta de informações sobre a conduta do candidato;
- A subfase de pré-classificação dos candidatos.

Na subfase de verificação, validação dos documentos apresentados e verificação da conduta do candidato, a Comissão de Seleção Docente deverá verificar os currículos, os títulos e demais documentos apresentados pelos candidatos levando-se em conta os seguintes procedimentos e critérios:

- Desconsiderar os diplomas de graduação não registrados e os diplomas obtidos em programas de *stricto sensu* não reconhecidos. Não devem ser aceitos, no lugar dos diplomas, atestados de conclusão ou atas de defesa.
- Desconsiderar os títulos e os tempos de exercício profissional descritos nos currículos que não tenham documentos comprobatórios.
- Desclassificar os candidatos que não cumpram os requisitos mínimos para o ingresso na categoria funcional a que a vaga se destina.
- Considerando que o trabalho docente implica em procedimento moral compatível com a missão de educador, a Comissão de Seleção Docente poderá, a seu critério, solicitar informações sobre o candidato das pessoas indicadas por ele na

fase de inscrição. Caso a Comissão de Seleção Docente entenda existirem fatos que desabonem a conduta moral de um candidato, ele deverá ser desclassificado.

Na subfase de pré-classificação, os candidatos aptos a concorrerem a uma vaga serão classificados em ordem decrescente de pontos calculados a partir de média ponderada sobre notas de 0 a 10 atribuídas aos seguintes indicadores e seus respectivos pesos.

- Adequação da formação do docente para a vaga pretendida, peso igual a 10%;
- Titulação do docente (doutorado completo: nota igual a 10; mestrado completo: nota igual a 7; especialização completa: nota igual a 5), peso igual a 30%;
- Tempo de magistério no ensino superior (menos de 1 ano: nota igual a 0; mais de 1 ano e menos do que 3 anos: nota igual a 2; mais do que 3 anos e menos do que 5 anos: nota igual a 4; mais do que 5 anos e menos do que 10 anos: nota igual a 5; mais do que 10 anos: nota igual a 10), peso igual a 22%;
- Tempo de exercício profissional fora do magistério na área a que a vaga se destina (menos de 1 ano: nota igual a 0; mais de 1 ano e menos do que 3 anos: nota igual a 2; mais do que 3 anos e menos do que 5 anos: nota igual a 4; mais do que 5 anos e menos do que 10 anos: nota igual a 5; mais do que 10 anos: nota igual a 10), peso igual a 8%.
- Tempo de magistério no ensino fundamental e médio (menos de 1 ano: nota igual a 0; mais de 1 ano e menos do que 2 anos: nota igual a 3; mais de 3 anos e menos do que 5 anos: nota igual a 5; mais do que 5 anos: nota igual a 10), peso igual a 0%;
- Publicações (artigos em periódicos científicos, livros ou capítulos de livros publicados, trabalhos completos publicados em anais, traduções e revisões técnicas livros publicados – utilizar como nota o índice Ipub calculado conforme sistemática definida na seção IV da capítulo VII do Plano de Carreira Docente, peso igual a 20%;
- Produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais (utilizar como nota o Iprod calculado conforme sistemática definida na seção IV do capítulo VII do Plano de Carreira Docente), peso igual a 10%.

Na fase de entrevista o candidato deverá ser avaliado subjetivamente quanto ao seu interesse pela Instituição e quanto a sua coerência com as informações contidas em seu *curriculum vitae*. Uma nota de 0 a 10 deve ser estabelecida como resultado da entrevista.

A Comissão de Seleção Docente pode, a seu critério, solicitar apresentação verbal de algum tópico na área de formação do candidato visando avaliar a sua capacidade de exposição.

Na fase de classificação final e divulgação dos resultados os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontos obtidos calculados como uma média ponderada sobre as seguintes dimensões e seus respectivos pesos:

- Média obtida na fase de qualificação e de pré-classificação dos candidatos, peso igual a 70%;
- Nota obtida na entrevista, peso igual a 30%.

Em caso de empate, será classificado primeiro o candidato com maior idade.

A contratação dos professores será feita pelo Instituto de Ensino Superior Moinho Velho LTDA a partir da classificação estabelecida pela Comissão de Seleção Docente tendo prioridade a uma vaga o candidato com melhor classificação.

Em caso de discordância com o resultado do concurso, o candidato poderá recorrer, dentro do prazo de 7 dias da divulgação do resultado, ao Conselho Superior da Faculdade.

4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

A qualificação do corpo docente da Faculdade se dá por meio de mecanismo específico denominado PCD – Programa de Capacitação Docente e tem por objetivo a oferta de auxílio financeiro aos docentes da Faculdade. Este programa de capacitação está desdobrado em dois componentes básicos: PCD – Eventos e PCD – Estudos, que objetiva, respectivamente, apoiar a participação em eventos nacionais/internacionais e a participação em programas de mestrado e doutorado.

As solicitações para participação nestes programas deverão ser enviadas à Direção da Faculdade sendo que o docente poderá solicitar auxílio para participação em

até um evento por ano e auxílio de até dois ou quatro anos para programas, respectivamente, de mestrado e doutorado.

O plano de Carreira Docente da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES contempla, além das formas de ingresso no quadro de carreira, as condições que permitam a ascensão e remuneração de cada docente considerando-se as respectivas titulações.

Já, com relação ao regime de trabalho, o docente da Faculdade está sujeito à prestação de serviços semanais, distribuídos por regime de tempo integral, tempo parcial e tempo especial.

O regime de tempo integral se caracteriza pela contratação de 40 horas de trabalho semanais, as quais são dedicadas, no máximo, 20 horas à docência e as demais em atividades complementares afins à docência.

O regime de tempo parcial se caracteriza pela contratação mínima de 12 horas de trabalho semanais as quais são dedicadas, no máximo, 75% das horas à docência e as demais em atividades complementares afins à docência.

O regime é de tempo especial quando não se caracterizar como de tempo integral e de tempo parcial.

As horas de trabalho e enquadramento em um certo regime são distribuídos de acordo com o plano de trabalho do docente, que é aprovado pela Diretoria da Faculdade.

5. Projeto de qualificação e formação continuada do docente

Nos contexto nacional e internacional, a partir da segunda metade do século passado, em especial na década de 90 e nesse início de milênio, a temática da formação de professores tem sido fomentadora de muitos debates, discussões e investigações (BEZERRA, 2005).

O fazer docente tem sido dominado por práticas artesanais e os professores ainda apresentam uma formação frágil que não consegue dar conta das demandas de uma sociedade cada vez mais exigente. Nesse sentido, Garcia (1999, p.22) explicita a

necessidade de ser assegurado, na formação dos docentes, o desenvolvimento de competências para que o ensino, de fato, seja considerado uma profissão, portanto, “[...] dado que o ensino, a docência, se considere uma profissão, é necessário, tal como noutras profissões, assegurar que as pessoas que exercem tenham um domínio adequado da ciência, técnica e arte da mesma, ou seja, possuam competência profissional”.

O mundo do século XXI se apresenta numa conjuntura complexa onde conhecimento não é mais sinônimo de certezas e sim de incertezas. Nesse sentido muitos são os desafios colocados para a docência. Delors et al (1999, p.161-162) destaca a necessidade de aprender por toda vida como um desses desafios:

Atualmente, o mundo no seu conjunto evolui tão rapidamente que os professores, como, aliás, os membros das outras profissões, devem começar a admitir que a sua formação inicial não lhes basta para o resto da vida: precisam se atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos e técnicas, ao longo de toda a vida.

A educação continuada e a reflexão acerca do próprio trabalho se apresentam como alternativas e oferecem alguns instrumentos para que os professores respondam a esse desafio. Somente um fazer alicerçado em conhecimento e processo contínuo de reflexão – a práxis pedagógica – pode fazer frente aos desafios postos.

Nesse contexto a formação dos professores universitários deve enfrentar, no mínimo, os seguintes aspectos realçados por Zabalza (2004, p.16):

- a) Sentido e relevância da formação: que tipo de formação?
- b) Formação para quê?
- c) Conteúdo da formação: formação sobre o quê?
- d) Destinatários da formação: formação para quem?
- e) Agentes da formação: quem deve ministrá-la?
- f) Organização da formação: que modelos e metodologias?

O processo educativo consolida-se enquanto uma prática sócio-histórica-cultural complexa, que envolve uma diversidade de saberes e agentes. Nesse sentido, para A FAMO pensar sobre educação e a qualidade dessa prática, requer um olhar criterioso

para os docentes e discentes, sobretudo para os docentes, que são os responsáveis, enquanto facilitador do processo, pela efetivação e dinamização do processo formativo.

Os professores são atores sociais indispensáveis no processo educativo. Enquanto mediadores da ação docente, auxiliam no processo formativo, trabalhando os diferentes conteúdos na perspectiva conceitual, atitudinal e valorativa. São eles que buscam, ao desenvolverem os processos de ensino e aprendizagem, garantir uma formação significativa, algo que favoreça a inserção do aluno no mercado de trabalho e sobretudo na sociedade de maneira ética, consciente e transformadora.

6. Programas de incentivo a formação docente e desenvolvimento profissional

FAMO entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação. A titulação docente vem sendo reconhecida, por inúmeros instrumentos de avaliação (Avaliação dos Cursos de Graduação, Avaliação Externa, Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, Avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES, entre outros), como um dos critérios de qualificação e excelência da educação superior.

Nessa perspectiva, a FAMO investe no aprimoramento técnico-pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: -enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria instituição e -estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão. Entre as medidas de apoio que a FAMO concede aos docentes em capacitação estão o afastamento – parcial ou integral – de suas atividades acadêmicas e a manutenção dos vencimentos integrais.

A instituição, ainda, poderá conceder incentivo para a qualificação (segunda graduação, especialização, mestrado e doutorado) dos docentes do seu quadro permanente através de bolsa de qualificação. Para o docente que ingressar e estiver regularmente matriculado em curso de mestrado ou doutorado acadêmico, reconhecido pelo MEC/CAPES, poderá ser concedida bolsa de qualificação no valor equivalente a

diferença entre o valor da remuneração da classe e nível máximos de sua atual categoria e o valor do seu atual enquadramento. Para os docentes com título de especialização, poderá ser oferecido incentivo através de bolsa integral em curso de pós-graduação da própria Instituição. Poderá ser concedida bolsa integral para o docente que desejar cursar uma segunda graduação na Instituição, desde que esta (segunda graduação) seja de interesse da Instituição.

Além dos incentivos previstos no Plano de Carreira Docente, a instituição ainda poderá fornecer os seguintes estímulos: concessão de auxílio para que os seus professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim; oferta de cursos de treinamento e atualização profissional, com gratuidade integral, aos seus funcionários, divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais, de seu pessoal docente ou técnico-administrativo; oferta de infraestrutura para que os seus professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas, sob o patrocínio da Entidade Mantenedora.

Assim procedendo a FAMO compreende que está cuidando dos docentes da instituição perspectivando o seu desenvolvimento profissional aliado a uma forte formação pedagógica com o compromisso de oferecer aos seus discentes um ensino de excelência.

7. Formação em LIBRAS

O programa de formação continuada de professores visa desenvolver além das competências técnicas específicas, a conscientização em relação ao processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Essa prática no ensino superior é resultante da longa trajetória da Instituição em outras modalidades de ensino (infantil, fundamental e médio). A experiência acumulada tem favorecido a capacitação docente, inclusive na reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, utilizadas pelos surdos, inseridos em sala de aula comum. As estratégias pedagógicas visam o uso da LIBRAS no contexto educacional inclusivo. Assim, a oferta de formação continuada aos professores contemplam e continuarão a contemplar a disseminação da LIBRAS, atendendo as políticas de educação inclusiva, na área da surdez e promover capacitação de docentes para ministrarem Libras, em cursos de extensão e

especialização. A FAMO prevê cursos de extensão e especialização em capacitação em Libras, quando da demanda. Os funcionários dos diversos setores da Instituição também devem receber a capacitação em Libras, prevendo o atendimento de pessoas com deficiência auditiva.

8. Formação do Professor ingressante

Masetto (2003), explicita que a docência em nível superior exige um professor com domínio na área pedagógica. Esse é um grande desafio para as instituições universitárias principalmente quando estas precisam preencher vagas docentes nas áreas do bacharelado e tecnológicos. Comumente se deparam com candidatos com uma forte formação na área específica do curso mas, sem uma formação para docência. Diríamos como destaca Masetto:

Esse é o ponto mais carente de nossos professores universitários, quando vamos falar em profissionalismo na docência. Seja porque nunca tiveram oportunidade de entrar em contato com essa área, seja porque a veem como algo supérfluo ou desnecessário para sua vida de ensino (MASETTO, 2003, pag27).

A FAMO também vive essa problemática. Como estratégia institucional para receber este professor criou a formação do professor ingressante. Ao ingressar na instituição esse professor é acolhido em uma semana pedagógica preparada para instrumentalizá-lo acerca da cultura institucional e durante o primeiro ano letivo na instituição esse professor tem garantido o processo de formação pedagógica através de palestras, oficinas e minicursos oferecidos dentro do calendário letivo.

Essa capacitação do professor ingressante envolve o conhecimento e ciência dos documentos institucionais e procedimentos acadêmicos (PDI, PPCs, Regimento, CPA, NDE, etc) e das atividades, projetos de extensão, pós-graduação, infraestrutura física e acadêmica, além de capacitação sobre a Comissão Própria de Avaliação - CPA

Atendendo a política institucional de promover ensino de qualidade, a FAMO tem como objetivo principal possibilitar o desenvolvimento da educação permanente dos profissionais da educação no âmbito da formação. Além disso, busca acompanhar a implantação de novos cursos, mediar a articulação pedagógica entre mantida e corpo

docente e favorecer a interação e a integração entre os docentes dos diferentes cursos que compõem esse espaço institucional.

Nesse sentido, a FAMO busca trabalhar as diferentes questões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, a didática de ensino, a avaliação e os saberes docentes. Busca aperfeiçoar a prática docente, tornando-a mais prazerosa e significativa.

Esse trabalho dialoga com as várias instâncias da instituição entre elas a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no sentido de refletir junto sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes visando a encontrar caminhos para as coordenações/Núcleo Docente Estruturante (NDE), ajudarem os docentes que apresentem dificuldades do seu fazer pedagógico.

A FAMO também estabelece uma escuta permanente com as coordenações/NDE dos cursos da IES no sentido de a partir desta escuta elaborar os projetos de formação em consonância com as demandas pedagógicas da Instituição. Quanto à implementação de suas ações, busca desenvolver atividades informativas e formativas, por meio das diferentes metodologias de intervenção. Nesse sentido, oficinas, minicursos, palestras e dinâmicas são realizadas periodicamente com o intuito de trabalhar as temáticas solicitadas pelos próprios docentes, bem como, pelas fragilidades apontadas na avaliação.

Também é papel da FAMO, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso, acompanhar a implantação das políticas pedagógicas dos cursos. O processo de acompanhamento e avaliação da implantação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos tem como propósito monitorar os momentos, visando assegurar a plena implementação das propostas pedagógicas como estratégia de reconstrução permanente desses projetos de ensino, o qual deverá: possibilitar o conhecimento e apropriação dos princípios dos PPCs por todo o corpo docente e discente; assegurar a (re)afirmação do marco teórico-conceitual e referências do PPC, cujas atividades didáticas sejam orientadas pelo que nele está previsto; favorecer a identificação e correção de possíveis desvios ou problemas que possam ocorrer por ocasião da implantação dos PPCs, construindo novas estratégias de superação das dificuldades

encontradas; avançar na perspectiva de aperfeiçoar ou redimensionar os PPCs, com vistas a garantir a qualidade da formação discente na FAMO.

Assim, a FAMO visa articular ações pedagógicas que possibilitam a qualificação permanente dos docentes do ensino superior, estando atrelada à missão institucional e a esse Plano de Desenvolvimento Institucional, que consolidando-se enquanto projetos, permanecem em constante transformação.

9. Programas Especiais de Formação Pedagógica

FAMO preocupada com a formação pedagógica de docentes, tem como política promover o desenvolvimento, o aprimoramento e a qualificação do ser humano como agente de transformação social, contribuindo com uma alternativa de atendimento educacional flexível e que elimine barreiras, facilitando o acesso ao conhecimento por meio da educação à distância e presencial.

Esta modalidade de ensino, ao lado dos cursos regulares de licenciatura, visa a atender à necessidade de competência técnica, humana e interativa exigida pelo mercado de trabalho, tendo como referências básicas as características do educador preparado para atuar nos últimos anos do ensino fundamental, médio e educação profissional de nível médio e profissionalizante, tendo como pressuposto a análise do fazer docente e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para alcançar o seu alvo, a FAMO estabeleceu as seguintes diretrizes:

- Facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais especialistas, habilitando-os, assim, para o exercício pleno da docência.
- Possibilitar a oportunidade de inserção do profissional no magistério.
- Capacitar em serviço para atender a demanda de profissionais pós-graduados em *stricto sensu*.
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pela IES.
- Capacitar o docente em Educação a Distância, para atuar em tutoria e atuar como conteudista.

10. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

Os professores, quando de uma contingência, poderão ser substituídos por outros cujos conhecimentos estejam aderentes aos objetivos propostos por cada curso. Serão substituídos, inicialmente e por tempo determinado, por docentes que já atuam na Instituição. Na dificuldade de se obter colaboração de algum deles, a Instituição buscará tal substituição considerando os professores Visitantes e os professores Convidados.

O Professor Visitante será admitido para atender a um programa especial de ensino, pesquisa e extensão, e seu contrato será temporário, pelo período de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, cabendo exceção nos casos de convênio com entidades nacionais ou internacionais, obedecida a legislação trabalhista. Sua remuneração, à vista de sua qualificação e experiência, é aprovada pela Mantenedora da Faculdade, ouvido o Diretor da Faculdade.

O Professor Convidado será admitido para atender à demanda por profissionais que, tendo destacada atuação em seu campo de atividade, seja convidado a integrar o Corpo Docente da Instituição. Sua remuneração não será fixada pelas exigências contidas neste Regulamento, mas sim pela mantenedora da Faculdade, tendo em vista a análise dos casos individuais e parecer do Diretor da Faculdade.

11. Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI

Para a composição futura do corpo docente, considera-se a expansão percentual em relação a cada uma das categorias “titulação-regime de trabalho” com contratos com a Instituição no ano de 2015.

Cronograma de expansão do corpo docente						
Titulação	Regime de trabalho	2015(%)	2016(%)	2017(%)	2018(%)	2019(%)
Especialista	Horista	10	10	20	25	25
	Parcial	10	10	20	25	25
	Integral	10	10	20	25	25
Mestre	Horista	10	10	20	25	25

	Parcial	10	10	20	25	25
	Integral	10	10	20	25	25
Doutor	Horista	10	10	20	25	25
	Parcial	10	10	20	25	25
	Integral	10	10	20	25	25

Capítulo 5: Corpo Técnico – Administrativo

1. Critérios de seleção e contratação

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES, estabelece normas para a admissão, a avaliação, a progressão na carreira, a remuneração, ações de capacitação e o desligamento dos integrantes do corpo técnico e administrativo.

Constituem o corpo técnico-administrativo da Faculdade:

- Os funcionários integrantes do quadro de carreira;
- Os funcionários temporários;
- Os funcionários convidados.

O Funcionário Temporário é admitido para atender a uma necessidade de trabalho imediata, e seu contrato será temporário, pelo período de até um ano, podendo ser prorrogado até o limite de dois anos. Sua remuneração, à vista de sua qualificação e experiência, é aprovada pela mantenedora da Faculdade, ouvido o Diretor da Faculdade.

O Funcionário Convidado é admitido para atender à demanda por profissionais que, tendo destacada atuação em seu campo de atividade, sejam convidados a integrar o Corpo Técnico-Administrativo da Instituição. Sua remuneração é estabelecida não pelo Plano de Carreira mas diretamente pela mantenedora da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES, tendo em vista a análise dos casos individuais e parecer do Diretor da Faculdade.

Havendo vagas, o Diretor da Faculdade abrirá edital de concurso para seleção de funcionários e nomeará à parte uma Comissão de Seleção de Funcionários (CSF).

A Comissão de Seleção de Funcionários será composta pelo Diretor da Faculdade, que a presidirá, pelo Coordenador de Recursos Humanos, por um representante da Mantenedora e pelos coordenadores ou diretores das áreas a que as vagas se destinam.

O concurso para seleção será constituído das seguintes fases cujos detalhes procedimentais são descritos no Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo:

- Fase de inscrição;
- Fase de qualificação e de pré-classificação dos candidatos;
- Fase de entrevista.
- Fase de classificação final e divulgação do resultado.
- Fase de contratação.

2. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

Os funcionários da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES serão atendidos em suas necessidades de atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional pelo Programa de Capacitação de Funcionários (PCF). O programa oferecerá auxílio financeiro aos funcionários em treinamentos, atualizações técnicas e estudos de forma geral, cursos de graduação e pós-graduação.

Os funcionários da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES serão avaliados para fins de promoção na carreira técnico-administrativa (1) indiretamente quanto ao desempenho do seu departamento ou área de trabalho, no âmbito da avaliação institucional e (2) diretamente para fins de promoção.

A avaliação de funcionários para promoção na carreira será realizada pela Comissão de Avaliação de Funcionários (CAF) que será composta pelo Diretor da Faculdade, que a presidirá, pelo Coordenador de Recursos Humanos, por um representante da Mantenedora e por dois funcionários indicados pelo Diretor.

A carreira técnico-administrativa da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES é constituída por quatro cargos com seis níveis cada um deles, a saber:

- Auxiliar Nível 1, 2, 3, 4, 5 e 6;
- Especialista Nível 1, 2, 3, 4, 5, e 6;
- Coordenador Nível 1, 2, 3, 4, 5, e 6;
- Diretor Nível 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Os critérios de progressão na carreira, focados na experiência e no mérito, são descritos no Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo. O regime de trabalho a que estão associado os funcionários do Corpo Técnico-Administrativo é o integral, que se caracteriza pela contratação de 44 horas de trabalho semanais.

3. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI

Para a composição futura do corpo técnico-administrativo, considera-se a expansão percentual em relação a cada um dos cargos com contratos com a Instituição no ano de 2015.

Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo						
Cargo	Enquadramento	2015(%)	2016(%)	2017(%)	2018(%)	2019(%)
Auxiliar (níveis de 1 a 6)	Integral	10	10	20	25	30
Especialista (níveis de 1 a 6)	Integral	10	10	20	25	30
Coordenador (níveis de 1 a 6)	Integral	10	10	20	25	30

Capítulo 6: Corpo Discente

1. Formas de acesso

A forma de acesso dos discentes na Instituição se dá por processo seletivo aos Cursos de Graduação e destinam-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

As inscrições para o processo seletivo serão abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

O processo seletivo, idêntico para todos os cursos e unificado em sua realização, abrangerá conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade. Os candidatos serão avaliados em provas escritas, ou outra forma disciplinada pelo Conselho de Coordenação.

A classificação far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluindo os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo edital do concurso.

2. Programas de apoio pedagógico e financeiro

O apoio pedagógico da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES está orientado à oferta de outras fontes de estudo além daquelas da biblioteca. Dentre tais fontes são consideradas as orientações feitas por meios eletrônicos, artigos de orientação específica para cada área do conhecimento, fóruns virtuais, palestras e debates. Também são organizadas, anualmente, semanas específicas relacionadas às áreas de formação de cada um dos cursos além de *workshops* para apresentação de trabalhos.

A Instituição mantém apoio financeiro destinado aos monitores (que acontece em forma de bolsas num montante de 10% do valor da mensalidade paga). Além desse apoio, a Instituição também incentiva a participação de seus alunos em eventos científicos ligados à área de conhecimento de cada um deles cuidando, para isso, do reembolso e despesas relacionadas à inscrição, hospedagem, alimentação e hospedagem.

Além de tais apoios, a Faculdade também oferta de bolsas de estudos (1) a fundo perdido, (2) restituíveis, com ressarcimento que pode se dar até após a conclusão do curso, além de estar associada a programas como (3) o FIES, (4) o PROUNI e (5) a Escola da Família do governo do estado de São Paulo.

3. Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)

A Instituição dispõe de programas para estímulo à permanência que podem ser verificados nas disciplinas oferecidas com a intenção de nivelamento por professores titulares em dias distintos das atividades regulares da Instituição. Além disso, estão à disposição dos alunos monitores selecionados dentre o corpo discente que apresentem um bom rendimento.

Com o objetivo de disponibilizar orientação psicopedagógica a estudantes da graduação, a FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES mantém um programa de Apoio Psicopedagógico. O programa busca acompanhar estudantes nas suas necessidades de aprendizagem, relacionamento intra e interpessoal, orientação profissional e condições de acessibilidade objetivando colaborar com o equilíbrio de seus acadêmicos e um real aproveitamento das oportunidades oferecidas pela Faculdade.

4. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

A representação discente é incentivada pela IES, quando for implantada pelos discentes, terá como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por regimento próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Faculdade, vedado atividades de natureza político-partidária, bem como a participação em entidades alheias à Faculdade.

É de competência do Diretório Acadêmico, quando for o caso, indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da Faculdade, vedada a acumulação da representatividade. O Diretório Acadêmico possui espaço específico para o desenvolvimento de suas atividades.

5. Acompanhamento dos egressos

A Instituição promoverá, anualmente, contato com os egressos de seus cursos na intenção de compreender suas dificuldades e evolução sendo também um mecanismo para a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos. Fará pesquisa por meio do site e contato por e-mail, e telefone, e irá mensurar as reais necessidades de ajustes de suas políticas e modelos pedagógicos e também avaliará a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

6. Ouvidoria

A Ouvidoria da FAMO tem como princípio transversal de suas funções o compromisso de representação cidadã por meio do acolhimento e da escuta qualificada, referenciados na humanização, transparência, autonomia independência, imparcialidade, ética e reserva de sigilo. Representa uma instância de interlocução entre os colaboradores, instituição e a CPA. Trata sobre as manifestações dos cidadãos, registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões, críticas, solicitações e elogios, com o objetivo de promover análise e resolutividade das demandas. Propõe a construção de uma cultura interativa entre os colaboradores, comunidade acadêmica e lideranças da organização, bem como exercendo atividades de ouvidoria interna e externa.

A Ouvidoria tem o objetivo de fortalecer a rede de comunicação organizacional e caracteriza-se por ser uma instância independente e autônoma que oferece um espaço dialógico para favorecer a solução de conflitos, e a construção de ações integralizadas no alcance de suas atribuições no campo do Ensino. Portanto, assume tarefas de mediação sem caráter administrativo deliberativo, executivo, judicativo. Apresenta recomendações à alta direção da Instituição contribuindo para o direcionamento das decisões, acompanhada das necessidades, dos valores, da imparcialidade, da legalidade e da conduta ética, além de fornecer dados para a avaliação institucional da CPA..

Capítulo 7: Organização Administrativa

1. Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

A organização acadêmica e administrativa está dividida em três grandes núcleos que são: o núcleo normativo-deliberativo, o núcleo acadêmico-administrativo e o núcleo administrativo.

Tendo função essencialmente normativa e deliberativa em questões que afetam a Instituição como um todo, o **núcleo normativo-deliberativo** compreende o Conselho Superior, o Conselho de Coordenação, a Diretoria, os Colegiados de Curso e as Coordenações de Curso. O **núcleo acadêmico-administrativo** reúne órgãos executivos de apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. O **núcleo administrativo** é formado por órgãos que dão suporte à Instituição enquanto sua constituição como empresa privada.

2. Organograma institucional e acadêmico

As figuras 1, 2 e 3 apresentam o organograma, respectivamente, dos núcleos normativo-deliberativo, acadêmico-administrativo e administrativo.

1. Organograma Institucional e Acadêmico

As figuras 1, 2 e 3 apresentam o organograma³, respectivamente, dos núcleos normativo-deliberativo, acadêmico-administrativo e administrativo.

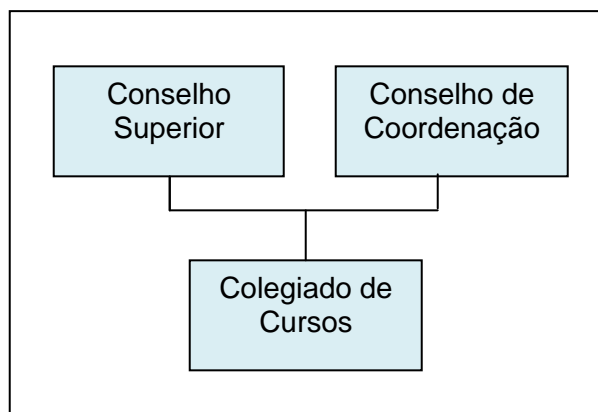


Figura 1: Núcleo normativo-deliberativo

³ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

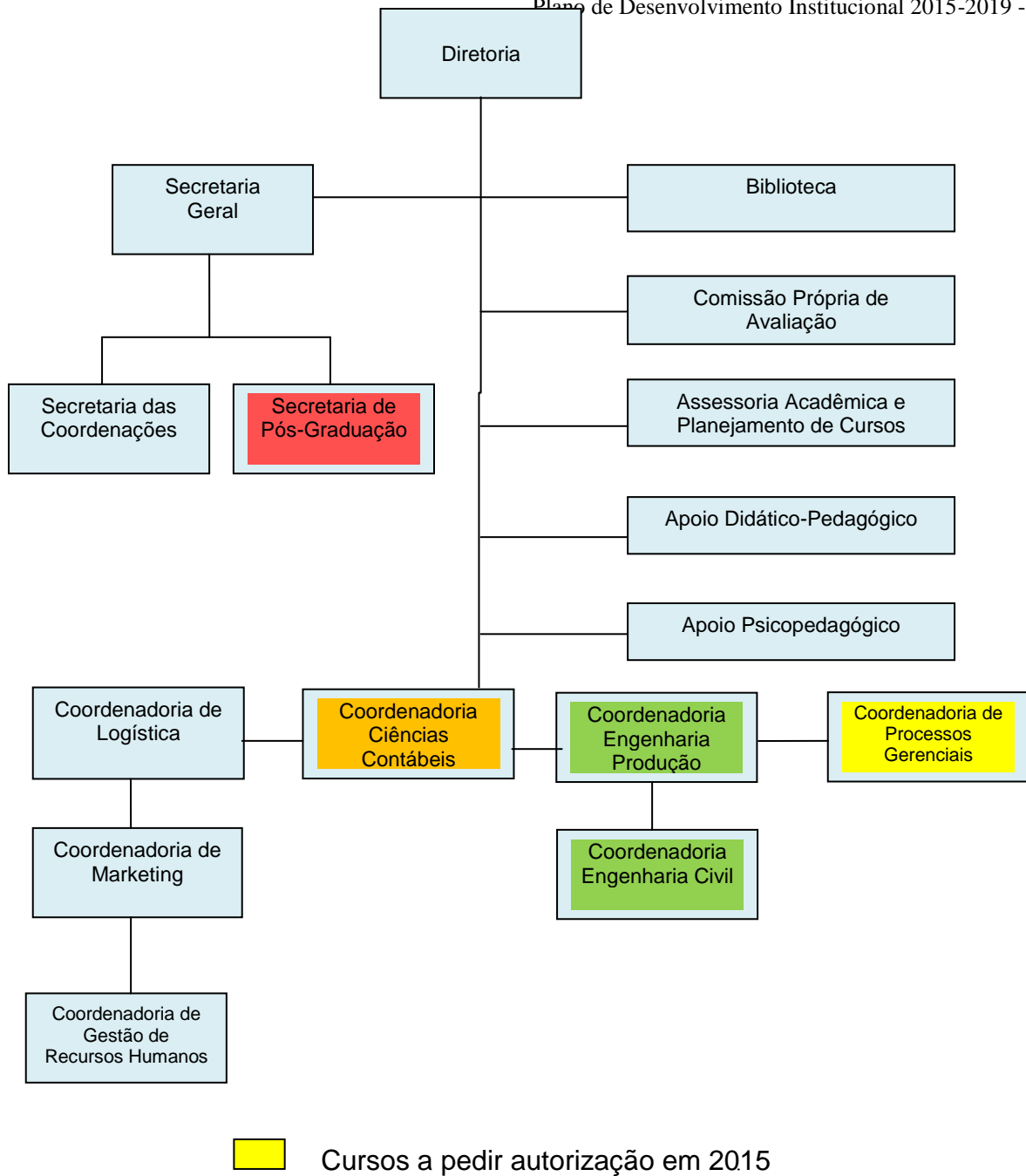


Figura 2: Núcleo acadêmico-administrativo

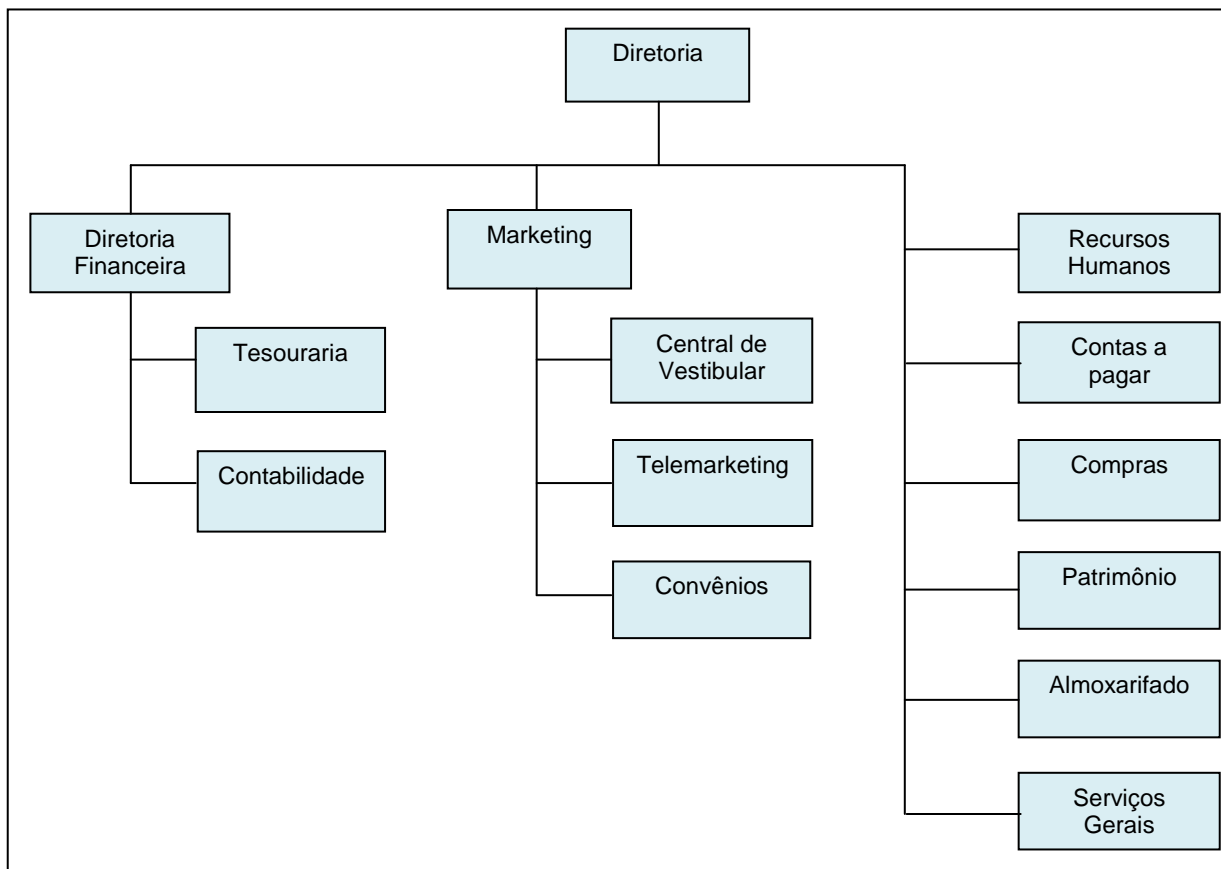


Figura 3: Núcleo administrativo

3. Órgãos colegiados: competências e composição (núcleo normativo-deliberativo)

A Instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

- *Conselho Superior*: órgão máximo de natureza normativa, deliberativa e consultiva no âmbito das questões institucionais;
- *Conselho de Coordenação*: órgão normativo e deliberativo máximo em questões institucionais de natureza didático-pedagógica;
- *Colegiado de Curso*: órgão normativo e deliberativo com foco restrito às matérias didático-pedagógicas do curso a que se refere.

O Conselho Superior é constituído:

- Pelo Diretor da Faculdade, seu Presidente, ou seu substituto;
- Pelo Vice-Diretor da Faculdade;
- Pelos Coordenadores de Curso;
- Por 1 (um) membro do corpo docente, eleito por seus pares;
- Por 1 (um) representante do corpo discente, indicado pelo Diretório Acadêmico ou, na sua falta, pelos seus pares;
- Por 1 (um) representante da Comunidade;
- Por 1 (um) representante da Entidade Mantenedora.

Os representantes dos professores e do corpo discente têm mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução imediata. O Conselho Superior reúne-se ordinariamente no início e no fim de cada ano letivo e extraordinariamente quando convocado pelo Diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 dos membros que o constituem.

Compete ao Conselho Superior:

- Aprovar o Regimento da Faculdade e suas alterações, submentendo-o ao Ministério da Educação;
- Homologar a designação e nomeação dos Coordenadores;
- Aprovar o plano anual de atividades da Faculdade;
- Instituir cursos de graduação e de pós-graduação, mediante prévia autorização da Mantenedora e do Ministério da Educação;
- Decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor;
- Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

- Solucionar, nos limites de sua competência, os casos omissos e as dúvidas que surgirem da aplicação do Regimento da Faculdade;
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento da Faculdade.

O Conselho de Coordenação é constituído:

- Pelo Diretor da Faculdade, seu Presidente;
- Pelo Vice-Diretor da Faculdade;
- Pelos Coordenadores de Curso;
- Por um representante do Corpo Discente, indicado pelo Diretório Acadêmico ou, na sua falta, por seus pares.

O tempo de mandato dos representantes no Conselho de Coordenação é de 1 ano, podendo ser reconduzido por igual período. O conselho de Coordenação reúne-se ordinariamente de dois em dois meses e, extraordinariamente quando convocado pelo Diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 dos membros que o constituem.

Compete ao Conselho de Coordenação:

- Coordenar e supervisionar os planos e as atividades dos Cursos;
- Organizar anualmente o calendário escolar;
- Disciplinar anualmente a realização do processo seletivo;
- Elaborar o currículo pleno de cada curso de graduação, bem como suas modificações submetendo-os ao Conselho Superior;
- Aprovar a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, bem como seus respectivos planos, de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Conselho Superior;
- Deliberar sobre pedidos de transferência e aproveitamento de estudos, à luz das normas previamente estabelecidas;
- Aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares e monografias;

- Aprovar a proposta de orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos orçamentários apresentados pelo Diretor, para encaminhamento à Mantenedora;
- Submeter à aprovação da Mantenedora acordos e convênios, com entidades nacionais ou estrangeiras, que envolvam os interesses da Faculdade;
- Sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor;
- Apreciar situações acadêmicas encaminhadas pela Diretoria;
- Exercer as demais competências que lhe sejam permitidas em Lei e no Regimento da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES.

O Colegiado de um Curso é composto:

- Pelo Coordenador de Curso, seu presidente;
- Por todos os docentes do curso;
- Por um aluno do curso indicado pelos seus pares.

Compete ao Colegiado de Curso:

- Continuamente aprimorar o Projeto Pedagógico do Curso;
- Planejar e deliberar sobre a implantação do Projeto Pedagógico do Curso;
- Aprovar, antes do início de cada semestre letivo, os programas das disciplinas;
- Dar parecer sobre questões de natureza disciplinar no âmbito do curso.

4. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas (núcleo acadêmico-administrativo)

Tendo como foco a implementação prática das políticas da Instituição e natureza executiva, os órgãos do núcleo acadêmico-administrativo existem para administrar e apoiar a execução das atividades acadêmicas (figura 2). De forma sintética compete a estes órgãos:

- *Diretoria*: a administração, de forma geral, das atividades acadêmicas;

- *Coordenadorias de curso*: a administração das atividades acadêmicas no âmbito de cada curso;
- *Biblioteca*: a prestação de serviços de armazenamento, classificação e controle de acesso ao acervo da Instituição;
- *Comissão Própria de Avaliação (CPA)*: o planejamento e execução da Autoavaliação institucional, no âmbito do SINAES;
- *Apoio Didático-Pedagógico (ADP)*: apoiar o docente em suas necessidades didáticas;
- *Assessoria Acadêmica e Planejamento de Cursos (AAPC)*: assessorar coordenadores e Direção na elaboração de documentos institucionais; na preparação de documentos de cursos para visitas de avaliação; na elaboração dos projetos pedagógicos de cursos e nos currículos, entre outras;
- *Apoio psicopedagógico (APA)*: prestar suporte aos alunos que possivelmente estejam experimentando dificuldades de aprendizagem por motivos emocionais ou psicológicos de forma geral;
- *Secretaria Geral*: é responsável pelo atendimento aos alunos, aos professores e pela organização, guarda e recuperação das informações acadêmicas;
- *Secretaria das Coordenações*: órgão de apoio às atividades das coordenadorias;
- *Secretaria de Pós-Graduação*: apoia a execução das atividades de pós-graduação.

5. Autonomia da IES em relação à mantenedora

Em termos formais, o Regimento da Instituição garante a autonomia didático-científica da Instituição em relação à mantenedora nas competências atribuídas ao Conselho Superior, ao Conselho de Coordenação e aos colegiados de cursos. De forma global, compete formalmente a estes colegiados, dentro dos recursos orçamentários disponíveis:

- Aprovar as solicitações ao Ministério da Educação de criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

- Aprovar as solicitações ao Ministério da Educação de ampliação e diminuição de vagas;
- Elaborar a programação dos cursos;
- Aprovar a proposta de orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos orçamentários apresentados pelo Diretor;
- Aprovar a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão.

6. Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A Instituição tem se esforçado para desenvolver parcerias com as organizações comunitárias regionais, objetivando melhoria da qualidade de vida desta comunidade na medida em que facilita o acesso à educação superior.

A política de estabelecimento de convênios com empresas locais visa a possibilitar à Instituição o oferecimento de bolsas, viabilizando o acesso à educação superior. A parceria com a prefeitura local possibilitará a especialização em alfabetização de professoras da rede municipal e o oferecimento de bolsas de estudos aos cursos de graduação. Essas entre outras serão desenvolvidas ao longo de sua existência.

Capítulo 8: Auto Avaliação Institucional

1. Missão, Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de Auto avaliação

1.1. Missão da Avaliação Institucional da FAMO

“Gerar, convergir, congregar, analisar, sistematizar e divulgar informações de diversas naturezas de acordo com as necessidades da FAMO, contribuindo para a otimização do processo acadêmico nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e do processo técnico-administrativo, garantindo, no papel dos processos avaliativos, a articulação necessária com as comunidades interna e externa e com os mecanismos regulatórios do Estado”.

1.1.1. Finalidades e objetivos gerais da Auto avaliação

Tendo como objeto de análise o conjunto de dimensões, estruturas, relações, funções e finalidades da instituição e como sujeitos da avaliação os professores, os alunos, o corpo técnico administrativo e membros da comunidade externa, a Auto avaliação é um processo no qual a instituição analisa *o que é, o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age*. A auto avaliação institucional tem os seguintes objetivos gerais:

- Contribuir para melhoria da qualidade institucional por meio da avaliação como um instrumento que se insere em um processo contínuo e cíclico de desenvolvimento da instituição no qual ela, a avaliação, permite o conhecimento, a reflexão e a auto análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas.
- Estabelecer mecanismos institucionalizados e participativos para que os membros da comunidade acadêmica desenvolvam autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro.

1.2. Metodologia, dimensões e instrumento de avaliação

1.2.1. Fundamentação Teórico-Metodológica

A CPA fundamenta suas ações nas concepções da “Avaliação Iluminativa”, Parlett & Hamilton (1992), segundo as quais as ações de “tomada de decisões” ou de “inovação”, “criatividade nas soluções de questões”, vêm sendo, cada vez mais, vinculadas a um processo de avaliação. Mas, exatamente por ser a “avaliação um domínio em desenvolvimento...” entendemos que esteja em processo de construção e, portanto, carregada de preocupações que se vinculam ao seu papel, valor de uso, funções etc.

Esta conquista histórica vinculou-se a concepções teóricas que objetivam tais resultados as quais, por repetido uso, transformaram-se em paradigmas. Quanto à palavra paradigma, observa-se que possui um conceito muito amplo. No entanto, referimo-nos àquele ligado a determinadas formas de ver as coisas, ou seja, de determinadas filosofias de vida, visão de mundo e até de “ortodoxia intelectual”. Segundo T. S. Kuhn (in Triviños, 1987, 43), “um paradigma prescreve áreas de problemas, métodos de pesquisa e padrões de solução e explicação aceitáveis pela comunidade acadêmica que o endossa”.

Dialogando nesse sentido, utilizamos como base dois paradigmas que orientam os processos avaliativos mais frequentes:

- a) O paradigma tradicional: adotado, frequentemente, nas ações avaliativas que priorizam os resultados. O elemento fundamental de sua preocupação são os resultados finais de um processo avaliatório e não o processo na sua totalidade. A metodologia volta-se para a adoção de modelos prontos, com fatores padronizados e controle absoluto, no qual variáveis isoladas, atitudes, opiniões estão, absolutamente, descartadas. Nessa metodologia de generalizações, os valores “pré-definidos” derrubam quaisquer resultados atípicos, por mais reais que se apresentem.

Tal paradigma tem um modelo “*a priori*” que não permite inserir as “preocupações pessoais” dos envolvidos, o movimento real do ambiente em avaliação. Enfim, traz

grandes possibilidades de desviar a atenção do avaliador das questões mais importantes da prática educativa e atê-la ao simples registro de resultados.

b) o paradigma socioantropológico: difere, fundamentalmente, do paradigma tradicional em conceito, metodologia e resultados. Poderíamos afirmar que seus preconizadores têm convicções filosóficas distintas que definem outra visão de mundo e outra maneira de atuar nos processos educativos. É um paradigma alternativo, em uso crescente nos sistemas sociais ou educacionais, com preocupações voltadas aos “indivíduos” e “instituições”, em lugar da mensuração e precisão. Muito aplicado em estudos de programas ou outras situações em processo, tal paradigma considera diversas óticas como, por exemplo:

- experiência dos alunos;
- movimento gerado pela prática cotidiana;
- interferências que aparecem no andamento dos processos;
- interesse dos envolvidos;
- influências das diversas situações existentes.

Avaliar o sistema de ensino nesse paradigma significa considerar o contexto socioantropológico no qual professores e alunos e corpo técnico-administrativo trabalham juntos.

Propõe-se um modelo conceitual para o programa de Auto avaliação institucional como resultado de um exercício de síntese entre:

- O marco legal que institui o SINAES (Brasil, 2004), a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004;
- As diretrizes para avaliação das instituições de educação superior da CONAES (2004 a);
- O roteiro de Auto avaliação institucional da CONAES (2008);
- A Proposta de Avaliação Institucional Externa para Fins de Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior do INEP (2004 a);
- Os manuais de avaliação de curso de graduação do INEP (2002);

- Indicadores adicionais àqueles definidos pelo marco legal e historicamente avaliadas pela Instituição;
- Os princípios definidos pela FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES, que são: (1) Auto avaliação como um processo cíclico, contínuo e de desenvolvimento coletivo; (2) Auto avaliação como uma participante de um processo cíclico de desenvolvimento institucional contínuo; (3) Auto avaliação como um processo cíclico de aprimoramento avaliativo contínuo; (4) Auto avaliação como uma participante de um processo cíclico e contínuo de desenvolvimento da educação superior brasileira; (5) Observação da instituição de forma global e de cada uma de suas partes como um todo indivisível; (6) Avaliação quantitativa e qualitativa; (7) Padronização para possibilitar a comparação entre séries históricas; (8) Integração entre avaliações.

O instrumento de avaliação proposto pela Faculdade estrutura o trabalho de avaliação que deve ser realizado, responde aos requisitos legais e às diretrizes da CONAES e, ao mesmo tempo, procura se integrar à proposta de avaliação institucional externa do INEP. Este instrumento apresenta o que **deve ser avaliado segundo as dez dimensões prescritas na Lei 10.861**. Organizado por dimensões, o instrumento prevê para cada dimensão:

- O que deve ser verificado, isto é, os dados que devem ser coletados;
- As categorias de análise subjacentes à avaliação da dimensão;
- Avaliação quantitativa e qualitativa da dimensão por meio da análise e interpretação dos resultados obtidos e sugestões de melhoria;
- Avaliação da Auto avaliação.

Quanto ao tipo de pesquisa a ser realizada para execução da auto avaliação institucional, ela pode ser classificada quanto aos seus fins como:

- *Prescritiva*, quanto à aplicação dos indicadores previstos na Lei e nas diretrizes da CONAES;
- *Intervencionista*, na medida em que prevê recomendações à Instituição a serem feitas pela CPA;

- *Exploratória*, quanto à identificação de novas perspectivas em indicadores e críticas gerais ao processo de condução da Auto avaliação.

Coleta e tratamento dos dados

Serão coletados dados quantitativos e qualitativos para as dimensões avaliativas, sendo portanto, necessário o tratamento quantitativo e qualitativo dos dados coletados.

A coleta de dados se dará por meio de:

- Questionários com perguntas fechadas e abertas;
- Entrevistas individuais e junto a grupos focais;
- Fóruns de discussão da Auto Avaliação Institucional junto a representantes dos segmentos acadêmicos e da comunidade externa;
- Subsite da CPA-FAMO, o qual será um instrumento permanente de interação dos sujeitos da auto avaliação institucional com a Comissão Própria de Avaliação, permitindo apontar sugestões e comentários sobre o processo e conteúdo avaliativos;
- Fórum virtual de discussão permanente acessado a partir do subsite da CPA.

Categorias de análise subjacentes a cada dimensão

Cada categoria de análise de uma dimensão é avaliada por meio de indicadores para os quais o instrumento solicita que o avaliador atribua conceitos de 1 (um) até 5 (cinco). O conceito atribuído à categoria é obtido pela média ponderada por meio dos pesos estabelecidos no instrumento.

Avaliação quantitativa da dimensão

As notas calculadas para cada categoria de análise subjacente a uma dimensão são ponderadas por meio de pesos estabelecidos no instrumento obtendo-se, assim, uma avaliação quantitativa da dimensão.

Avaliação qualitativa da dimensão por meio da análise e interpretação dos resultados obtidos

Levando-se em conta os dados coletados e a avaliação quantitativa da dimensão, uma análise qualitativa deve ser feita indicando:

- os pontos fortes e as potencialidades da dimensão;
- as fragilidades e os pontos que requerem melhoria;
- as sugestões para melhoria da dimensão.

Avaliação da auto avaliação

Para cada dimensão, deve ser realizada uma análise dos trabalhos de avaliação tentando evidenciar dificuldades na condução do processo coleta de dados, discrepâncias em pesos atribuídos a indicadores ou categorias, novas perspectivas em indicadores etc.

Os processos meta-avaliativos serão realizados periodicamente, visando à melhoria da qualidade dos processos avaliativos e do fornecimento de material mais apurado de gestão aos dirigentes da FAMO.

2. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa e a atuação da CPA

A CPA-FAMO é parte integrante do SINAES, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de educação superior do País. MEC (2004) estabelece que a CPAs devem atuar com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

A primeira Comissão Própria de Avaliação da FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES será nomeada, por ato da Diretoria, em atendimento à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A CPA da Instituição tem a seguinte composição:

- Membros do corpo docente;
- Membros do corpo discente
- Membros do corpo técnico-administrativo;
- Membros da sociedade civil.

3. Formas de utilização dos resultados das avaliações

A prática da Auto avaliação é um instrumento para o estabelecimento de uma cultura de avaliação na comunidade acadêmica. O estabelecimento desta cultura conduz a, pelo menos, três resultados:

- permite o aperfeiçoamento pessoal de professores, alunos e corpo técnico-administrativo;
- permite o aperfeiçoamento institucional pelo fato de colocar todos atores em um processo de reflexão e autoconsciência institucional;
- consolida a auto avaliação como uma cultura com a qual a comunidade interna se identifica e se compromete.

Além destes resultados intrínsecos do processo de auto avaliar, a metodologia proposta prevê, para cada dimensão, recomendações da CPA. Estas recomendações são encaminhadas no todo e em parte aos segmentos competentes dentro da estrutura organizacional.

Capítulo 9: Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

1. Infraestrutura física

Situada à Av. Monsenhor Seckler⁴, 1250, Vila América, Porto Feliz – SP CEP 18540000, Fone (15) 3261- 4549, a Instituição possui uma área construída de, aproximadamente, 1900 m², distribuído em:

- 16 salas de aulas
- 1 secretaria
- 1 diretoria
- 1 sala de professor
- 1 sala de reuniões
- 4 gabinetes para docentes integral
- 3 gabinetes para coordenadores
- 3 gabinetes para atendimento discente
- 1 biblioteca
- 1 sala de estudos
- 1 laboratório de informática
- 1 laboratório de Hardware
- 1 laboratório de física/química
- 1 sala de atendimento psicopedagógico
- 1 sala multidisciplinar
- 1 auditório
- 1 brinquedoteca
- 6 banheiros
- 1 área de convivência

Cronograma de Expansão	2015	2016	2017	2018	2019
salas de aulas	16	16	20	20	A aditar
secretaria	1	1	1	1	1
Diretoria	1	1	1	1	1
sala de professor	1	1	1	1	2
biblioteca	1	1	1	1	1
sala de estudos	3	3	4	4	4
laboratório de informática	1	1	2	2	2

⁴ Aditamento de endereço feito em março de 2013.

Laboratório de hardware	1	1	1	1	1
Auditório	1	1	1	1	1
Laboratório de física/química	1	1	1	1	A aditar
banheiros	6	6	6	6	8
áreas de convivência	1	1	1	1	1
gabinetes para docentes integral	4	5	7	8	8
gabinetes para coordenadores	1	1	1	1	4
brinquedoteca	1	1	1	1	1
gabinetes para atendimento discente	3	3	3	3	3
sala de atendimento psicopedagógico	1	1	1	1	1
Sala de reuniões	1	1	1	1	2
Laboratórios Engenharia	1	3	5	6	A aditar
Sala multidisciplinar	1	1	1	1	1

2. Infraestrutura acadêmica

No capítulo 11, descrevemos em detalhes a nossa sistemática de planejamento econômico-financeiro. Baseado nos resultados deste planejamento sintetizamos abaixo os investimentos em laboratórios de informática (investimentos em equipamentos) e laboratórios específicos.

3. Laboratórios de Informática

A tabela a seguir descreve os investimentos em laboratórios de informática em termos absolutos e em termos percentuais relativo à receita operacional planejada.

	2015	2016	2017	2018	2019
Investimentos em equipamentos (valores em mil reais)	45.000	49.500	54.450	59.350	64.098

4. Laboratórios específicos

A tabela a seguir descreve os investimentos em laboratórios específicos em termos absolutos e em termos percentuais relativo à receita operacional planejada.

	2015	2016	2017	2018	2019
Investimentos (valores em mil reais)	45.000	49.500	54.450	59.350	64.098

5. Relação equipamento/aluno/corso

Esta Instituição pratica hoje e planeja continuar operando a uma relação de 1 equipamento por aluno nas aulas práticas das disciplinas consideradas como essenciais na formação de um curso. Em todos os outros casos, a média geral não deverá ultrapassar 3.

6. Inovações tecnológicas significativas

A Instituição planeja investir entre 2010 e 2014 no estabelecimento de uma ampla rede *wireless* para possibilitar o acesso sem fio na totalidade das suas instalações, praticamente.

A Instituição planeja investir, a partir de 2010, na infraestrutura tecnológica necessária ao oferecimento de serviços de educação a distância, previstos neste PDI para serem oferecidos a partir de 2012.

7. Biblioteca

A Biblioteca está organizada de forma a atender as atividades meios e fins.

São atividades meios, aquelas relativas aos processos de tratamento da informação, e fins, aquelas de atendimento ao usuário.

São competências da Biblioteca:

I - adquirir o material bibliográfico necessário e adequado, organizá-lo e torná-lo acessível;

II - propiciar a utilização dos recursos informacionais existentes;

III – viabilizar o acesso a outros sistemas e redes de informações.

A Biblioteca conterà acervo necessário para pesquisa e estudos dos discentes nas áreas propostas e disponibilizará periódicos e revistas especializadas para implementar os estudos. O acervo específico da área do curso será formado pelas bibliografias básicas e complementares estabelecidas juntamente com o ementário das disciplinas ofertadas pelo curso, conforme descrito no projeto pedagógico. Além destas, o acervo contará com títulos de obras de referência, fundamentais para o referencial teórico das áreas.

A equipe da Biblioteca atenderá às necessidades da formação do acervo e às demandas dos usuários da Faculdade. Conta com Bibliotecária formada e credenciada pelo CRB/SP com qualificação necessária para o atendimento das necessidades acadêmicas e assistentes com boa experiência na área.

7.1. Política e Facilidade de Acesso ao Material Bibliográfico

O texto abaixo é replica de partes do **Regulamento do Usuário da Biblioteca** e fornece informações sobre a política e facilidade de acesso ao acervo bibliográfico da FAMO.

A Biblioteca da FAMO tem como objetivo facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso do corpo docente, quanto discente e técnico-administrativo, desenvolvendo nos usuários o hábito da leitura, a capacidade de pesquisa, enriquecimento das experiências pessoais, a cultura e o entretenimento.

Nos dias letivos, os horários de atendimento serão os seguintes:

2ª a 6ª feira: das 07:00 h às 22:30 h;

Sábados: das 08:00 h às 12:00 h.

Todo acervo da biblioteca está informatizado e a sua consulta é possível a partir de computador instalado na biblioteca ou qualquer outro computador com acesso à Internet.

Planeja-se a prestação automatizada *online* da reserva e da renovação de empréstimos.

A Biblioteca oferecerá serviço de apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos. Embora a Instituição possua um manual contendo normas específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos, a Biblioteca conta com um treinamento programado e *ad-hoc* de seus usuários, no que se refere à normalização de trabalhos.

A biblioteca coloca a disposição de seus usuários os seguintes serviços:

- **Referência:** assistência e treinamento do usuário; disponibilização de pessoal habilitado para fornecer orientação aos usuários sobre a utilização dos recursos informacionais e serviços existentes na Biblioteca; realização de treinamentos formais e informais para os usuários nas questões de normalização e elaboração de trabalhos científicos.

- **Levantamento Bibliográfico:** A biblioteca orienta e realiza, mediante demanda, pesquisas bibliográficas em bases de dados disponíveis.

Será coordenada pela Bibliotecária Sra. Shirlene Silva Pettian, CRB08/6707, que contará com duas auxiliares.

A Biblioteca possui todos os livros da bibliografia básica e complementar apontadas nos projetos.

A comissão poderá consultar *in-loco* o acervo e a quantidade de exemplares existentes.

A Biblioteca conta, ainda, com sala de estudos contígua ao laboratório de informática para facilitar consultas em sites, pesquisas e elaboração de trabalhos acadêmicos pelos discentes.

**Capítulo 10: Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais
Especiais ou com Mobilidade Reduzida**

1. Marco legal

A existência de barreiras no acesso a edificações e às tecnologias da informação e das comunicações impacta negativamente a qualidade de vida das pessoas com mobilidade restrita ou com dificuldades sensoriais. A eliminação de tais barreiras contribui para o aprofundamento da solidariedade e reforça nossos laços fraternos e sociais.

Tendo em vista o disposto nas leis 9131/95 e 9394/96, na portaria MEC 3284, de 7 de novembro de 2003 no Decreto no. 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e ao Decreto no. 5.773/2006 que asseguram aos portadores de deficiência física e sensorial as condições básicas de acesso à educação superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.

A portaria estabelece que a SESu, com apoio da Secretaria de Educação Especial, tomando-se como base a NBR 9050 da ABNT, estabelecerá os requisitos de acessibilidade. Com respeito a alunos portadores de deficiência física, a portaria determina que estes requisitos abrangem, no mínimo a:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Em relação aos portadores de deficiência visual, a portaria MEC 3284 determina que a Instituição estabeleça compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e

fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;

- de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático (MEC, 2003).

Quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, a portaria determina que a Instituição estabeleça compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- De ofertar LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e como disciplina optativa nos bacharelados e tecnológicos;
- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- De proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva (MEC, 2003).

2. Estado atual

A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES estabelece compromisso formal no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno portador de necessidades especiais sensoriais auditiva e visual conclua seu curso, de atender ao que dispõe a legislação, por meio do Programa de Acessibilidade e Inclusão – PAI. Conta com curso de Libras optativo para os Bacharelados e Tecnológicos e obrigatória para as Licenciaturas. Atende aos requisitos legais e à lei de acessibilidade.

Capítulo 11: Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

1. Estratégia de gestão econômico-financeira

O crescimento da Instituição e a conseqüente diversificação dos cursos, bem como a futura abertura de programas de pós-graduação exigem um modelo de financiamento para o projeto institucional.

As tendências da conjuntura econômica, aliadas ao forte crescimento da oferta de vagas no ensino superior privado, indicam as limitações a serem enfrentadas na definição da receita de ensino. Não se pode esquecer as sérias dificuldades sociais que atingem camada significativa do corpo discente, provocando, na mesma proporção, considerável evasão e inadimplemento diminuindo, assim, os níveis de receita.

Para o enfrentamento dos desafios exigidos pela globalização e pela volatilidade, incerteza, coerções e coações ambientais de todos os matizes, serão observadas as seguintes direções:

- Ajustar a relação entre folha de pagamento, outras rubricas orçamentárias e receita de ensino em níveis suportáveis, de forma que as políticas sejam empreendidas e que se preserve o equilíbrio institucional da organização;
- Planejar a implementação de novos projetos, que signifiquem investimento ou construções, bem como quaisquer iniciativas de expansão, dentro de condições que não afetem a estabilidade econômico-financeira da IES;
- Incentivar a relação institucional com empresas e outras organizações públicas e privadas, levando em conta as perspectivas de se firmar parcerias que contribuam, não somente para o crescimento acadêmico da IES, mas também para a captação de recursos que propiciem fonte alternativa de suporte ao projeto institucional.

A fim de que sejam compreendidos os mecanismos utilizados na elaboração do presente modelo de gestão econômico-financeiro, a figura 1 apresenta modelo genérico utilizado no levantamento, cálculo e apropriação dos valores pertinentes às necessidades organizacionais da IES, os quais serão discriminados a seguir. Já a figura 2 apresenta a relação entre despesa e receita de cada curso e suas alternativas de investimento.

2. Notas Explicativas

A previsão orçamentária do período apresentado foi elaborada utilizando como base os cálculos de 2015, não se aplicando nenhuma correção inflacionária, apenas levando-se em conta para as projeções de receita e despesas, o projeto de desenvolvimento da Instituição.

A fim de se entender as abordagens utilizadas no presente orçamento, é importante que se entenda, também a terminologia utilizada a fim de se obter melhor informação sobre a origem das contas e sua aplicabilidade.

Custo é um “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços” (Martins, 2001, p. 25).

Para a definição das necessidades da receita, o fator custo é de fundamental importância, haja vista ser a coluna mestra de direcionamento estratégico dos eventos financeiros e orçamentários. Contudo, uma abordagem mais específica do conceito nos leva a dividi-lo em duas partes. A primeira aponta os custos diretamente relacionados com a atividade de produção e a segunda aos que não são apropriados, ou utilizados, diretamente na atividade produtiva, os quais serão chamados, respectivamente, de CUSTOS DIRETOS E CUSTOS INDIRETOS.

Ainda para o entendimento do procedimento adotado em tal elaboração e seu detalhamento, convém compreender que, além de diretos e indiretos, convencionou-se, também, classificar dos custos em FIXOS e VARIÁVEIS.

Tal abordagem “leva em consideração a unidade de tempo, o valor total de custos com um item nessa unidade de tempo e o volume de atividade. Não se trata, como no caso da classificação de diretos e indiretos, de um relacionamento com a unidade produzida” (Martins, 2001, p. 54).

Os custos fixos e diretos considerados para o presente trabalho são:

- Hora-aula
- Coordenação
- Encargos Trabalhistas
- Laboratórios

- Aluguel
- Seguros
- Depreciação de Prédio
- Materiais Diversos
- Energia Elétrica, telefone e impostos
- Manutenção/Prédios
- Manutenção/Laboratórios
- Horas extraordinárias
- Biblioteca

Os Custos Fixos Indiretos são representados por:

- Salários Administração
- Salários Pessoal de Apoio
- Energia Elétrica, Telefone e Água
- Material de Consumo
- Combustível
- Horas extraordinárias
- Encargos trabalhistas

Por outro lado, os custos variáveis podem ser classificados com a mesma denominação dos custos fixos diretos e indiretos, observando que a apropriação destes custos está relacionada aos objetivos organizacionais apontados nos processos educacionais da IES e que acontecem eventualmente, não podendo ser considerados como fixos.

2.1. Custos

Objetivando o entendimento efetivo das denominações utilizadas para aferição dos custos, pode-se apontar a título de esclarecimento que os custos diretos são:

- Custos com Hora-aula, ou seja, aqueles valores apropriados referentes aos custos da hora-aula que a IES define como ideal;
- Custos com Coordenação, ou seja, os custos relativos ao trabalho de coordenação dos custos de graduação;
- Custos com encargos trabalhistas, ou seja, aqueles que são apropriados por ocasião do registro funcional, dos recolhimentos tributários e fiscais;
- Custos com laboratórios, são os relacionados à manutenção das máquinas e equipamentos e manutenção e desenvolvimento dos Sistemas de Informação da IES;
- Custos com Aluguel têm relação aos valores apropriados e que dizem respeito às salas utilizadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas durante o período regular de cada curso, tanto de graduação, quanto de extensão, pesquisa e pós-graduação;
- Custos com Seguros são aqueles que guardam relação às atividades de prevenção contra danos materiais e patrimoniais e que estão diretamente relacionados com as atividades acadêmicas da IES;
- Custos com Depreciação dos Prédios, ou seja, a IES deprecia linearmente em valores iguais por período, e não por produto, os valores de cada bem imóvel de sua posse;
- Custos com materiais diversos, ou seja, são os valores necessários para o perfeito funcionamento das atividades acadêmico-administrativas e que são vislumbrados como materiais de escritório e de apoio pedagógico;
- Custos com energia elétrica, telefone e impostos são os referentes à utilização e consumo de acordo com cada curso oferecido pela IES e que devem ser rateados de acordo com o número de cursos oferecidos, ou seja, divide-se o consumo total mensal pelo número de salas utilizadas por cada curso;
- Custos com manutenção dos prédios, ou seja, valores apropriados considerando, além da conservação e manutenção das salas de aula, também produtos de asseio e limpeza;

- Custos com manutenção dos laboratórios referem-se aos valores necessários para o bom funcionamento dos equipamentos e do espaço dos laboratórios e limitam-se à manutenção dos laboratórios pertencentes a cada curso de graduação, observadas suas peculiaridades;
- Custos com horas extraordinárias são aqueles que se referem às atividades extras realizadas tanto pelos docentes quanto pelos demais membros componentes da estrutura organizacional da IES, sendo estes últimos desde pessoal de apoio e segurança até gerência administrativa; e
- Custos com biblioteca, ou seja, os valores apropriados por cada curso e que devem ser direcionados à manutenção e ampliação dos espaços utilizados pela biblioteca e respectivos espaços para convivência.

Nesse contexto e para conclusão preliminar dos custos envolvidos, discriminam-se aqueles tidos como indiretos, ou seja, aqueles que não são utilizados ou mensurados diretamente na atividade produtiva da IES. São eles:

- Custos com Salários da Administração e que está relacionado às atividades que não são utilizadas diretamente na produção da IES e que são difíceis de serem alocadas por meio de verificação direta;
- Custos com Salários de Pessoal de Apoio, ou seja, os que estão apropriados contemplando pessoal de portaria e seguranças externos;
- Custos com energia elétrica, telefone e água e que estão associados aos procedimentos utilizados para iluminação e consumo direto pelos discentes e docentes durante sua estada na IES;
- Custos com material de consumo, ou seja, os valores apropriados levando-se em conta a necessidade de obtenção de produtos para limpeza dos prédios, e que não há como associá-los à cada curso diretamente e que não representam valor relevante que possa ser considerado;
- Custos com combustível são os relacionados ao movimento das viaturas de apoio da IES a fim de conduzir, resolver ou movimentar pessoas ou equipamentos da IES;

- Custos com horas extraordinárias, ou seja, os valores apropriados a fim de atender às necessidades e exigências da atividade extraordinária de colaboradores que não desenvolvem atividade direta nos cursos de graduação, pesquisa, extensão e pós-graduação da IES; e
- Custos com encargos trabalhistas, que são aqueles relacionados com a manutenção da atividade profissional de cada colaborador da IES.

Da mesma forma que foram tratados os custos fixos diretos e indiretos, são tratados os custos variáveis, também diretos e indiretos. A diferença reside no fato de que os custos diretos são os que podem ser apropriados diretamente aos cursos oferecidos pela Instituição enquanto que os custos variáveis são os apropriados toda vez em que há oferta de cursos que se encontram fora das atividades diurnas da Instituição, ou seja, os cursos regulares, sendo estes últimos apurados nos eventos que acontecem eventualmente.

Portanto, custos fixos são aqueles que, teoricamente, não sofrem alteração em função do volume produzido (como no caso do valor de remuneração hora-aula e alugueres) enquanto que os custos variáveis são alterados toda vez que há aumento ou redução da atividade produtiva da Instituição, ou seja, aumentam ou diminuem em função da quantidade produzida (como no caso dos cursos de extensão oferecidos pela Instituição que acontecem eventualmente).

2.2. Eventuais dos custos

Tendo em vista ser este um trabalho que permeia o esclarecimento e a utilização racional de todos os fatores oriundos do custeio, considerando, ainda, que os custos relacionados aos períodos já existentes são conhecidos, leva-se em consideração que para os cursos futuros, que passarão a existir a partir de 2010, devem ser considerados eventuais de custos a fim de se prevenir qualquer eventualidade ou necessidade de pequeno montante. Tais eventuais representam 3% (três por cento) do somatório dos custos fixos e variáveis.

2.3. Receita

Considerando que a estrutura de custos da Instituição deve nortear os cálculos para obtenção de Receitas, se faz necessário entender por “Receita” a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços” (Iudícibus, 1998, p. 66).

A receita de ensino da Instituição está calculada utilizando-se os seguintes critérios: número de alunos matriculados por turma, acrescentando o ingresso de novas turmas, considerando-se, também, a evasão e o inadimplemento. A mensalidade média considerada foi de R\$ 300,00 por aluno matriculado.

As contas utilizadas para a definição dos valores de receita, então, são:

- Receita de serviços (definida no parágrafo anterior);
- Outras contribuições (valores recebidos por conta das dependências de disciplinas e taxas diversas); e
- Correção, multas e juros recebidos por conta dos eventuais atrasos no pagamento das mensalidades escolares.

2.4. Despesas

Despesa é “o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita” (Iudicibus, 1998, p. 66) .

As despesas administrativas são calculadas considerando os valores apropriados às despesas de coordenadorias, secretaria e biblioteca, levando-se em conta o número de cursos e os seus respectivos crescimentos, bem como com o treinamento e desenvolvimento dos fatores humanos disponíveis a favor da Instituição.

As despesas com os salários da administração são as utilizadas nos valores apropriados ao efetivo pagamento da mão-de-obra administrativa incluindo, aí, o próprio salário e todas as variáveis que o constitui.

Honorários da Diretoria são os valores tidos como despesa e referem-se à “remuneração” obtida pelos membros da direção da Instituição. Não são considerados custos pois tal apropriação “só seria relativamente adequada se houvesse um

apontamento do tempo e esforço que cada diretor devotasse ao processo de administração...” (Martins, 2001, p. 45).

As despesas com água, luz e telefone são aquelas acontecidas no dia-a-dia da Instituição e que não estão direta ou indiretamente relacionadas às atividades produtivas da Instituição.

As despesas com material de consumo e escritório sofrem os mesmos princípios do exposto nas despesas com água, luz e telefone, ou seja, não são utilizadas nem direta nem indiretamente pelo processo produtivo da Instituição.

As despesas com aluguel tratam exclusivamente do valor apropriado no alojamento dos docentes da Instituição.

As despesas com combustível são aquelas apropriadas da utilização de combustível nos processos de transporte dos elementos que compõem o quadro funcional da Instituição, tanto administrativos quanto acadêmicos.

As despesas com manutenção aqui consideradas são relacionadas à manutenção e conservação da estrutura física da Instituição (como pintura de prédios e equipamentos de segurança) e que não estão direta ou indiretamente relacionadas à atividade produtiva da Instituição.

Já as despesas de publicidade consideram todos os valores apropriados na divulgação dos cursos oferecidos pela Instituição, bem como pela propaganda institucional.

As despesas com honorários advocatícios acontecem tendo em vista tais serviços serem considerados mecanismos de staff.

As despesas de autorização, reconhecimento, para (1) pagar os processos e avaliações diversas e (2) garantir uma permanência agradável dos especialistas do MEC por ocasião das visitas *in loco* à Instituição.

Já as despesas com docentes acontecem como estímulo⁵ e complemento aos docentes da Instituição que residem fora da região onde a mesma está inserida e leva em consideração o combustível gasto por cada um dos beneficiados, pedágios,

⁵ Plano de Capacitação Docente Estudos

hospedagem, passagens e demais valores necessários² ao bom andamento dos cursos oferecidos pela Instituição.

As Despesas com Seguros são aquelas destinadas à cobertura de seguros, tanto das instalações físicas da Instituição, quanto à integridade física e de saúde de seus colaboradores.

As Despesas com Depreciação, finalmente, apropria os valores referentes à utilização e envelhecimento dos bens móveis e imóveis da Instituição que, segundo Gitman, (2002, p. 76) “é um lançamento sistemático de uma parcela do custo dos ativos permanentes contra as receitas anuais durante um período”. Serve para “confrontar o custo histórico dos ativos permanentes com as receitas que eles geram” (Gitman, 2002, p. 76).

Por fim, as Despesas com Impostos levam em consideração os valores gastos com os impostos e taxas exigidos para o perfeito funcionamento da IES, bem como o cumprimento de suas necessidades éticas e responsabilidade social.

O Resultado das operações financeiras e orçamentárias de cada curso oferecido pela Instituição é obtido tomando-se o somatório das receitas, menos o somatório dos custos envolvidos, menos as despesas totais de cada curso, conforme demonstrado na expressão

$$R = (Rs - Cs) - Ds$$

Onde: R = Resultado

Rs = Receitas

Cs = Custos

Ds = Despesas

2.5. Planos de investimentos

Os investimentos propostos estão de acordo com a previsão orçamentária e não significam obstáculos financeiros que prejudiquem a política acadêmica, pelo contrário,

² Plano de Capacitação Docente Eventos

são os investimentos necessários para a execução do projeto de crescimento e desenvolvimento da Instituição.

Como é política da Mantenedora já na sua fundação, o reinvestimento de todas as sobras de caixa em outras ações direcionadas a operação da Instituição, fica fácil, então, a visualização da situação possível do fluxo de caixa sem que se tenha a necessidade de recorrer a significativos empréstimos, salvo pequenos e eventuais *déficits* de curto prazo.

A fim de entender-se a apropriação dos investimentos, os mesmos são divididos em:

- *Acervo*: cada um dos cursos contribui com 1% do valor da receita para desenvolvimento do acervo da biblioteca de cada curso oferecido pela Instituição;
- *Máquinas e equipamentos*: são investimentos direcionados à ampliação tecnológica dos laboratórios, tanto de informática quanto de física, química, enfermagem e engenharia;
- *Investimentos em laboratórios*: são aqueles apropriados à construção, arranjo físico e lay-out dos laboratórios necessários ao bom andamento acadêmico da Instituição;
- *Investimentos em Imóveis*: são os considerados relevantes face às expectativas da instituição e são direcionados aos prédios e terrenos necessários ao seu desenvolvimento.

O anexo 1 apresenta nosso planejamento econômico-financeiro de acordo com os pressupostos anteriormente descritos.

3. Planejamento econômico-financeiro

Nesta seção nós apresentamos o planejamento econômico-financeiro em conformidade com o que foi sugerido pela Coordenadoria de Análise de PDI da Secretaria de Educação Superior, MEC, em tabela específica nas orientações para elaboração do PDI. Este planejamento é derivado da nossa sistemática de cálculo, explicitada nas seções anteriores. No item referente aos Laboratórios estão contidos os orçamentos para criação e ampliação dos laboratórios necessários que serão

construídos na medida da demanda de cada um dos cursos. Parte dos custos de criação e manutenção destes laboratórios fazem parte dos cálculos relacionados ao item 3, INVESTIMENTO, sub-ítem “Mobília”.

Ainda serão considerados investimentos em pessoal, que visam à contratação de mão-de-obra especializada, tanto para a área administrativa quanto para a área acadêmica, conforme definido no presente PDI.

Demonstrativo Financeiro FAMO 2014

*Vermelho = Negativo

RECEITAS

Anuidade / Mensalidade(+)	R\$ 4.478.760,00
Bolsas(-)	R\$ 646.371,00
Diversos(+)	R\$ 1,00
Financiamentos(+)	R\$ 836.085,00
Inadimplência(-)	R\$ 54.630,00
Serviços(+)	R\$ 36.420,00
Taxas(+)	R\$ 18.210,00

DESPESAS

Acervo Bibliográfico(-)	R\$ 129.274,00
Aluguel(-)	R\$ 129.274,00
Despesas Administrativas(-)	R\$ 258.549,00
Encargos(-)	R\$ 369.600,00
Equipamentos(-)	R\$ 115.357,00
Eventos(-)	R\$ 258.549,00
Investimento (compra de imóvel)(-)	R\$ 1.680.565,00
Manutenção(-)	R\$ 129.274,00
Mobiliário(-)	R\$ 387.823,00
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	R\$ 258.549,00
Pagamento Professores(-)	R\$ 499.200,00
Pesquisa e Extensão(-)	R\$ 323.186,00
Treinamento(-)	R\$ 129.274,00

Totalização 2014

RECEITAS	R\$ 4.668.475,00
DESPESAS	R\$ 4.668.474,00
TOTAL GERAL	1,00

Referências Bibliográficas

BRASIL (2004). Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. *Diário Oficial da União*, n. 72, 15/04/2004, seção 1, p. 3-4.

CNE/CES (1997). *Parecer CNE/CES 776/1997*. [on-line]. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>.

CNE/CES (2001). *Parecer CNE/CES 583/2001*. [on-line]. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>.

CONAES (2004 a). *Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior*. Brasília: Ministério da Educação.

CONAES (2004 b). *Roteiro de Autoavaliação Institucional*. Brasília: Ministério da Educação.

FERREIRA, A. P. L., Battaiola, A. L., Souza, F. F., Tori, T. (2001). Proposta de Plano Pedagógico: Bacharelado em Ciência da Computação. Em: *Anais do III Curso de Qualidade 2001 – Planos Pedagógicos de Cursos na Área de Computação e Informática*. Fortaleza, Julho, 2001, pp. 393-480.

FREIRE, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1997). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.

GITMAN, L. J. (2002). *Princípios de Administração Financeira*. 7^A edição: São Paulo: Editora Harbra.

IBGE (2007). *IBGE Cidades@*. [on-line em março de 2007]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php>.

INEP (2002). *Manuais de Avaliação das Condições de Ensino*. [on-line em novembro de 2002]. Disponível em <http://www.inep.gov.br>.

INEP (2004 a). *Avaliação Institucional Externa para Fins de Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior*. [on-line em dezembro de 2004]. Disponível em <http://www.inep.gov.br>.

INEP (2004 b). *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Da Concepção à Regulamentação*. Brasília: Ministério da Educação.

INEP (2007). – *INEP- Cadastro das Instituições de Educação Superior* . [on-line em março de 2007]. Disponível em <http://www.inep.gov.br>.

IUDÍCIBUS, S. (1998). *Contabilidade Introdutória*. Iudícibus, S. (org.). São Paulo: Atlas.

MARTINS, E. (2001). *Contabilidade de Custos*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.

MEC (2003). Portaria 3284, de 7 de novembro de 2003

MEC (2003). Portaria 3284 de 7 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, 11/11/2003, seção 1, p. 12.

MEC (2004). Portaria 2051 de 9 de julho de 2004. *Diário Oficial da União*, n. 132, 12/07/2004, seção 1, p. 12.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAPERT (1980). *Mindstorms: children, computer and powerful ideas*. New York: Basic Books.

PAPERT, S. (1986) *Constructionism: a new opportunity for elementary science education*. Media Laboratory, Epistemology and Learning Group Technical Report. Massachusetts: MIT.

SEADE (2007). *Fundação SEADE – Informações dos Municípios Paulistas*. [on-line em março de 2007]. Disponível em <http://www.seade.gov.br>.

